

Educação Museal

experiências e narrativas

Prêmio Darcy Ribeiro

2 0 1 0

Educação Museal

experiências e narrativas

Prêmio Darcy Ribeiro

2 0 1 0

PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

VICE-PRESIDENTE
Michel Temer

MINISTRA DA CULTURA
Ana de Hollanda

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
José do Nascimento Júnior

DIRETORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS
Marcelle Pereira

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DE MUSEUS
Eneida Braga Rocha de Lemos

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Franco César Bernardes

COORDENADORA-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MUSEAL
Rose Moreira de Miranda

PROCURADORA-CHEFE
Eliana Alves de Almeida Sartori

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM

ENDEREÇO:
Instituto Brasileiro de Museus
Setor Bancário Norte, Quadra 02, 13º andar
Brasília/DF
CEP: 70040-020

TELEFONE:
+55(61)3521-4407

PÁGINA NA INTERNET:
www.museus.gov.br

UNIDADE RESPONSÁVEL
Coordenação de Museologia Social e Educação
Marcelle Pereira

PROJETO EDITORIAL E ORGANIZAÇÃO
Mário de Souza Chagas
Marcelle Pereira

ASSESSORIA EDITORIAL
Álvaro Marins

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Vivian de Oliveira Cobucci

ASSISTENTE EDITORIAL
Raquel Pret

EQUIPE TÉCNICA
Carolina Lucena Rosa
Cinthia Maria Rodrigues de Oliveira
Felipe Evangelista Andrade Silva
Júlia Nolasco Leitão de Moraes
Monica Padilha Fonseca
Rafaela Mendes Medeiros
Vivian de Oliveira Cobucci

PROJETO GRÁFICO, CAPA E REVISÃO
Njobs Comunicação

O conteúdo dos textos e as fotos ilustrativas são de
responsabilidade dos autores dos artigos.

Copyright©2012 – Instituto Brasileiro de Museus

FICHA CATALOGRÁFICA

Instituto Brasileiro de Museus.
Educação museal: experiências e narrativas / Ibram. – Brasília: Ibram, 2012.
123 p. : il. – (Prêmio Darcy Ribeiro 2010)

ISBN 978-85-63078-23-0

1.Museu. 2.Museologia. 3.Educação 4.Ação educativa. Título. II. Série

Prefácio

Os cadernos *Educação Museal: práticas e narrativas* foram desenvolvidos a partir das experiências selecionadas no edital Prêmio Darcy Ribeiro. Objetivando a convergência entre cultura, arte e educação, o edital faz parte do programa de fomento do Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura (Ibram/MinC) e teve sua 4ª edição em 2011.

Criado no âmbito do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/Iphan), o edital nasceu da busca pelo fortalecimento do campo museal, a exemplo de outras iniciativas construídas a partir da Política Nacional de Museus (PNM), e traduz uma política interessada na proliferação criativa e comprometida das práticas educacionais em museus.

A publicação dos cadernos – que compilam as práticas selecionadas pelo prêmio, destacando as que aliam compromisso social, dinamização de acervos e propostas inovadoras (do ponto de vista dos métodos de ensino/aprendizagem) – amplia a visibilidade dessas interessantes iniciativas realizadas em museus brasileiros e que refletem o amadurecimento da educação em museus no País.

Entendemos que faz parte da nossa missão potencializar as diferentes e variadas experiências desenvolvidas nos museus, dando visibilidade e incentivos para a construção de práticas educacionais lúdicas, criativas, inovadoras e que consideram a diversidade cultural brasileira.

Cabe destacar que há outros movimentos importantes nesse campo, como a articulação da Rede de Educadores em Museus (REM), movimento civil a favor da educação museal que congrega educadores em todo o País, e a construção da Política de Educação Museal, incentivada pelo Ibram.

Os museus têm papel fundamental na melhoria da qualidade da educação em nosso País, não obstante a missão de comunicar memória.

Assim, a fim de seguir contribuindo com o crescimento das práticas educacionais dos museus, bem como com a melhoria da qualidade da educação, o Ibram convida os educadores de museus e profissionais interessados no campo da educação museal a conhecerem as práticas premiadas constantes nos cadernos *Educação Museal: práticas e narrativas* e a inscreverem suas atividades, seus programas e projetos educacionais nas próximas edições do Prêmio Darcy Ribeiro.

José do Nascimento Júnior
Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Apresentação

Mario Chagas¹ e Marcelle Pereira²

No cenário contemporâneo somos frequentemente surpreendidos por um sem número de movimentos em rede. Muitos deles motivados pelas facilidades de integração via meios digitais e pela proliferação de informações, o que confere aos grupos uma grande capacidade de mobilização sem que, nem mesmo, seja necessário deslocamento físico. Esses movimentos em rede contribuem de alguma forma para a movimentação política, para o intercâmbio de informações, para a tomada de decisões, agregando valores, diminuindo as distâncias e ampliando as possibilidades de discussão.

Com inspiração nos movimentos em rede que possibilitam a troca de saberes e a circulação de experiências, apresentamos *Educação museal: práticas e narrativas*. Trata-se de um instrumento que possibilita outras formas de articulação entre os educadores e apresenta um espaço para a reflexão sobre o campo da educação museal brasileira. A publicação elenca, assim, as práticas educacionais desenvolvidas nos museus brasileiros e contempladas no edital Darcy Ribeiro no ano de 2010.

O Prêmio Darcy Ribeiro teve origem na atuação do extinto Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o objetivo de identificar e estimular os movimentos e as práticas educacionais dos museus. Herdeiro dessa iniciativa, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) reuniu os resultados das três edições do Prêmio em três publicações distintas.

Aqui estão os resultados de 2010. Importa esclarecer, no entanto, que para chegar a esses resultados, para avaliar e selecionar as experiências participantes do concurso público, assim como aconteceu nas edições anteriores, foi constituída uma comissão julgadora que analisou os projetos com base nos seguintes critérios: clareza nos objetivos; impacto sociocultural; descentralização dos recursos (levando em consideração a diversidade regional do país); efeito multiplicador; e adesão do museu em que a experiência foi realizada ao Cadastro Nacional de Museus e ao Sistema Brasileiro de Museus.

A comissão julgadora compreendeu os processos educacionais nos museus de forma ampliada, valorizando os seguintes aspectos: os diferentes públicos e seus interesses; as prá-

1 Poeta, museólogo, mestre em memória social e doutor em ciências sociais. Professor da Escola de Museologia, do PPGPMUS e do PPGMS da UNIRIO, professor convidado da ULHT e técnico III do Ibram.

2 Historiadora, mestre em museologia e patrimônio pela UNIRIO, Coordenadora de Museologia Social e Educação do Departamento de Processos Museais do Ibram.

ticas que promovem o relacionamento do visitante com o meio em que vive e com o museu; o museu aberto à novas experiências e à novas propostas e práticas; o museu que rompe a barreira de suas paredes; o museu e a prática educacional que considera a discussão de temas que contribuem para a tomada de decisão e formação de opinião de seus visitantes; e as relações que se estabelecem no ambiente do museu.

Em 2010, inscreveram-se para concorrer ao Prêmio Darcy Ribeiro 46 projetos, dos quais foram selecionados 16.

Em primeiro, segundo e terceiro lugar respectivamente foram contemplados os seguintes projetos: *1ª gincana do Museu e Arquivo Histórico de Panambi*; o *Laboratório Inhotim 2007 – 2011: germinando desdobramentos, avaliando sutilezas*, apresentado pelo Instituto Inhotim; e *A inclusão de públicos especiais em museus: o programa educativo para públicos especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo*, além das 13 experiências selecionadas como menção honrosa.

A publicação das experiências e narrativas premiadas coloca em destaque seus compromissos sociais, seus exercícios de imaginação e criatividade, seus diferentes processos metodológicos e suas diferentes perspectivas temáticas.

Nós - os organizadores desta publicação - acreditamos no potencial transformador das redes e articulações. A movimentação das redes de saberes, práticas e trocas, a energização de seus ramos, suas linhas de agenciamento, suas ligações e compartilhamentos podem contribuir para o aprimoramento e a ampliação do potencial educacional dos museus. É isso o que gostaríamos que acontecesse com esta publicação: que ela seja estímulo e fortalecimento para outras reflexões e práticas no campo da educação museal, que exerça um papel disseminador e polinizador de outras experiências e narrativas educacionais.

Boa leitura!

Sumário

Prêmio Darcy Ribeiro 2010

Os três vencedores do Prêmio:

1. A 1ª gincana do MAHP – Museu e Arquivo Histórico de Panambi 10
2. Laboratório Inhotim 2007-2011: germinando desdobramentos,
avaliando sutilezas – Instituto Cultural Inhotim 16
3. A inclusão de públicos especiais em museus: o programa educativo
para públicos especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo
Pinacoteca do Estado de São Paulo 24

Projetos contemplados com menção honrosa:

4. O Museu Goeldi leva educação em ciência às comunidades
amazônicas – Museu Paraense Emílio Goeldi 32
5. Museu Sacaca e ações educativas na comunidade
Centro de Pesquisas Museológicas - Museu Sacaca 40
6. Projeto Construção da memória – Museu da Misericórdia 46
7. O homem que amava o trem – Museu Ferroviário de Juiz de Fora 52
8. O lugar onde moro - topônimos indígenas e seus significados
Museu do Índio 60
9. Projeto Feras em férias – Casa Museu Magdalena e Gilberto Freyre 66
10. Caixinhas do MAE : encontros entre o público e o acervo museológico
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná 74

11. Museu vivo da cultura indígena – Instituto Tamoio dos Povos Originários	80
12. Curadoria educativa MAC-Fórum: ampliando práticas e funções das instituições museológicas – Museu de Arte Contemporânea de Niterói.....	86
13. Museu de Aplicação: programa de prática de ensino aplicada ao espaço museológico – Memorial Municipal Getúlio Vargas	92
14. O projeto de educação patrimonial Jornadas de arqueologia missioneira Museu Municipal Dr. José Olavo Machado	100
15. Projeto Encontros com a memória e educação patrimonial Estação da Memória.....	108
16. Formação de público - pessoas com deficiência visual em espaços de cultura – Centro de Memória Dorina Nouwill	116



Museu e Arquivo Histórico de Panambi

A 1ª Gincana do MAHP

Lauro Manzoni Bidinoto e Temia Wehrmann

RESUMO: Este artigo relata o desenvolvimento da *1ª Gincana do Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP)*, ação educativa que teve como principal objetivo envolver os alunos de 4ª série com a história de Panambi, por meio da sua interação com o acervo do Museu. As atividades proporcionaram a integração entre alunos de escolas do município, bem como entre crianças e idosos. Possibilitaram ainda o estabelecimento de um canal de contato entre o MAHP e as escolas pela internet, a partir da utilização do *blog* do Museu como principal meio de divulgação das atividades. Também foi ampliada a divulgação do acervo da Instituição, ao mesmo tempo em que novos objetos foram incorporados. O conjunto dessas ações colaborou no sentido de tornar o Museu um espaço de aprendizagem crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Museu Arquivo Histórico de Panambi; 1ª Gincana; história do município.

Notas Biográficas: Lauro Manzoni Bidinoto – licenciado em História (Universidade Federal de Santa Maria/UFSM), mestre em Integração Latino-Americana, funcionário do Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP), atualmente cursando Doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Temia Wehrmann – licenciada em História (Universidade de Ijuí/Unijuí), pós-graduada em Educação Especial pela UTP. Coordenadora do MAHP.

A 1ª Gincana do Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP) foi planejada em agosto de 2009 e posta em prática entre 15 de setembro e 17 de dezembro deste mesmo ano, tendo como público principal as turmas de 4ª série do município de Panambi. Participaram da Gincana 22 equipes de 14 escolas (nove municipais, três estaduais e uma particular), totalizando 396 alunos e 20 professores. A atividade foi composta de cinco tarefas, sendo as quatro primeiras destinadas a todas as equipes e a quinta tarefa voltada para as três equipes que obtiveram maior pontuação na soma dos pontos obtidos nas anteriores.

Conforme o andamento da Gincana, as tarefas foram sendo postadas no blog do MAHP (www.mahp-panambi.blogspot.com) e também enviadas por *e-mail* às equipes participantes. O *e-mail* também era a principal forma de entrega das tarefas cumpridas, a não ser nos casos em que a o resultado da tarefa não permitisse. As tarefas giraram em torno de questões sobre a história do município de Panambi e sobre o acervo do MAHP. Cada tarefa proposta foi acompanhada de sugestões aos professores a respeito de como trabalhar em sala de aula com o material fornecido, visando não apenas ao cumprimento da tarefa, como também ao envolvimento de todos os alunos na realização das atividades.


As tarefas foram:

1) Na primeira tarefa as equipes receberam a cópia de uma fotografia de 1915, pertencente ao acervo do MAHP, a qual registrava um grupo de alunos da Escola Linha Brasil com seu professor, num período em que Panambi ainda não era município e se chamava Colônia *Neu-Württemberg*, informação esta que foi grafada na própria fotografia na época em que foi tirada.

Os professores foram orientados a trabalhar a fotografia em sala de aula, levando os alunos a observar detalhes como: o tipo de vestimenta dos alunos e do professor, a postura, a forma como foram organizados para a fotografia, a maneira como os cabelos eram cortados, as características do prédio que aparece ao fundo, além do detalhe acima mencionado a respeito do nome *Neu-Württemberg*, grafado na foto.

Além de discutir aspectos históricos da fotografia relacionando-os com a história de Panambi, o objetivo dessa atividade também era fazer com que os alunos percebessem





a importância de uma fonte histórica. Assim, para o cumprimento da tarefa foi exigido que cada equipe fizesse uma fotografia juntamente ao seu professor, nomeasse corretamente todos os participantes e enviasse ao MAHP, acrescentando nessa mesma ocasião um nome e um lema escolhido para representar a equipe durante o andamento da Gincana.

A Tarefa 1 foi postada no *blog* no dia 15 de setembro, com prazo de entrega para o dia 1º de outubro. Valor: 10 pontos.

2) Na segunda tarefa as equipes receberam a cópia da Ficha de Registro de uma peça do acervo do MAHP (uma bicicleta de madeira fabricada e utilizada na década de 1940) e foram orientadas a fazer a leitura de um texto anteriormente publicado no *blog* do MAHP sobre brinquedos e brincadeiras antigas. A sugestão dada aos professores foi de que o texto fosse discutido em sala de aula e a seguir os alunos fossem orientados a entrevistar pais, avós ou outras pessoas da comunidade, interrogando-os sobre os brinquedos e as brincadeiras de sua época.

Depois disso, cada aluno escreveria um texto a respeito do que ouviu e entregaria ao professor. Como cumprimento da tarefa, o professor e os alunos elegeriam um texto para representar a turma na gincana. No entanto, a tarefa também exigia que cada equipe escolhesse um dos brinquedos antigos que haviam sido citados nos textos e construíssem uma réplica, coletivamente, podendo para tanto contar com a ajuda de um adulto. O brinquedo construído, a respectiva Ficha de Registro e o texto escolhido consistiam, portanto, nos materiais a serem enviados para o MAHP como cumprimento da Tarefa 2.

A Tarefa 2 foi postada no *blog* no dia 15 de setembro, com prazo de entrega do texto para o dia 28 de outubro e do brinquedo, para 6 de novembro. Valor: 25 pontos.

3) A terceira tarefa também envolveu uma foto do acervo do MAHP, dessa vez com a intenção de interpretação da fotografia aliada à observação das mudanças pelas quais a cidade passou ao longo dos anos. A foto usada foi tirada no inverno de 1965, em uma ocasião em que Panambi ficou praticamente coberta pela neve. O local retratado foi a Praça Central, naquela época com uma configuração bastante diferente da atual, porém, com alguns detalhes que permitem a sua identificação na foto.

A orientação foi de que as equipes observassem a fotografia, pesquisassem entrevistando pessoas idosas e, na medida do possível, proporcionassem um passeio com os alunos até a praça para responderem às seguintes perguntas: a) Qual o lugar exato em que estava o fotógrafo? b) Qual o mês e o ano em que a foto foi tirada? c) O que existe hoje no prédio que aparece ao fundo? d) Quantas pessoas aparecem na foto? e) Que acontecimento raro a foto está registrando?

A Tarefa 3 foi postada no *blog* no dia 23 de outubro, com prazo de entrega para o dia 13 de novembro. Valor: 15 pontos.

4) Na quarta tarefa as equipes receberam a missão de conseguir objetos a serem doados ao acervo do MAHP, sendo que cada uma delas deveria conseguir no mínimo um objeto

anterior a 1980 ou então uma foto anterior a 1950. No entanto, para que os objetos fossem pontuados eles deveriam ser inéditos no acervo do MAHP, o que exigia uma pesquisa prévia no acervo, a qual poderia ser feita pessoalmente, por *e-mail* ou pelo *blog* do MAHP, no *link* Visita Virtual. O cumprimento da tarefa se dava com a entrega do objeto ou da foto a ser doada, acompanhados da respectiva Ficha de Doação preenchida com as informações da peça e assinada pelo doador.

A Tarefa 4 foi postada no *blog* no dia 6 de novembro, com prazo de entrega para o dia 27 de novembro. Valor: 20 pontos.

5) Final da Gincana – Destinada apenas às três equipes finalistas, ou seja, àquelas que somaram mais pontos nas quatro primeiras. Esta tarefa foi realizada no dia 3 de dezembro, no Salão Farroupilha, espaço ao lado do MAHP. A tarefa foi organizada em formato de um jogo, com perguntas e outras atividades que giraram em torno de três eixos: História de Panambi, Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP) e interpretação de fotografias históricas. Os professores foram orientados a revisar o conteúdo de História de Panambi e, no dia 3, antes de começarem as perguntas e atividades, as equipes assistiram a uma apresentação sobre a história e o acervo do MAHP. Cada equipe somou os pontos obtidos nesta tarefa aos das quatro primeiras tarefas, e aquela que com o maior total foi a vencedora da Gincana.

A Tarefa 5 foi realizada no dia 3 de dezembro. Valor: 30 pontos.

A apresenta a pontuação das cinco atividades desenvolvidas durante a realização da gincana.

Organização Geral da Gincana

Tarefa 1	Tarefa 2	Tarefa 3	Tarefa 4	Tarefa 5
10	25	15	20	30
70 pontos				30 pontos
As três equipes que somaram mais pontos nessas quatro tarefas participaram da quinta e última tarefa, a qual definiu a equipe campeã.				
100 pontos				

A equipe vencedora da Gincana foi a da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, que recebeu como prêmio um passeio para visita a dois lugares de preservação da memória em Panambi. Um deles foi a Casa da Memória Rural, mantida pelo Senhor Ilmo Roque Wathier, professor aposentado que preserva diversos objetos antigos em sua propriedade rural, procurando mantê-los em pleno funcionamento, proporcionando aos visitantes a oportunidade de tocá-los e manejá-los.

Outro ponto visitado foi a Associação Cultural Museu Militar Brasileiro, a qual abriga uma coleção de viaturas e objetos militares. Muitas das peças expostas no local foram utilizadas em

guerras que marcaram o século XX, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. Acompanhada de um funcionário do MAHP e da professora da turma, a equipe vencedora da Gincana visitou esses dois locais no dia 17 de dezembro, concretizando uma experiência muito interessante para os alunos, a maioria deles proveniente de um bairro periférico da cidade.

Durante o período em que foram expostos os resultados do Projeto, tivemos 420 visitantes no Museu, além das visitas ao *blog*. Todas as atividades da Gincana foram organizadas pela equipe do Museu: professores Lauro Manzoni Bidinoto, Temia Wehrmann e a funcionária Inês Winterfeld, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e sob a coordenação da dirigente cultural, professora Lígia Kublik.

Acreditamos que o desenvolvimento da gincana, na forma como as atividades foram propostas, possibilitou a concretização da ideia que expressa Maria Isabel Leite (2005, p. 37) ao ressaltar a necessidade de compreendermos o museu como “um fórum, um espaço de encontro, um espaço de debate – um espaço onde as coisas se produzem e não apenas o já produzido é comunicado”.

Em outras palavras, a *1ª Gincana do MAHP* deu voz a uma parcela significativa de educandos para que os mesmos não apenas “contemplassem” os objetos do acervo, como também colaborassem para seu enriquecimento e da história do município como um todo, seja por meio das doações conseguidas, dos textos escritos, dos brinquedos construídos e dos objetos doados, entre outras colaborações.

Também acreditamos ter contemplado algumas ideias de Walter Benjamin (1984) sobre a importância dos brinquedos, das brincadeiras e das coleções de objetos na percepção e organização do mundo por parte das crianças. Isso se deu principalmente na realização da Tarefa 2, quando o objetivo foi justamente a pesquisa e a construção de brinquedos antigos.

Por fim, ressaltamos que a realização da Gincana envolvendo os alunos e também parte da comunidade, que colaborou dando entrevistas, ou ainda, que participou visitando as exposições organizadas com os objetos resultantes das tarefas da Gincana, foi um passo muito importante no sentido de tornar o Museu e Arquivo Histórico um espaço mais “vivo”, mais interativo, negando a ideia – há tempos já rechaçada – de que museus são apenas coleções de coisas velhas.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Reflexões:** a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.

LEITE, Maria Isabel. Museus de arte: espaço de educação e cultura. In: LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Museu, educação e cultura:** encontros de crianças professores com arte. Campinas: Papirus, 2005.

Obs.: A partir da Lei Municipal nº 2.983, de 23 de abril de 2011, o Museu e Arquivo Histórico de Panambi passou a denominar-se Museu Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann.



Instituto Inhotim

Laboratório Inhotim 2007-2011: germinando desdobramentos, avaliando sutilezas

María Eugenia Salcedo Repolês

RESUMO: O *Laboratório Inhotim* é um Programa de formação continuada que objetiva promover o desenvolvimento de pesquisas e ações com jovens de 12 a 16 anos da cidade de Brumadinho, Minas Gerais. Sendo um Programa que tem como base a pesquisa em Arte e a mediação através da Arte, a sua metodologia é dialógica e prevê desdobramentos que surgem a partir das características dos grupos e do trabalho desenvolvido. Uma série de intervenções são sempre ativadas como parte do processo que está em constante avaliação e redimensionamento.

Palavras-chave: Instituto Inhotim; mediação; intervenção; cidadania; meio ambiente.

Nota Biográfica: María Eugenia Salcedo Repolês – graduada em Artes Plásticas e pós-graduada em Arte e Contemporaneidade pela Escola Guignard/UEMG, é supervisora de Arte e Educação do Instituto Inhotim, Brumadinho (MG) e coordenadora do Programa Laboratório Inhotim, outorgada o prêmio Rumos Educação, Cultura e Arte 2008/2010 do Itaú Cultural.



O Programa *Laboratório Inhotim* é uma das ações da equipe de Arte e Educação do Instituto Inhotim que, desde 2007, desenvolve uma pesquisa de mediação com o objetivo de trabalhar com a cidade de Brumadinho, Minas Gerais. É o primeiro Projeto a trabalhar com o público local de forma continuada e com questões que perpassam a arte, cultura, identidade, contemporaneidade e construção coletiva.

Desde sua criação, o Programa vem atuando na formação de uma pesquisa poética e reflexiva com jovens do ensino público da cidade de Brumadinho que têm a possibilidade de se reconhecer como pesquisadores a partir da idade de 12 anos.

Atualmente compõem uma rede de 108 jovens de 12 a 18 anos, de vários distritos da cidade, que passaram pelo Projeto ou continuam como bolsistas de iniciação científica júnior junto a uma parceria Fapemig-Inhotim. Um dos desejos atuais de desdobramento do *Laboratório Inhotim* é poder evidenciar cada vez mais essa rede jovem que cresce e propõe, através da conquista de uma autonomia que já possibilitou que o Programa absorvesse mudanças apontadas pelo grupo, outras possibilidades de atuação e desdobramento.

Este é o caso de uma das jovens da primeira turma do Laboratório, atualmente bolsista de iniciação científica júnior, que em 2011 ingressou na UFMG na Escola de Belas Artes. Conquista que situa a experiência da jovem ao longo de três anos em pesquisa no Inhotim, no centro de



uma discussão sobre a relação Instituto-cidade e a valorização do indivíduo como agente de mudança e reflexão. Pensando nesses desdobramentos e em outras possibilidades criadas pelos jovens e ainda pelo Instituto, nos perguntamos constantemente: “Como este Projeto pode continuar? Quais são os desafios necessários para novos movimentos? O que pode ser gerado a partir da exploração crítica e poética da cidade?” Estas e outras perguntas estão na base da transformação do Projeto. Tais questionamentos também constroem a própria metodologia de mediação implementada.

Germinando a Cidade, Germinando o Museu

Toda pergunta pode ser também uma hipótese, pode ser um ponto de partida para novas formas de ver, possibilidades que podem levar a respostas ou a novas perguntas. Este processo educativo, que Paulo Freire expõe como pergunta geradora, pode ser entendido de forma muito similar à descrição que Nicolas Bourriaud dá para arte contemporânea: “Em outras palavras, nós não podemos mais perceber trabalhos [de arte] contemporânea como um espaço pelo qual caminhamos... arte contemporânea se assemelha a um período de tempo que tem que ser experimentado, ou a abertura de um diálogo que nunca termina.” (BOURRIAUD apud BISHOP, 2006, p. 160). A possibilidade de criar momentos de experiência, reflexão e ação através do diálogo, da projeção coletiva e da exploração do conceito de intervenção, movimenta a metodologia do *Laboratório Inhotim*.

Uma parte essencial do processo do Programa *Laboratório Inhotim* inclui uma série de pesquisas de campo em que os jovens são os que decidem para onde vamos e como visitaremos/exploraremos os espaços escolhidos. Eles têm o desafio de gerar uma pergunta ou uma hipótese sobre o lugar que escolheram para o grupo. Na maioria das vezes, somente os jovens que moram em certo distrito da cidade conhecem ou já estiveram naquele espaço. Dessa forma, apesar de estarem falando de uma mesma cidade, cada um é um estrangeiro na sua própria cidade e assim tem a oportunidade singular de ver as coisas pela primeira vez – e as ver com um olhar investigativo, curioso e permeado por questões da arte e da construção cultural. Eles vão para as pesquisas de campo como se à procura de uma peça, de uma nova definição de identidade e com um sentimento de pertencimento. Um bom exemplo de como a percepção deles pode ser fresca e investigativa foi quando um dos grupos explorou o centro da cidade e, especificamente, o supermercado. Brumadinho tem dois supermercados maiores localizados no centro da cidade, e por isso o referencial de “comércio” para os jovens é quase sempre o mercadinho, bazar ou sacolão perto de casa, nos distritos que compõem a cidade de Brumadinho. Junto com a estagiária do Projeto na época, Daniela Eugenia, os jovens leram o espaço explorado na pesquisa de campo através de uma sequência de setas colocadas nos lugares onde eles julgavam importantes no momento, criando, assim, pontos focais, paradas para observar. Como marcos geográficos, as setas apontavam para uma consciência e reconhecimento coletivo que levantaria questões e reações. Depois, ao ler sobre o trabalho do artista Dan Graham e as sutilezas do seu trabalho, este senso de consciência/conscientização ficou evidente. “Quase sempre Graham desenvolve suas videoinstalações com um atraso de oito segundos na transmissão das imagens da câmera para o monitor. Este momento de retorno, ele esperava, poderia dar ao público uma sensação lúcida do seu lugar no tempo real... o público veria então que o ‘ser’ não é uma entidade atomística, mas eminentemente inserido





em uma rede de inter-relações ou em uma estrutura ambiental.” (RATCLIFF, 2000, p. 209-210). O retorno recebido e o público começaram a ser questões que os jovens queriam discutir e desdobrar.

À medida que os grupos do Programa (até o fim de 2010 passaram pelo Projeto cinco grupos com 16 a 20 jovens) desenvolveram intervenções e novas abordagens para a cidade e para o seu papel neste espaço, eles tornaram-se cada vez mais conscientes do papel de todos, incluindo os moradores da cidade, no panorama de pesquisa. Todo mundo na cidade está de alguma forma envolvido nas proposições, criando assim uma densa rede de relacionamentos e pontos de vista. Ao mesmo tempo, por Brumadinho ser uma cidade onde predomina a área rural – lugares onde a presença das pessoas é diluída na imensidão da paisagem – as intervenções dos grupos nesses espaços levantavam novas questões sobre a interação e o olhar. A arte (intervenção como linguagem artística) sobreviveria fora do espaço museu? Quem vai ver? Quem falaria que isso é arte? Seria importante que as ações deles fossem nomeadas Arte? Uma das conclusões era que, definitivamente, seria mais fácil para eles se as ações fossem chamadas de Arte. Dessa forma, o conhecimento e a experiência adquirida no Laboratório teriam um nome e isso traria um sentimento de segurança. O desejo por segurança trouxe ao Projeto uma nova perspectiva da importância do Instituto para a cidade e da cidade para o Instituto. Os jovens passaram então a perceber que poderiam achar a segurança que tanto procuravam no público que tem acesso a diversas manifestações culturais; e simultaneamente cresceu o sentimento de querer criar referenciais culturais para aquela parcela do público que não tem tanto acesso. Constatação que novamente reposiciona o Programa. Constatação que também reposiciona os jovens que, ainda que raramente se autodenominam artistas, passam a entender seu papel como pesquisadores da/em arte. A instituição abre as suas portas para que esses jovens da cidade explorem e criem conhecimento. O entendimento deles de que este



acesso ao conhecimento também os mune de poder e responsabilidades é de extrema importância para o *Laboratório Inhotim*. Os jovens, em certo momento do processo, descrevem-se como “dentro de uma bolha”. Alguns relatam que ao chegarem em casa sentem a necessidade de relatar em detalhes tudo que pensaram e pesquisaram ao longo do dia, mas percebem que há uma distância entre as questões em processo e o cotidiano da família e amigos. Outros já relataram que ao chegar em casa e serem perguntados como tinha sido seu dia, respondem rapidamente e sem muito detalhe; ainda acrescentaram a observação de que “a responsabilidade de responder parecia muito grande.” Este é um ponto de partida muito significativo para o processo do Programa: a responsabilidade de compartilhamento de saberes e poderes. Os participantes reagem pensando o processo de pesquisa para si mesmo, logo para um crescente grupo de pessoas, simultaneamente e a possibilidade de compartilhar ideias e conceitos é extremamente estimulante.

Rafael é participante de um dos últimos grupos a iniciar um processo no *Laboratório Inhotim*, em 2010. Depois de um encontro onde discutimos o trabalho do artista norte-americano Chris Burden, Rafael expressou que estava muito impressionado com o trabalho *Through the Night Softly*, uma obra feita em 1973 e televisionada em rede nacional (nos Estados Unidos). “Como uma propaganda”, observou Rafael e ainda acrescentou: “Eu só não sei exatamente como estou me sentindo. Parece que não consigo ‘tirar as ideias do meu sistema’”. “Talvez você deva engolir, permitir que estes sentimentos percorram o seu sistema para serem digeridas antes que você gere algo com isso.” Esta foi a resposta que Rafael recebeu, já botando as mãos perto do seu estômago. “Farei isto, então.” A resposta está baseada na crescente necessidade de criar um corpo “performativo” que esteja consciente de si e respeitoso consigo mesmo, seu meio ambiente e os outros. Um corpo que perceba e aceite o processo como um acontecimento dialógico no tempo e no espaço. Inhotim apresenta diversos desafios como museu, centro cultural e espaço de pesquisa como tem sido exemplificado aqui, mas também apresenta um complexo panorama ambiental. Sendo assim,

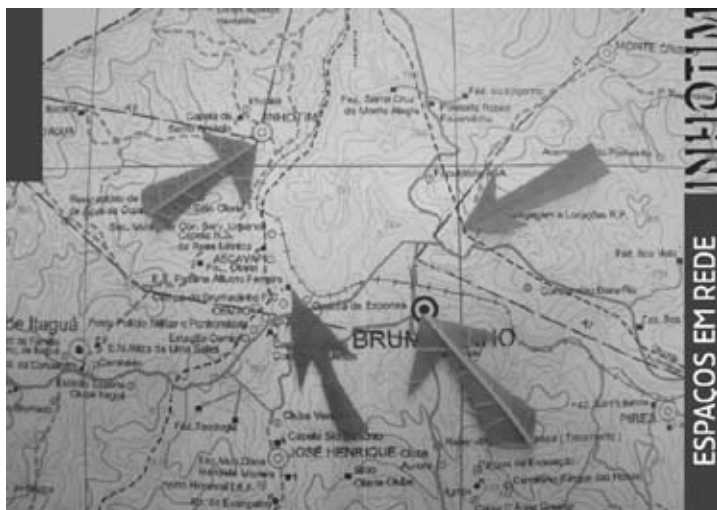


o Laboratório tem a responsabilidade e desejo de discutir Arte em um cenário complexo de trânsito entre uma perspectiva micro e uma visão macro. Performance como linguagem artística ou uma consciência “performativa” é explorada amplamente no processo do Programa para oferecer a participantes e educadores as ferramentas e materiais para a construção da ressignificação do corpo, espaço e relações necessárias para intervir com responsabilidade.

Esse tipo de abordagem de pesquisa com características poéticas e críticas ressalta a possibilidade que temos de nos relacionar com o mundo e, desse modo, intervir nele também. Assim como Paulo Freire destaca nos seus escritos que educar é uma intervenção, intervir é educar.

Espaços em Rede

Ao longo dos anos o Programa *Laboratório Inhotim* adaptou-se às características dos grupos de jovens, desdobrou-se em um programa de bolsas de iniciação científica júnior, por meio da parceria Fapemig-Inhotim, e vem gerando uma série de publicações que servem como memória do Programa e como proposição de pesquisa. Como parte das ações da equipe de Arte e Educação, compartilha do movimento dialógico, baseado na experiência, no objetivo de criar estratégias de mediação e avaliação que aspiram à autonomia dos sujeitos envolvidos. As intervenções propostas pelos participantes têm criado possibilidade de extensão da pesquisa e avaliação do próprio Instituto. Dessa forma, o *Laboratório Inhotim* cria uma rede que abrange um campo ampliado de possibilidades da pesquisa em arte e educação. Pelos relatos dos jovens (a narrativa como importante elemento metodológico do Programa) é possível evidenciar o processo de transformação individual que, através de uma construção de saberes coletivos, se estende para a transformação continuada e reflexiva do meio ambiente no qual estes sujeitos estão inseridos.



Referências Bibliográficas

BISHOP, Claire. **Participation**. London, Massachusetts: Whitechapel and The MIT Press, 2006.

BOAL, Augusto. **Hamlet e o filho do padeiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRADLEY, Will; ESCHE, Charles (Ed.). **Art and Social Change**: a critical reader. Tate, Afterall, 2007.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GAROIAN, Charles R. **Performing Pedagogy**: towards an Art of Politics. New York: State of New York University Press, 1999.

MOURA, Rodrigo; PEDROSA, Adriano (Org.). **Através**. Brumadinho, MG: Instituto Inhotim, 2008.

OITICICA, Helio. **Programa Ambiental**. Enciclopedia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia/ho/home/index.cfm>>. Acesso em: 27 out. 2010.

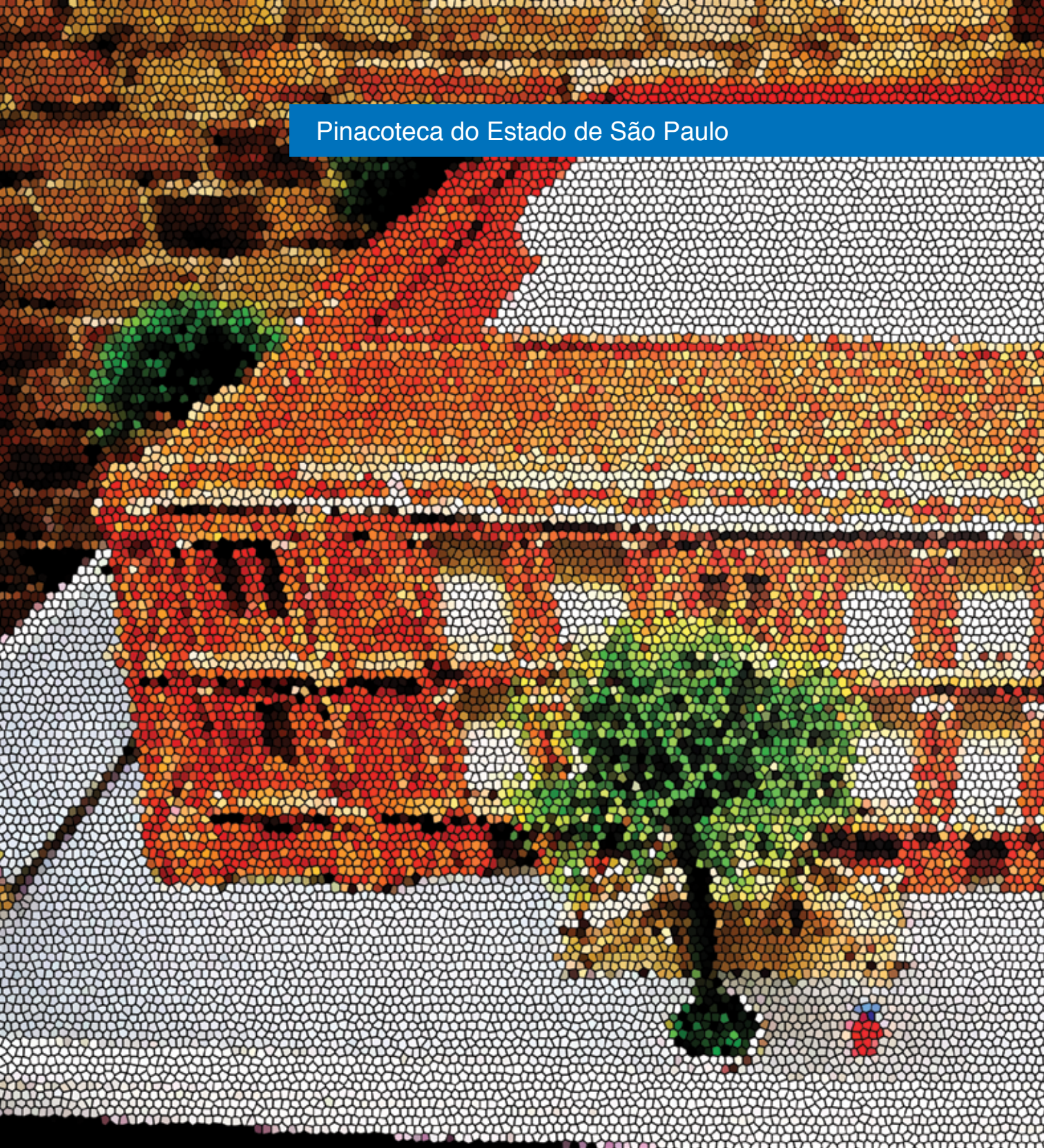
RATCLIFF, Carter. **Out of the Box**: the reinvention of Art, 1965-1975. New York: Allworth Press, 2000.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SALCEDO REPOLÊS, María Eugenia. A arte para experimentar. In: **Expedições**: rumos educação, cultura e arte 2008-2010. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place**: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, Fifth printing, 2007.

Pinacoteca do Estado de São Paulo



A Inclusão de Públicos Especiais em Museus: o Programa Educativo para Públicos Especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Amanda Fonseca Tojal, Margarete de Oliveira, Maria Christina da Silva Costa, Sabrina,
Denise Ribeiro e Mila Chiovatto¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a importância do papel social dos museus e das ações educativas dirigidas aos públicos específicos ressaltando, neste caso, o *Programa Educativo para Públicos Especiais* do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Este programa foi implantado e desenvolvido nesta instituição desde o ano de 2003 e apresenta, além das ações desenvolvidas, o processo de implantação da Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, no ano de 2009, com o objetivo de garantir a autonomia da visitação do público com deficiências visuais em exposição de obras do acervo do Museu.

Palavras-chave: Museu; ação educativa; inclusão cultural; públicos com necessidades especiais.

Notas Biográficas: Amanda Fonseca Tojal – museóloga e educadora de museus. Mestre em Artes e doutora em Ciências da Informação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Programa Museu e Público Especial no MAC-USP, de 1991 a 2003. Coordena, desde 2003, o *Programa Educativo para Públicos Especiais* (Pepe) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Consultora em Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva em museus e instituições culturais da capital e do interior de São Paulo e de outras cidades do Brasil.

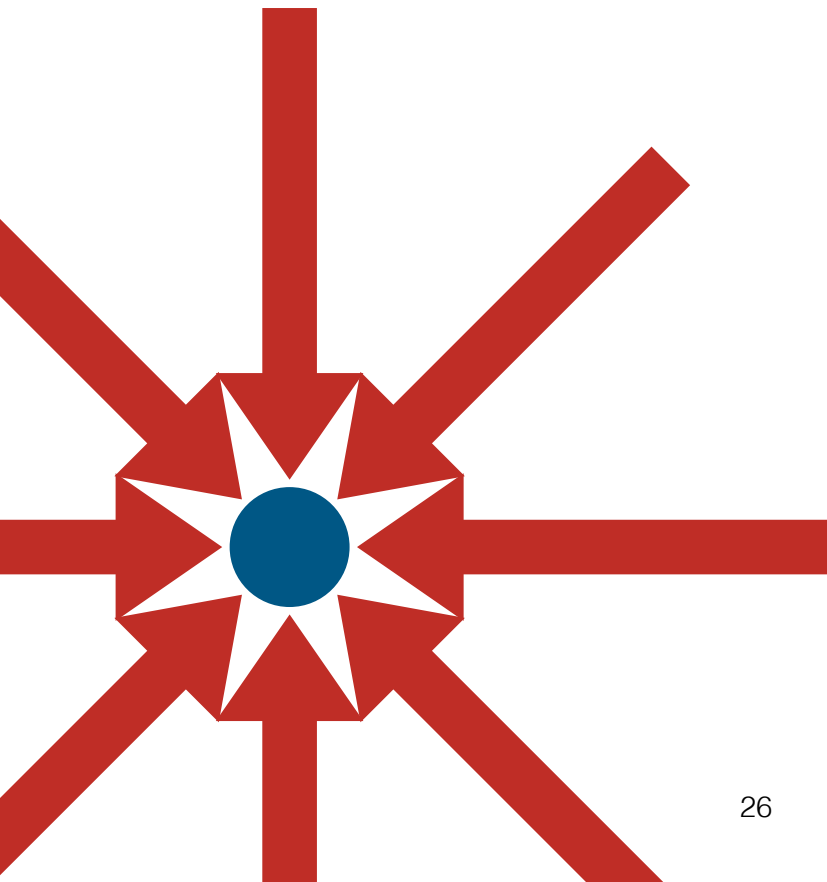
Margarete de Oliveira – assistente de Coordenação, docente e educadora do *Programa Educativo para Públicos Especiais* (Pepe) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, desde 2003. Graduada e licenciada em Letras pela USP e pós-graduada em Praxis Artísticas e Terapêuticas: Interface da Arte e da Saúde pela Faculdade de Terapia Ocupacional da FMUSP. Foi uma das contempladas no Prêmio Rumos Itaú Cultural, Educação, Cultura e Arte 2008/2010 na área de atuação em Educação Não Formal. Atuou no Projeto Museu e Público Especial no MAC-USP (1992 a 2002).

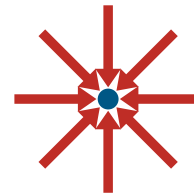
¹ Equipe de educadoras do Programa Educativo para Públicos Especiais (Pepe) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, com o apoio de Mila Chiovatto.

Maria Christina da Silva Costa – educadora do *Programa Educativo para Públicos Especiais* (Pepe) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo desde 2007. Graduada e licenciada em Artes Visuais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo em 2007. Especialista em Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva pela APAE/SP em 2008. Pós-graduada do curso Educação da Pessoa com Deficiência Auditiva (FMU), em 2009, e aluna especial do Curso de Práticas Educativas da ECA-USP em 2010.

Sabrina Denise Ribeiro – educadora de Surdos do Programa *Educativo para Públicos Especiais* da Pinacoteca do Estado de São Paulo (Pepe) desde 2008 e do Museu Afro Brasil de São Paulo desde 2009. Graduada e licenciada em Artes Plásticas pela Faculdade Paulista de Artes, em 2004. Educadora aprendiz do curso Aprender para Ensinar do Programa Igual Diferente no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP).

Mila Chiovatto – graduada em Educação em Artes pela Faculdade de Comunicações da Universidade Mackenzie; mestre em Ciências da Comunicação – Sociologia da Arte pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora de História da Arte na Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); participou da equipe do Núcleo Educação e coordenou os atendimentos educativos da XXIV Bienal de São Paulo, entre outras exposições. Coordena o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo desde 2002.





Programa Educativo para Públicos Especiais

A Pinacoteca do Estado de São Paulo tem como uma de suas prioridades a ampliação de ações educativas que possam aprofundar a compreensão das obras de seu acervo a públicos cada vez mais amplos, iniciativa esta reveladora de uma visão contemporânea da Museologia, que defende a necessidade de tornar os acervos cada vez mais acessíveis.

Com essa orientação, no ano de 2003 foi implantado o *Programa Educativo para Públicos Especiais* (Pepe), como parte das iniciativas de ação educativa da instituição.² Esse Programa visa atender a grupos especiais, compostos por pessoas com deficiências sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais, físicas e com transtornos emocionais, como também a grupos inclusivos, compostos por pessoas com e sem essas deficiências. Seu objetivo é incentivar e ampliar o acesso desse público ao importante patrimônio artístico e cultural brasileiro representado pelo acervo da Pinacoteca. Além disso, desenvolve cursos de formação para educadores e profissionais das áreas de Museus e Saúde e para os próprios trabalhadores da Pinacoteca, dentro do Programa Educativo Consciência Funcional.³

O *Programa Educativo para Públicos Especiais* (Pepe) desenvolve as seguintes ações:

Atendimentos aos Públicos Especiais e Inclusivos

Visitas educativas, previamente agendadas, nas quais o público-alvo, acompanhado por educadores especializados (pertencentes à equipe do Programa),⁴ explora e conhece obras de arte selecionadas do acervo, de forma não somente visual, mas também por meio dos sentidos do tato, da audição e do olfato, em uma abordagem que chamamos de multissensorial.

Uma educadora surda especializada também integra essa equipe, com a função de realizar visitas educativas para o público com essa deficiência, levando em consideração o interesse e as necessidades desses participantes no universo da arte, por meio da comunicação em Libras (Língua Brasileira dos Sinais).

Durante as visitas educativas são disponibilizados os seguintes recursos multissensoriais:

- Apreciação sensorial por meio do toque de obras tridimensionais originais, principalmente para pessoas com deficiências visuais, acompanhadas pela equipe de educadores do Programa. Foram selecionadas 30 esculturas em bronze, consideradas adequadas ao reconhecimento pelo toque segundo os critérios de tamanho,

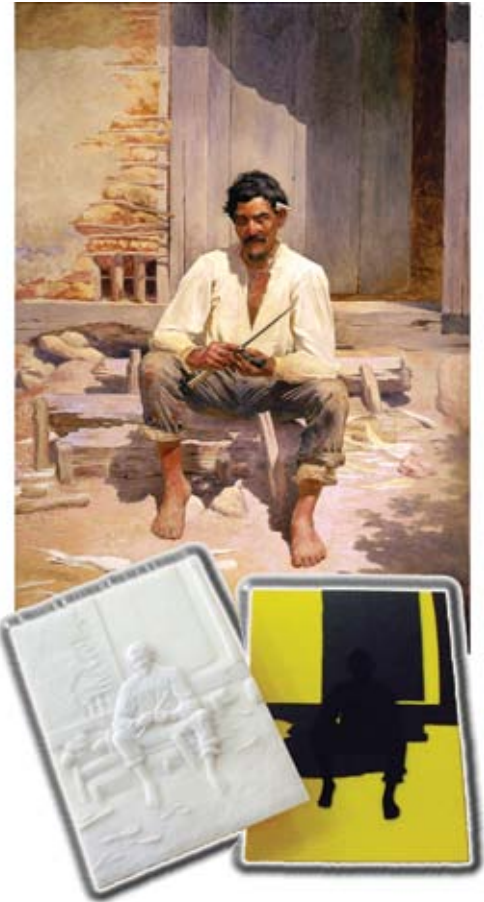
² O Pepe foi implantado na gestão do diretor Marcelo Mattos Araújo, sendo Mila Chiovatto a coordenadora do Núcleo de Ação Educativa.

³ Programa Educativo Consciência Funcional, voltado aos funcionários do Museu, coordenado por Maria Stella da Silva.

⁴ Fazem parte atualmente da equipe do Pepe: Amanda Fonseca Tojal (coordenadora), Margarete de Oliveira (assistente de coordenação), Maria Christina Costa (educadora), Sabrina Ribeiro (educadora intérprete de Libras) e Natali Coutinho de Souza (estagiária).

segurança e diversidade de formas e texturas. Esse contato possibilita uma leitura histórica do desenvolvimento estético de esculturas (nacionais e internacionais) dos séculos XIX e XX, com destaque à figura humana, tendo em vista a predominância dessa temática na coleção de esculturas em bronze no acervo do Museu.

- Para as obras bidimensionais foram criados materiais multissensoriais⁵ de apoio que facilitam o processo de apreciação e de reconhecimento das obras. Entre esses recursos contamos com:
 - a) Reproduções em relevo de obras⁶ elaboradas em resina acrílica que se aproximam do trabalho original por meio das formas e das texturas, incluindo reproduções em relevo⁷ elaboradas em borracha texturizada sobre fundo contrastante, representando os elementos mais destacados de cada composição, tais como figuras, objetos, formas e esquemas de figura e fundo.
 - b) Jogos sensoriais e maquetes articuladas⁸ que, de forma exploratória e interativa, estimulam o reconhecimento e a percepção dos elementos formais e interpretativos presentes nas obras de arte.
 - c) Sonorização de obras do acervo,⁹ recurso constituído a partir da edição de fragmentos sonoros de músicas instrumentais e sons da natureza, espaço urbano e cotidiano, com o intuito de complementar e introduzir também a percepção por meio do sentido da audição durante a apreciação das obras.
 - d) Maquetes visuais e táteis¹⁰ de reconhecimento do edifício da Pinacoteca e seus arredores, incluindo a planta baixa de localização da exposição de acervo do Museu.



⁵ Recursos específicos para apreciação sensorial.

⁶ Projeto e realização de Alfonso Ballester, com assistência de João Batista de Oliveira.

⁷ Idem.

⁸ Projeto e realização de Dayse de Andrade Tarricone, com assistência de Magda Pianowski.

⁹ Projeto e realização de Izabel Berteveili.

¹⁰ Projeto e realização de Dayse de Andrade Tarricone e Regina Martinelli.

Todos esses recursos multissensoriais podem ser utilizados separados ou simultaneamente, de acordo com a avaliação da equipe do Programa, em conjunto com os educadores dos grupos interessados em realizar as visitas educativas ao Museu.

Além dos recursos aqui apresentados, somam-se às ações do Programa cursos de formação, consultorias, formação de funcionários, publicações em dupla leitura (tinta e Braille) com áudio CD, guia de visita para surdos e a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, uma das ações premiadas com o 3º Prêmio Darcy Ribeiro de incentivo às Práticas Educativas em Museus, no ano de 2010

Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras do Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo

A Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras é uma exposição elaborada para possibilitar que pessoas com deficiências visuais possam usufruir da arte de forma autônoma como qualquer outro visitante do Museu. Para garantir essa autonomia, as 12 esculturas que compõem a exposição podem ser tocadas por pessoas com deficiências visuais. As pessoas não videntes recebem, ainda, informações por meio de audioguia, etiquetas, folheto em dupla leitura (tinta e Braille) e mapa tátil contendo orientações sobre este espaço, com imagens em relevo.



A exposição conta também com expografia adaptada a circulação, aproximação, alcance visual e manual das obras selecionadas voltadas, principalmente, às pessoas em cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida. O percurso de visita é também orientado por um piso tátil, que permite e indica, com segurança, um caminho para a exploração das obras que se encontram na galeria.

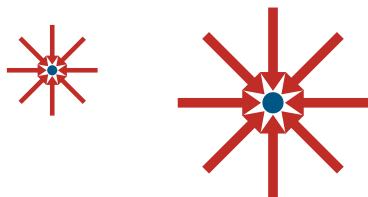




As 12 esculturas em bronze, produzidas nos séculos XIX e XX, pertencentes ao acervo da Pinacoteca do Estado, foram selecionadas considerando a preferência do público com deficiências visuais que participou de visitas orientadas ao acervo do Museu nos últimos cinco anos.

Outro critério adotado para a seleção das obras foi a existência de fatores que facilitam a sua compreensão e sua apreciação artística ao serem tocadas, como dimensão, forma, textura e diversidade estética.

Para complementar essas ações, a Pinacoteca editou um catálogo, impresso em tinta e em Braille que inclui um áudio CD distribuído gratuitamente aos visitantes da exposição.





Considerações Finais

As ações inclusivas em museus são determinantes para o cumprimento de sua função social e contribuição nos processos compartilhados de construção das identidades de seus cidadãos. As ações desenvolvidas pelo *Programa Educativo para Públicos Especiais*, do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, possibilitam o cumprimento dessa função social ao oferecer aos indivíduos condições diferenciadas para propiciar a igualdade no direito de fruição da cultura. É importante, também, ressaltar a relevância do estabelecimento de parcerias e apoios entre as instituições culturais, a iniciativa privada e o terceiro setor em torno de projetos comuns, cujo objetivo esteja pautado pela consciência da necessidade do compromisso com a responsabilidade social em nosso País. Essa parceria pode assegurar a qualidade e a permanência de programas dirigidos aos públicos muitas vezes menos reconhecidos e excluídos em nossa sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento e a permanência das políticas culturais inclusivas, fazendo com que a Pinacoteca do Estado se torne uma referência tanto em suas ações educativas quanto no cenário museológico brasileiro.



Museu Paraense Emílio Goeldi

O Museu Goeldi leva Educação em Ciências às Comunidades Amazônicas

Ana Claudia dos Santos da Silva e Helena do Socorro Alves Quadros

RESUMO: O artigo retrata o desenvolvimento do Projeto *O Museu Goeldi leva educação em ciência à comunidade*. Esse Projeto faz parte do Serviço de Educação e Extensão Cultural da Coordenação de Museologia desde 1985, desenvolvendo atividades e programas de educação ambiental com as comunidades periféricas da cidade de Belém. Teve seu início em três centros comunitários no bairro da Terra Firme: Bom Jesus, Santa Cruz e Da Paz, com o título o Museu Goeldi leva educação em ciência à Periferia. Com o seu crescimento e avaliações, mudou-se o título, e o número de comunidades de outros bairros foi aumentando gradativamente.

Palavras-chave: Museu Goeldi; Terra Firme; Comunidades Amazônicas; Educação.

Notas Biográficas: Ana Claudia dos Santos da Silva – Turismóloga, especialista em Educação Ambiental, mestre em Memória Social e Documento, técnica em Ciência e Tecnologia Nível III, atuando na Coordenação de Museologia desde 1986.

Helena do Socorro Alves Quadros – pedagoga, especialista em Ação Educativa e Cultural em Museus; especialista em Educação Ambiental; mestre em Educação, tecnóloga sênior do MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi, atuando no Serviço de Educação e Extensão Cultural da Coordenação de Museologia desde 1982.

Introdução

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) firmou um alto conceito científico, nacional e internacionalmente, graças às pesquisas que desenvolve, mantendo profundas raízes locais. O que mais impressiona na Amazônia, quando se observa o contexto natureza-homem-tempo, é a pobreza de sua população, com nível de vida, de modo geral, baixo, sobrevivendo a duras penas, sem horizonte. O homem da Amazônia – o amazônida – vive em uma região a ser desenvolvida; conhecê-lo é o primeiro passo, visualizando transformações essenciais à melhoria da qualidade de vida dessa população sem, no entanto, alterá-la

Emílio Augusto Goeldi, consolidador do que Domingos Soares Ferreira Penna iniciou com sua Associação Philomática, em 1866, entendia como sendo o caráter e o espírito do hoje Museu Paraense Emílio Goeldi seu papel de instituto que, de perto, relaciona-se com o nosso futuro pelo muito que pode influir para a elucidação de partes obscuras da ciência e pelo muito que pode contribuir para o desenvolvimento da Amazônia. Com essa perspectiva, em 1985, iniciamos a essência e o contexto do Projeto *O Museu Paraense Emílio Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade*.

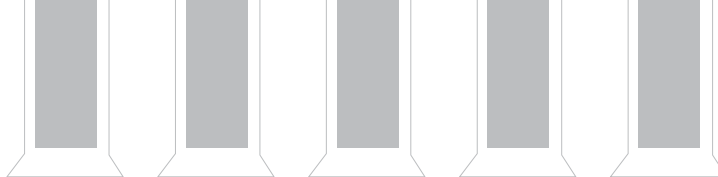
O Projeto foi criado como estratégia do Museu Goeldi para aproximação da instituição com as comunidades do entorno do Campus de Pesquisa do Museu, localizado no bairro da Terra Firme, pelo então Diretor Dr. Guilherme de La Penha. A fase inicial do Projeto pretendeu interagir com o bairro da Terra Firme, na Cidade de Belém do Pará, junto aos Centros Comunitários Santa Cruz, Da Paz e Bom Jesus. Essas três comunidades caracterizaram o espectro clássico da realidade de uma comunidade amazônica.

O bairro de Terra Firme pertence à bacia do rio Tucunduba, localizado a sudoeste da cidade de Belém, que é um dos afluentes do rio Guamá. O bairro possui uma área de 1.055 ha, sendo, aproximadamente, 575 ha de área de baixada, o que equivale a 21,02% das áreas de várzea da cidade (QUADROS, 2007). O bairro caracteriza-se pela baixa qualidade de vida e altos índices de violência e marginalidade. Com base nesses aspectos, o Museu Goeldi concentrou suas ações para alimentação saudável, saúde e meio ambiente.

Utilizando o Museu Goeldi e todo o seu potencial de conhecimento e de recursos humanos como instrumento de ação e de apoio no atendimento das necessidades que as linhas de atuação e de informações que o MPEG dispõe, pode-se desenvolver (com base em experiências semelhantes) a elevação da qualidade de vida das comunidades constantes do universo inicial deste Projeto.

Nesse sentido (Kóptcke apud Sepúlveda, p. 107, 2003), o museu pode ser considerado uma instituição intrinsecamente educativa se levarmos em conta a educação enquanto processo abrangente de socialização, do qual participam diversas instituições e atores sociais.

Um dos objetivos do Projeto foi resgatar o compromisso histórico do MPEG não só com a essência das ideias e valores que inspiraram os seus criadores em cada época, mas também, e acima de tudo, com o homem amazônico, dando ao MPEG condições de atuar como elemento



de instrução popular, levando à comunidade amazônica e colocando permanentemente à sua disposição todo o elenco de informações e ensinamentos que essa instituição tem inventariado, pesquisado e desenvolvido ao longo de sua existência.

Para atingir os objetivos deste trabalho, foram realizadas atividades participativas entre o MPEG e os Centros Comunitários selecionados por meio de diversas ações, tais como:

- aplicação de teste de sondagem, com perguntas sobre o conhecimento a respeito da instituição e seu papel junto à comunidade;
- levantamento do perfil socioeconômico do bairro da Terra Firme em instituições públicas, com apresentação dos resultados para a Comunidade.

As ações do Projeto foram elaboradas em conjunto com a comunidade, e constou de: visitas orientadas ao Campus de Pesquisa e ao Parque Zoobotânico do MPEG; orientação didática a alunos e professores; cursos para os professores leigos; palestras, seminários e eventos sobre saúde e educação; atividades recreativas no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi sob orientação de professores de educação física; criação e distribuição de ingressos comunitários para visita ao Parque Zoobotânico, Aquário e Exposições; aplicação de questionários para avaliar o andamento do Projeto.

Após essa fase de implantação do projeto, foi elaborada a segunda etapa sob o título *O Museu Paraense Emílio Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade*, tendo como tema central a educação ambiental, em que a ação mais solicitada pela comunidade foi relacionada à alimentação. Para alcançar esses objetivos, foram realizadas oficinas teóricas e práticas sob o referido tema.

Alimentação Saudável

O Museu Paraense Emílio Goeldi, em uma perspectiva de educação ambiental, promove, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e à melhoria da qualidade ambiental, mostrando a possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais, a biodiversidade e a importância do não desperdício.

Desse modo, a busca de uma alimentação saudável também se constitui elemento de educação ambiental, visto que a má nutrição, incluídas a subnutrição e as carências nutricionais, continua sendo uma das principais causas de disfunções e doenças na região.

Em 1987, foi realizado o primeiro *Curso de Alimentação Saudável*, ministrado pela Dra. Clara Takaki Brandão, pediatra e nutróloga, para agentes comunitários, que se transformaram em agentes multiplicadores. Dentro do conteúdo dos cursos e/ou oficinas, são realizadas palestras sobre noções básicas de higiene, sua importância para a saúde, os recursos naturais e a biodiversidade da região, seguidas da parte prática para o preparo das receitas.

Segundo Brandão (1996), antigamente, o solo era mais rico e por isso os alimentos eram mais completos. Naquele tempo não se usavam produtos químicos. A poluição industrial, o uso de adubos químicos, hormônios em animais, defensivos agrícolas colaboram para que tenhamos menos saúde.

De acordo com a autora (BRANDÃO, 1996), “O uso de concentrados e minerais e vitaminas (farelos, pó de folhas, pó de sementes, pó de casca de ovo)” forma a multimistura, uma farinha rica em nutrientes, composta de farelos de cereais, trigo e arroz (vitaminas do complexo B, niacina, ferro, cálcio, zinco, fibras e outros nutrientes), pó de folhas verde-escuras, como a da mandioca (vitamina A e ferro), pó de sementes, como o gergelim, que é riquíssimo em energia, proteínas, açúcares, cálcio, além de ferro, fósforo e outros nutrientes, pó de casca de ovo (cálcio: 1,5 g, contém cerca de 500 mg de cálcio) e outros ingredientes, como: amendoim, soja, farinha de mandioca, fubá e trigo.



Antes aprendizes das técnicas da alimentação sustentável, os líderes comunitários, hoje, são chamados a dar cursos sobre o assunto. Cabe aos pesquisadores do Museu Goeldi fornecer as informações científicas necessárias para que seja entendida a importância da utilização também das cascas, folhas e talos dos alimentos.

A partir de 2003, em parceria, a Coordenação de Botânica, o Serviço do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi e a Sociedade Zeladora Amigos do Museu Goeldi realizam, anualmente, o Festival de Gastronomia Inteligente, integrado à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia, com uma ampla programação de palestras e degustação de alimentos, mostrando a importância do conhecimento e da cultura para a qualidade de vida das comunidades de Belém, solicitando que essas ações sejam ampliadas para outras comunidades amazônicas.

Com essa experiência de 25 anos, o Museu Goeldi detém alguns resultados, como a publicação do livro O Museu Goeldi e a Comunidade do Bairro da Terra Firme – a educação ambiental mostrando os novos rumos (NUMA/UFPa, 1996); Educação em Ciência para a comunidade, publicado no Livro Diretrizes educacionais: Educação Ambiental em jardins botânicos (Rede Brasileira de Jardins Botânicos/Botanic Gardens Conservation International,

2003); exposições sobre as atividades, implantação de hortas e bibliotecas comunitárias no bairro da Terra Firme; exibição de vídeos científicos, visitas dos comunitários às coleções e cientistas nas comunidades.

Museu Goeldi: lugar de educação, conhecimento e de memória

Com base na experiência de 25 anos do Museu Goeldi com o bairro da Terra Firme, buscou-se reconstruir a memória desses comunitários ao longo do trabalho desenvolvido. Para isso, foram realizadas diversas oficinas, tendo como tema principal a memória social e como objetivo: buscar na memória dos moradores do bairro da Terra Firme aspectos da relação museu/comunidade, construída ao longo de 25 anos.

A ação foi realizada pela primeira vez em dezembro de 2000, sendo estruturada de forma que todos interagissem e pudessem compartilhar suas lembranças (memórias) individuais e coletivas. Os participantes produziram trabalhos individuais e em grupos, nos quais puderam vislumbrar diversos aspectos da memória coletiva relacionados ao seu cotidiano e ao trabalho desenvolvido pelo Museu.

Alguns depoimentos dos participantes mostraram que as lembranças guardadas em relação ao museu são muito intensas, visto que essa instituição teve um importante papel na vida do grupo, principalmente nos meados da década de 1980. Nessa época, o Museu iniciou o trabalho comunitário no Bairro da Terra Firme contribuindo para a estruturação do Centro Comunitário Bom Jesus, por meio de várias atividades já citadas em parágrafos anteriores.

Antes dos trabalhos, os moradores desse bairro viam o museu Goeldi como um corpo estranho que se inseriu em seu espaço social, isto é, comprovado pelo depoimento de vários comunitários coletados durante as oficinas: “Até eu conhecer outro lado do Museu, em 1985, imaginava que ele era só para os barões e os pesquisadores” (D. Francisquinha Terra Firme).

Entende-se que a memória social é construída com base na experiência adquirida no convívio em grupo. As práticas sociais configuram a forma como o grupo interage com seu meio, conferindo um sentido ao seu passado. Cabe ressaltar que essa memória se orienta para o presente, ou seja, atualiza-se a cada experiência vivida pelo indivíduo.

As experiências realizadas com os comunitários levaram à criação de um espaço no Bairro da Terra Firme que contasse a história de vida de seus moradores, mostrando como o bairro foi organizado por meio da luta e do trabalho de seus moradores. Assim, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) chegou a Terra Firme com o Programa *Ponto de Memória*.

O *Ponto de Memória* é um Programa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), do Ministério da Justiça, que tem por concepção reconstruir a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, de suas histórias e de seus valores (IBRAM, 2009).

Esse Programa busca o empoderamento social daqueles grupos que ainda não tiveram a oportunidade de contar suas histórias e memórias por intermédio dos museus, incentivando a apropriação desse equipamento pelas comunidades, de forma que se sintam representadas.

O Museu Goeldi cumpre o papel de intermediar esse processo de análise crítica do passado, recriando e construindo a memória social do grupo. Dessa forma, o museu assume a sua função social de espaço para construção de cidadania e identidade cultural, buscando a transformação social pela educação, e da produção de conhecimento sobre a Amazônia.

Resultados

A primeira fase do Projeto teve como resultado, no bairro da Terra Firme, os mais baixos índices de qualidade de vida e a alta taxa de desnutrição, o que nos levou a reorganizar o objetivo, enfatizando a saúde alimentar. Em uma perspectiva de meio ambiente e ciência como qualidade de vida, foi proposta uma nova versão, com o objetivo de despertar nas comunidades organizadas a importância de ações de preservação do meio ambiente.

A importância e a oportunidade do Projeto transcenderam, em muito, o custo de sua implantação, em termos da gama de benefícios contemplados, especialmente no que concerne à interação do Museu Goeldi com a comunidade amazônica, colocando essa instituição na perspectiva correta de sua tradição histórico-científica, reforçando a importância social de sua atuação.



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. C. **Projeto**: o Museu Goeldi leva educação em ciência à periferia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

BRANDÃO, C. T.; BRANDÃO, R. F. **Alimentação alternativa**. Brasília: Centro de Pastoral Popular, 1996.

KÖPTCKE, L. S. A Análise da Parceria Museu-Escola como Experiência Social e Espaço de Afirmação do Sujeito. In: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.). **Educação e museu**: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Access, 2003.

QUADROS, H. S. A. **A história do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990.

QUADROS, H. S. A.; FERREIRA, E. S. **O Museu Paraense Emílio Goeldi e a comunidade do bairro da terra firme**: a educação ambiental mostrando novos rumos. Belém: UFPA/NUMA, 1996. (Estudos do Numa, 6).





Centro de Pesquisas Museológicas – Museu Sacaca

Museu Sacaca e Ações Educativas na Comunidade

Maria Betânia Silva Lima e Nilda Castilho Barbosa

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a importância da educação patrimonial para o desenvolvimento de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do patrimônio cultural, integrando o fazer acadêmico às práticas populares, a exemplo da museologia contemporânea, que traz uma nova perspectiva de atuação, desvinculando-se dos acervos apenas materiais existentes nos espaços dos museus, direcionando as ações com vistas a uma abordagem preliminar sobre o papel da educação patrimonial no processo de desenvolvimento das ações museológicas. Nesse sentido, o Projeto *Apoena* propõe reunir junto à comunidade amapaense, mediante ações interdisciplinares, a popularização da ciência formal das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), tendo como promotores as divisões que integram o Centro de Pesquisas Museológicas – Museu Sacaca, por meio de oficinas difusoras de conceitos astronômicos, filosóficos, culturais, geográficos e matemáticos, de maneira lúdica, intercambiando conhecimentos e respeitando os mais diferentes saberes e diversidades culturais.

Palavras-chave: Museu Sacaca; museologia; ação educativa; etnoastronomia.

Notas Biográficas: Maria Betânia Silva Lima – especialista em Educação Ambiental e Manejo de Recursos Naturais-UFPA, licenciada em Arte-Educação pela Unifap e Bacharelado em Turismo pela Iesap, responsável pelo Grupo Atividade de Etnoastronomia e Educação.

Nilda Castilho Barbosa – especialista em Tecnologia em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), licenciada em Pedagogia pela Unifap, coordenadora do Projeto *Apoena*, responsável pelo Grupo Atividade de Etnoastronomia e Cosmologia.



Histórico do Projeto

No decorrer de sua evolução, o homem tem produzido conhecimento e utilizado vários materiais na elaboração de objetos para seu uso, resultado de suas necessidades enquanto transformador de seu meio. Como consequência dessas ações, temos os acervos materiais e imateriais. Ainda neste novo milênio, as sociedades humanas encontram-se diante de diversos desafios. A busca de novos caminhos, com a preparação de profissionais capacitados para transformar o presente, tendo como referencial a análise do passado, e de projetar ações para o futuro é uma das exigências feitas aos espaços museais, que devem ser considerados como locais geradores de questionamentos e de produção de conhecimento.

Crescem a cada dia as iniciativas de integrar o fazer acadêmico às práticas populares, fato que pode ser constatado em várias áreas do conhecimento, a exemplo da Museologia Contemporânea, que traz uma nova perspectiva de atuação, desvinculando-se dos acervos apenas materiais existentes nos espaços dos museus para olhar e interagir com o homem em sua plenitude. A concepção do fazer cultural é ampliada, sendo necessário realizar ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação com o objetivo de “qualificar o cotidiano como patrimônio cultural considerando-o como um suporte essencial para o desenvolvimento social”.¹

O Centro de Pesquisas Museológicas – Museu Sacaca é o resultado da fusão de dois museus, formados pelas coleções de renomados pesquisadores do estado do Amapá: o professor Waldemiro Gomes, que a partir do acervo coletado em suas pesquisas, em 1966, instalou o Museu Comercial-Industrial; e o trabalho de pesquisa do professor Reinaldo Damasceno, que deu origem ao Museu de História Natural. Como um campo fértil para atuação de um complexo museológico, foi concebido o Museu Sacaca, que tem como missão “Promover a apropriação e reapropriação do patrimônio cultural, por meio das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, contribuindo para a preservação do patrimônio global, visando o desenvolvimento humano e sustentável”,² atuando, dessa forma, na produção de conhecimento, no sentido de formar cidadãos críticos e aptos a exercer a sua cidadania, tendo como suporte a sua identidade cultural.

A aplicação do processo museológico não está restrita à instituição museu. Tal processo pode anteceder a existência dessa instituição ou ser empregado em qualquer contexto social, devendo ter na pesquisa o suporte essencial para o seu desenvolvimento. Portanto, essas ações devem estar direcionadas para “a compreensão da relação do homem com o mundo em seus aspectos tangíveis e intangíveis a partir da qualificação do fazer cultural estabelecido pelo ‘olhar museológico’ que nos permite musealizar este fazer dentro da prática social, em sua dinâmica real”.³ Dessa forma, nasceu o Projeto *Apoena*,⁴ visando contribuir por meio

¹ SANTOS, Maria Célia T. Moura. Documentação museológicas, educação e cidadania. In: _____. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. UFBA: Salvador, 1991.

² Id., 2002.

³ Ibid.

⁴ Apoena, na Língua tupi-guarani significa “aquele que enxerga longe”.



de ações interdisciplinares balizadoras de espaços promotores, catalisadores e difusores de atividades educativas, científicas e culturais.

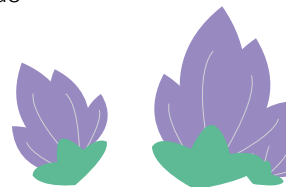
O objetivo geral do Projeto foi promover a popularização da Ciência formal de acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto, mediante atividades interdisciplinares balizadoras de espaços promotores, catalisadores e difusores de ações educativas, científicas e culturais, nas quais o público possa se envolver sensorialmente e emocionalmente por meio das oficinas.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: difundir as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), de maneira lúdica; disseminar conceitos astronômicos, filosóficos, geográficos e matemáticos, respeitando os mais diferentes saberes e diversidades culturais por meio das ações do Planetário Móvel Maywaka;⁵ garantir, no final de cada atividade, a interação e a troca de conhecimentos entre as comunidades, sensibilizando o público-alvo quanto à sua importância no processo de obtenção do conhecimento científico e cultural; proporcionar experiências que despertem os educandos para a importância da preservação ambiental e da história das plantas medicinais e tóxicas, e seu valor nutricional, desde a antiguidade, tornando possível desenvolver conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental; e promover a aproximação dos participantes com a prática arqueológica, aguçando a curiosidade sobre a produção e as “leituras” sobre a cultura material por meio de seu objeto de estudo.

A ação educativa, como processo de comunicação do Centro de Pesquisas Museológicas – Museu Sacaca, levando em consideração o potencial criativo do sujeito e seu contexto cultural nas demais práticas sociais globais, visa intercambiar conhecimento entre museu, escola e sociedade. O Museu é coordenado pela Divisão de Pesquisa e Acervo. O Projeto teve como desafio atender a alunos de escolas da periferia de nossa cidade e também de outro município do estado, Cutias do Araguari, na tentativa de levar os agentes envolvidos a refletir sobre as nossas desigualdades e sobre os nossos processos de exclusão, tarefa necessária para diminuir a pobreza política e socioeconômica. Considerou-se também outro desafio a ser vencido, o processo de inclusão social, que foi detectado pela carência de atendimento aos educandos com necessidades especiais, em uma perspectiva da Educação Inclusiva, articulando o princípio da igualdade de condições e a valorização das diferenças entre escola e sociedade. Com a nova museologia, é possível propiciar oportunidades para as pessoas com necessidades especiais, para que adquiram habilidades e competências e ocupem na sociedade um lugar como cidadãos críticos, conhecedores de seus direitos e promotores sociais ativos. Nesse momento, atendemos também alunos da área quilombola, onde foi enfatizado o papel da herança histórica da comunidade da APA do Curiaú, formada por remanescentes de escravos que, durante a construção da Fortaleza de São José de Macapá, fugiram para o local buscando refúgio.

Com base nesse contexto, as atividades do Projeto foram realizadas uma vez ao mês, sendo desenvolvidas nos dois turnos – manhã e tarde. As oficinas ofertadas foram: “Etnoastronomia Divertida e Educação Ambiental”, com a participação do Planetário Maywaka da Divisão de

⁵ Maywaka: significa “universo” na língua dos índios Palikur.





Pesquisa e Acervo (DPA), que objetiva valorizar a diversidade cultural, explorando o conhecimento astronômico produzido pelas diferentes sociedades e segmentos sociais.

A oficina “Patrimônio Cultural – Material e Imaterial”, da Divisão de Ação Cultural e Educativa (Dace), teve como objetivo desenvolver atitudes de valorização e preservação do Patrimônio Cultural como bem constitutivo da consciência de um grupo.

O Grupo Cultural do Museu Sacaca, composto por monitores do Museu, executaram a oficina “Fazendo Arte”, que tem como objetivo proporcionar a interação com o público infantil, utilizando o teatro como uma importante ferramenta para o aprendizado das crianças, pois a arte desempenha papel fundamental para o crescimento da criatividade e para a transmissão de sentimentos e emoções.

Outra oficina foi “Leitura e Ciência”, da Divisão de Pesquisa e Acervo, que objetiva conduzir a criança a expressar sua concepção de mundo e de preservação ambiental, utilizando sua vivência e conhecimento para demonstração, por meio de atividades como: leitura dinâmica de contos e lendas locais e plantio de mudas, a possibilidade da existência de um planeta socialmente justo, solidário e ecologicamente sustentável.

A oficina “Nas Trilhas do Conhecimento”, da Divisão de Exposição e Programação Visual (DEPV), objetiva promover a interação entre o conhecimento popular e o científico por intermédio de recursos expositivos e pedagógicos para a democratização do conhecimento.

Como desdobramento do Projeto, foi incorporada, a partir de 2010, a oficina de “Patrimônio Arqueológico”, que tem como objetivo abordar a ciência arqueológica por meio do conceito de cultura material, promovendo a aproximação dos participantes com prática arqueológica, e incentivar, com o uso de jogos lúdicos, a reflexão sobre o trabalho arqueológico.

As oficinas aconteceram por meio de exposições, projeção de *slides*, sessões de cúpulas, contação de lendas, jogos interativos, plantio de mudas de plantas medicinais, desenhos,



recortes, pintura e apresentação de peças teatrais. O Projeto foi realizado com dificuldades, porém, a motivação foi algo primordial para concluirmos as ações. Entretanto, falar dos processos museais e da sua aplicação nos diversos contextos, visando ao desenvolvimento social, torna possível o processo de ação e reflexão dos agentes envolvidos.

A partir da análise das ações desenvolvidas no Projeto *Apoena*, concluímos que o fazer museológico é o resultado das relações humanas, em um determinado momento histórico, relacionado às demais práticas sociais globais, contextualizadas em um mundo em constante transformação. Com base nessa constatação, talvez possamos afirmar que a ação participativa dos agentes envolvidos no Projeto foi uma das características mais marcantes. No contexto geral, os resultados foram positivos, pois a história que vale a pena é aquela participativa, ou seja, com o menor teor possível de desigualdade, exploração e opressão. Foi muito gratificante ouvir dos professores do Centro de Educação Especial Raimundo Nonato que “a vinda do museu até a escola, proporcionando a acessibilidade aos que têm alguma deficiência e que, muitas vezes, são esquecidos pela sociedade é um verdadeiro avanço na área da museologia”. Compreende-se que educação e museologia estão em constante interação, tornando possível o processo de formação da competência humana. O Museu Sacaca não está limitado somente à aplicação dos procedimentos técnicos de registro e conservação do acervo, exposições, “apresentações exaustivas do conhecimento”, nem tampouco apenas uma instituição de pesquisas científicas, mas busca também, pela cultura qualificada, produzir conhecimento elaborado no processo educativo, por meio das ações de preservação, pesquisa e comunicação.

Referências Bibliográficas

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Documentação museológica, educação e cidadania In: _____. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. UFBA: Salvador, 1991.

_____. **Plano Museológico do Museu Sacaca**. Macapá: Museu Sacaca/Iepa, 2002.



Museu da Misericórdia

Projeto Construção da Memória

Jane Palma

RESUMO: O Museu da Misericórdia realizou o Projeto *Construção da Memória*, na cidade de Salvador, para difundir o conceito de preservação do patrimônio arquitetônico, fomentar a pesquisa e o conhecimento histórico sobre a cidade e valorizar os profissionais policiais. Foram aplicadas aulas teóricas e monitoradas caminhadas patrimoniais, uma experiência da vivência do espaço urbano.

Palavras-chave: Museu da Misericórdia; Santa Casa de Misericórdia da Bahia; espaço de multiplicidade de linguagens e diversidade de suportes culturais; foto; escultura; música; dança.

Nota Biográfica: Jane Palma – autora e executora do Projeto, museóloga, formada pela UFBA, com especialização em documentação e restauro.



O Projeto é uma iniciativa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, por meio do seu núcleo cultural – O Museu da Misericórdia – para ampliar os conhecimentos do contingente de policiais do 18º Batalhão da Polícia Militar de Salvador mediante um curso com 180 horas/aula, distribuídas em quatro núcleos, partindo da realidade e da vivência dos policiais, tendo em vista que a abrangência de atuação desses militares é o Centro Histórico de Salvador, onde se concentra a maior parte do patrimônio cultural edificado representado por prédios históricos, museus, igrejas seculares e monumentos; ali estão consolidadas importantes representações do patrimônio intangível da cultura baiana, como danças, crenças, cantos e ritos. Assim, foram ministradas aulas de História da Bahia, noções de Patrimônio e de Cerâmica e Azulejaria, motivadas por leituras de textos literários, pelas caminhadas patrimoniais, pelas visitas guiadas aos museus do sítio histórico em questão e por oficinas práticas de pintura e de conservação de azulejos.

Aula teórica com carga horária de 60 horas/aula abordando os seguintes subtemas:

- A economia baseada no trabalho escravo.
- A transferência do governo para o Rio de Janeiro.
- A guerra pela Independência.
- A República de 1889 na Bahia.
- A Bahia do século XX.
- A Ditadura Militar e o retorno à democracia.
- Os Primeiros habitantes do atual território do estado da Bahia.





- Os europeus na baía de Todos os Santos.
- A chegada dos africanos.
- As capitânicas na Bahia.
- A fundação da cidade do Salvador.
- As invasões holandesas.
- Conceitos básicos de patrimônio.
- Os vários tipos de patrimônio:
 - cultural e natural;
 - artístico e histórico;
 - tangível e intangível.
- O que é preservar?
- Para que preservar?
- A herança cultural deixada pelos indígenas, europeus e africanos.
- Identificação do patrimônio cultural da cidade, estabelecendo o limite geográfico de abrangência desse Projeto.
- O bairro de Santo Antônio Além do Carmo.



- O Pelourinho.
- Terreiro de Jesus.
- Praça da Sé.
- Praça Municipal e adjacências.
- Praça Castro Alves – o monumento, a paisagem e a simbologia que carrega (espaço do povo e do poeta).
- O Campo Grande.
- O Corredor da Vitória.
- História da cerâmica do período Paleolítico até o atual.
- A tradição cerâmica da Bahia e sua produção – objetos artísticos e utilitários.
- Introdução à restauração de azulejaria:
 - processo de fabricação;
 - fatores e agentes nocivos a azulejaria;
 - preservação e conservação de azulejos.
- Produção artística com oficina de pinturas em azulejos.

As aulas foram ministradas por profissionais graduados em História, Museologia, História da Arte e Artes Plásticas, sob a coordenação pedagógica da Professora Doutora Heloísa Helena Gonçalves da Costa. Os professores trabalharam os temas por meio de aulas expositivo-interativas, motivadas com apresentações de textos literários de autores baianos como Gregório de Matos, Castro Alves e outros condizentes com o assunto em pauta, e com exercícios de observação dos alunos. As aulas foram ilustradas com fotografias dos espaços trabalhados, utilizando-se recursos multimidiáticos, oportunizando aos participantes levantarem questionamentos e exporem suas opiniões e conhecimentos.

Os objetivos que nortearam o Projeto *Construção da Memória* foram: oferecer uma base instrumental para que os participantes pudessem compreender conceitos artísticos relacionados ao patrimônio cultural e identificar os vários tipos de bens artísticos da cidade de Salvador, relacionando esse patrimônio com a história social e política da cidade e do estado; criar uma memória coletiva no que tange à preservação do patrimônio artístico e cultural da cidade de Salvador; preparar os policiais para, ao ser interpelados, darem informações corretas acerca dos monumentos e edificações localizadas nesse sítio; e valorizar a ação de salvaguarda dos policiais militares, melhorando sua autoestima, na medida em que tomam consciência do valor histórico e cultural dos bens sob a sua guarda.



Espera-se que os policiais, além de assimilar os conhecimentos adquiridos, sejam também agentes multiplicadores na corporação onde atuam e na família. Cada participante tem a possibilidade de se tornar um formador de opinião, estimulando a todos para atos responsáveis com relação ao patrimônio.

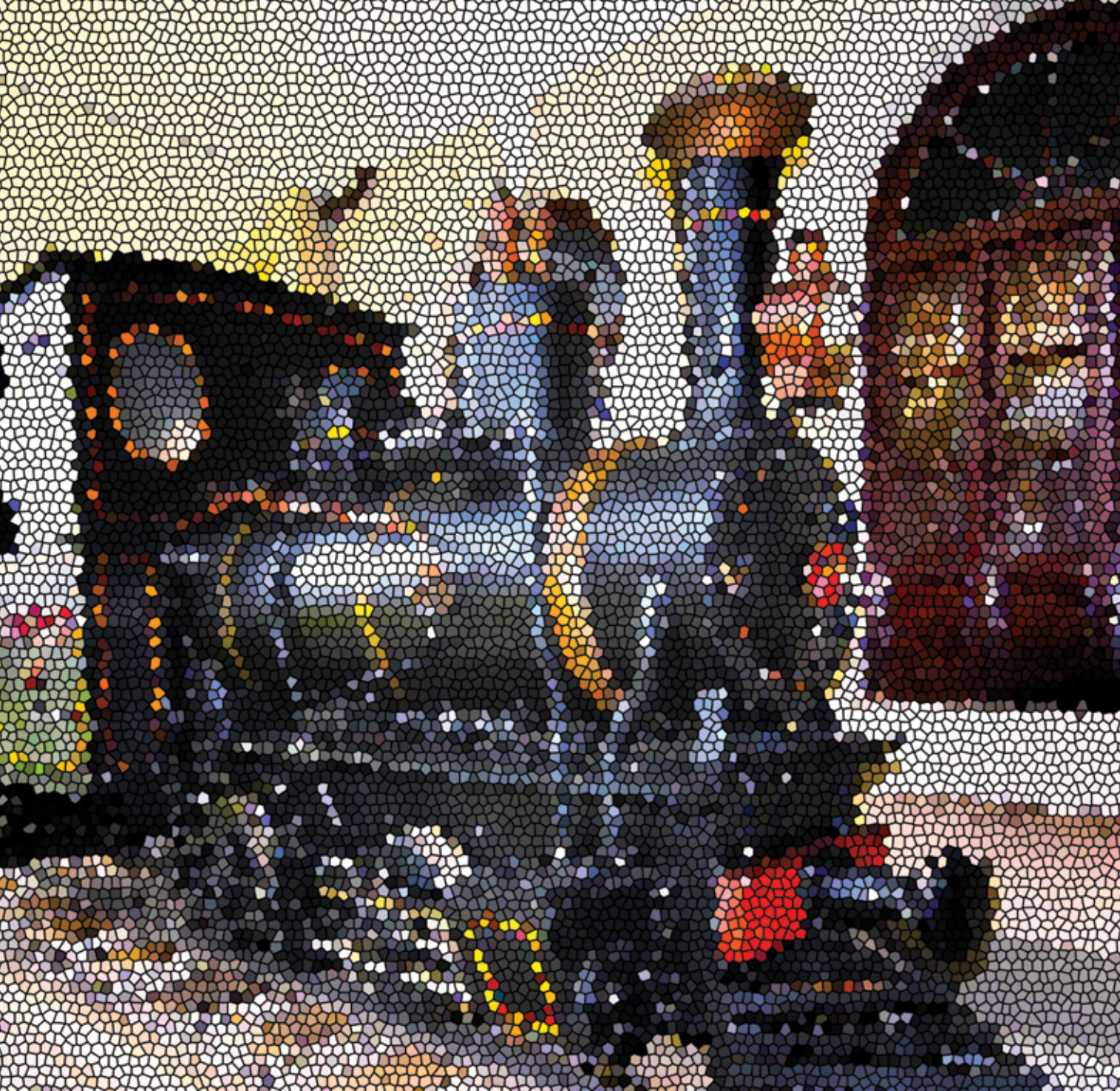
Os moradores e turistas que transitam por esse rico território cultural serão beneficiados, porquanto os policiais estarão aptos a informar sobre o patrimônio ali existente, sobre a localização dos monumentos e sobre o que eles representam para os habitantes da cidade e do estado.

Fundamental para o entendimento das culturas e da sua identidade, o Projeto *Construção da Memória* pode ser aplicado em várias categorias profissionais de focos diversificados: turístico, ambiental, educativo, artístico, com adaptação de núcleos dependendo do público-alvo.

Esse Projeto foi desenvolvido dentro do conceito sociocultural do Museu da Misericórdia, que, anualmente, executa ações educativas voltadas para a valorização de pessoas, fomento à pesquisa e preservação da nossa história e do nosso Patrimônio, a exemplo da exposição e vivência *Olhar dos Dedos*, direcionada ao público de deficientes visuais, e Santos Médicos do Povo, voltado para a classe da 3ª idade, além do trabalho de pesquisas e recepção com alunos de faculdades e escolas em geral.

Além das salas de exposições permanentes, que abrigam um acervo classificado em diversas categorias: alfaia, mobiliário, pinacoteca, datados do século XVII ao XXI, contamos com uma sala destinada a exposições temporárias, na qual, anualmente, temos três mostras de arte, em linguagens diferenciadas (escultura, pintura, fotos), para dinamizar o espaço.

Esse potencial histórico está disponibilizado, diariamente, das 10h às 17h, de segunda a sábado, e aos domingos e feriados, das 13h às 17h, recebendo um público de 38.248 pessoas no ano de 2010.



Museu Ferroviário de Juiz de Fora

O Homem que Amava o Trem

Ana Maria Ribeiro de Oliveira e Livia Maia Caldeira Arantes

RESUMO: O presente artigo originou-se de concursos de Artes Visuais e Literatura que foram realizados durante quatro anos consecutivos no Museu Ferroviário de Juiz de Fora. Na quarta edição, em 2009, as atividades desenvolvidas entre estudantes do ensino fundamental da cidade tiveram como foco o patrimônio imaterial, considerando como referência depoimentos coletados entre ex-ferroviários e visitas guiadas ao acervo do Museu Ferroviário.

Palavras-chave: Museu Ferroviário de Juiz de Fora; patrimônio imaterial; acervo.

Notas Biográficas: Ana Maria M. Ribeiro de Oliveira – graduada em Arte/Educação Artística e Psicologia, pós-graduada em Psicopedagogia. Exerce a função de diretora do Museu Ferroviário.

Livia Maia Caldeira Arantes – graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pós-graduada em Criação e Produção para Mídias Eletrônicas. Exerce a função de produtora cultural.

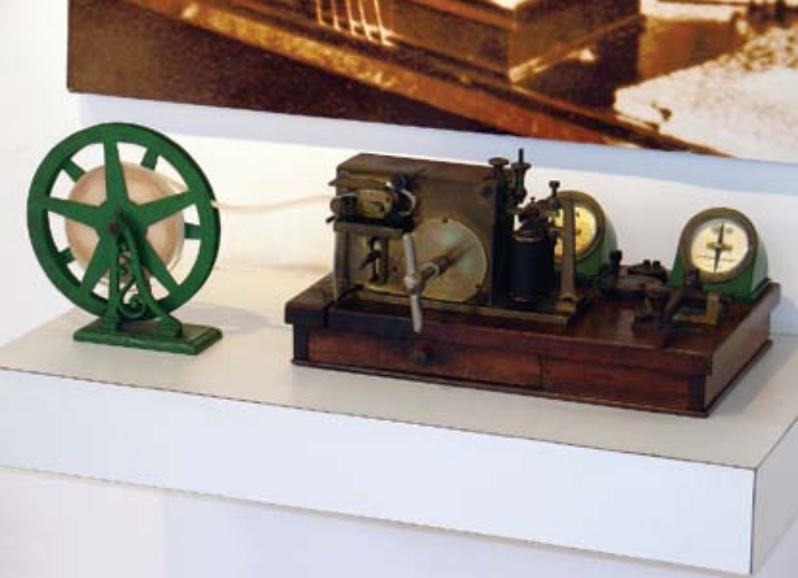


O Museu Ferroviário (MF), mantido pela Prefeitura de Juiz de Fora por meio da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), está instalado no prédio da antiga estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Reúne em seu acervo coleções de variada natureza tipológica que ilustram aspectos relacionados ao transporte ferroviário e aos seus impactos na vida econômica, social e cultural.

Os projetos realizados no MF têm por objetivo integrar o Museu ao circuito cultural da cidade, estimular a divulgação e a valorização de seu acervo e da edificação. Durante o ano, é disponibilizado no MF um amplo programa de Educação Patrimonial que inclui ações continuadas e gratuitas.

Assim, o Museu realiza atividades socioeducativas, articuladas com as secretarias de Educação dos municípios da região, permitindo às crianças o acesso a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e valorização da herança cultural e das questões patrimoniais ligadas à ferrovia.

Em 2006, com o tema Viva o Trem, o primeiro concurso anual iniciou uma ação educativa de sensibilização para a importância do acervo do Museu Ferroviário, até então desconhecido pela comunidade escolar.



Em 2007, a temática do trabalho foi a evolução das locomotivas no mundo – da Maria Fumaça ao trem-bala. O concurso Lá vai o Trem instigou a discussão sobre o futuro do patrimônio cultural da cidade na presença do moderno transporte ferroviário de cargas.

No ano seguinte, usando o potencial da criança para divulgar o MF, o tema Lembrança do Trem de Ferro levou os concorrentes à produção de um cartão postal. Os cartões foram ilustrados com imagem baseada no acervo, contendo no verso uma frase convidando o observador a conhecer o Museu. O objetivo foi aproveitar a capacidade propulsora da criança para mudar a relação com o patrimônio cultural da cidade e preencher lacunas de divulgação do acervo em pontos distantes da comunicação.

Com a realização, em 2009, do 4º concurso anual, *O Homem que Amava o Trem*, o MF discutiu o patrimônio imaterial na construção da identidade de um grupo social. O concurso partiu de depoimentos de ex-ferroviários documentados pelo Museu, no Livro de Registro da Memória Oral da Ferrovia. São relatos que reconstituem parte da história que não está contida no acervo material, e que revelam um panorama geral da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Para o desenvolvimento do Projeto foi disponibilizada, na plataforma do Museu, uma exposição com fotos, biografia e síntese das entrevistas dadas por 12 ex-ferroviários ao Livro de Registro da Memória Oral da Ferrovia. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com a Superintendência Regional de Ensino e com o Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe), o regulamento do concurso foi divulgado na rede de ensino local.

Grupos de alunos, em um total de 887 visitantes, foram recebidos no Museu com palestras, projeção de documentário sobre a ferrovia e caminhada cultural pelo complexo ferroviário (entorno do Museu), guiados por universitários previamente capacitados. Após a visita, os trabalhos foram desenvolvidos nas escolas e encaminhados pelos professores ao Museu, acrescidos de um relato, assinado pelo responsável, documentando a metodologia de trabalho. Para a construção dos trabalhos, os candidatos foram sensibilizados sobre a importância



da preservação do patrimônio histórico ferroviário, usando como ponto de partida as visitas guiadas ao MF, a exposição dos ex-ferroviários e a realização de entrevistas com idosos sobre o tema. Outras informações são encontradas no *blog*: www.amujf.blogspot.com.

Para a escolha dos trabalhos vencedores foi indicada, pela Funalfa e pela Secretaria de Educação, uma comissão julgadora com cinco professores de notório saber em Arte e Literatura. Eles selecionaram os 12 textos e as 13 imagens que mais se destacaram entre os concorrentes para inserção em uma agenda permanente.

Da tiragem de 2.000 unidades, 1.500 agendas foram distribuídas para a comunidade escolar envolvida no processo.

Todo o material gráfico produzido a partir do trabalho dos estudantes traz a identificação de autor, professor e escola, com a proposta de premiar os participantes e estimular sua autoestima.

Ações de Suporte para os Concursos

Diversificadas ações educativas servem de suporte para a realização anual dos concursos que abordam a coleção do MF.

A exposição de 250 desenhos infantis, intitulada O Trem é Verde, considerou a presença da natureza junto à imagem do Trem de Ferro. A mostra foi, em 2009, incluída na programação da Primavera dos Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Com a Dinâmica do Trem Bão durante o período escolar, são oferecidos, aos visitantes mirins, passeio cultural, apresentação de teatro de sombras, oficinas de Arte e de Leitura e recreação na plataforma do Museu.

Em 2009, essa ação conferiu ao Museu Ferroviário o prêmio Amigo do Patrimônio – 4ª edição, outorgado pela Prefeitura, por indicação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.



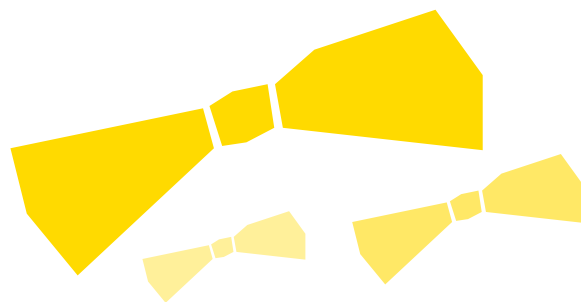
Já o Circuito Ferrovia e Industrialização, incluído como programa da Jornada Mineira do Patrimônio, disponibiliza ao público palestras relativas ao tema ferroviário e visitas guiadas ao acervo do MF.

Em comemoração ao Dia do Ferroviário é realizada, anualmente, uma tarde festiva com apresentação de entrevistas de ex-ferroviários, que são inseridas no Livro de Registro da Memória Oral da Ferrovia. Tais entrevistas são, também, continuamente disponibilizadas para pesquisas.

Após a realização dos concursos percebemos impactos sociais, institucionais e econômicos gerados pelo Projeto e pelas ações desenvolvidas: podemos afirmar que a aproximação entre gerações aumentou a presença de idosos no Museu Ferroviário, reforçou laços de pertencimento com a história da ferrovia em Juiz de Fora e estimulou doações de peças, mapas, documentos e fotografias para serem utilizados em pesquisas.

Tendo em vista a extinção da RFFSA e a inventariança de seu patrimônio, a cumplicidade com a escola fortalece a responsabilidade do poder público municipal com o Museu Ferroviário, garantindo a permanência dessa coleção em Juiz de Fora.

Atribuímos parte do aumento do fluxo turístico na cidade à divulgação na mídia e às publicações decorrentes da programação do Museu Ferroviário, gerando impactos econômicos consequentes do trabalho focado na história da ferrovia e sua relação com a região.



Referências Bibliográficas

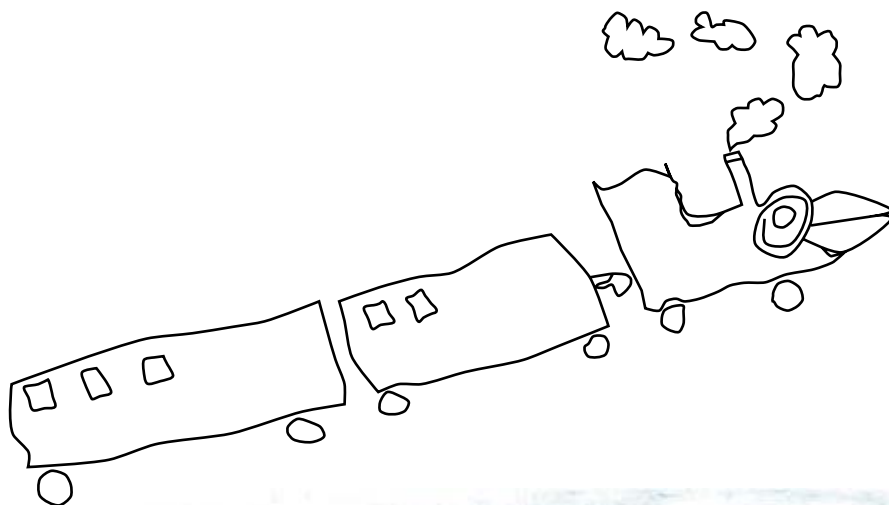
GIRODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. **As ferrovias do Brasil nos cartões postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Solares Edições Culturais, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

SOUKEF JUNIOR, Antônio. **Leopoldina Railway**: 150 anos de Ferrovia no Brasil. São Paulo: Dialeto Latim America, 2005.

VASQUESZ, Pedro (Org.). **Caminhos do trem**: de volta aos trilhos. São Paulo: Dueto Editorial, 2008. 6 v.





agenda

"O homem
que amava o trem"





Museu do Índio

o Lugar onde Moro: topônimos indígenas e seus significados

Lidia Maria Meirelles, Ligia Ribeiro Saraiva e Valéria Silva de Lima

RESUMO: A ação educativa do Museu do Índio de Uberlândia, *Topônimos Indígenas e seus Significados* objetivou desenvolver o interesse e a valorização do patrimônio linguístico indígena, ampliando o conhecimento e o sentido de pertencimento da cidade onde se vive.

Palavras-chave: Museu do Índio de Uberlândia; ação educativa; cultura.

Notas Biográficas: Lidia Maria Meirelles – coordenadora do Museu do Índio de Uberlândia, mestre em Educação, antropóloga graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora de Antropologia da Faculdade Católica de Uberlândia.

Ligia Ribeiro Saraiva – monitora, graduanda em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia.

Valéria Silva de Lima – coordenadora da Ação Educativa do Museu do Índio, mestre em Psicologia, graduada em Artes e Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia.



Desde os primórdios dos tempos, o homem sempre designou elementos do seu território como forma de demarcar seu espaço político e geográfico. No Brasil, o reconhecimento desse território também foi amplamente utilizado pelas populações indígenas. Assim sendo, os acidentes geográficos, a flora e a fauna já eram denominadas mesmo antes da chegada dos portugueses. O estudo dessas denominações e significados possibilita recompor o passado e, ao mesmo tempo, identificar a maneira como essas sociedades se organizavam espacialmente.

É por meio da língua que a cultura se explicita e as pessoas transmitem seus valores. Ela traduz a cultura; traduz, portanto, um universo singular e, ao mesmo tempo, múltiplo, considerando sua diversidade.

Aryon Dall'Igna Rodrigues, um dos mais renomados pesquisadores e conhecedores das línguas indígenas no Brasil, calcula que há 500 anos havia aqui cerca de 1.250 línguas faladas. Contudo, houve uma perda de 85% dessas línguas e, como cada uma corresponde a um povo, cerca de 1.000 povos desapareceram, em uma média de dois povos extintos por ano. A cada desaparecimento de uma língua corresponde a supressão da cultura e do conhecimento humano. Ainda segundo Aryon, o grande responsável por esse fenômeno é a globalização. Esse processo, que a cada dia se intensifica e unifica tudo no mesmo padrão, termina por fragilizar, diluir e extinguir as culturas das minorias. Desse modo, talvez a melhor maneira de sobreviver à globalização seja reforçando as identidades e o conhecimento que se tem sobre elas.

Segundo estimativas, hoje, no Brasil, existem 225 grupos étnicos, falando 180 línguas. Existem línguas faladas por 20 mil pessoas e outras faladas apenas por 20 indivíduos. As línguas indígenas são classificadas geneticamente em troncos, que se derivam em famílias, que, por sua vez, dão origem a línguas e, estas, às vezes, a dialetos. Os troncos com maior número de línguas e de falantes são o Tupi e o Macro-Jê.

Quando os portugueses chegaram ao litoral brasileiro, em 1.500, encontraram povos da matriz linguística Tupi. O convívio com os jesuítas beneficiou muito essas populações, pois sua língua, seus valores, mitos e costumes foram registrados em gramáticas e disseminados como língua geral. O padre José de Anchieta publicou uma gramática, em 1595, intitulada *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Em 1618, publicou-se o primeiro *Catecismo na Língua Brasileira*. Um manuscrito de 1621 contém o dicionário dos jesuítas, *Vocabulário na Língua Brasileira*. No século XVI, ela passou a ser aprendida pelos portugueses, que, de início, eram minoria diante da população indígena. Aos poucos, o uso dessa língua, chamada de Brasileira, intensificou-se e generalizou-se de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população da colônia. As animosidades que os povos do litoral mantinham em relação aos grupos do interior, também conhecidos por Tapuia, foram também absorvidas pelos missionários. Os povos Tupi, quando ocuparam o litoral, expulsaram as populações que lá haviam. Portanto, era importante para os conquistadores europeus se aproximarem e fazerem aliança com o grupo dominante. Dessa maneira, toda a literatura etnográfica que dispomos no Brasil até o final do século XIX é sobre os povos Tupi. Apesar da proibição do uso da língua Tupi, pelo Marquês de Pombal, obrigando o exercício da língua portuguesa em 1758, a influência dessa língua sobre a língua portuguesa no país foi e ainda é predominante, além de ainda hoje ser uma das mais faladas entre os grupos indígenas. Ela está presente nos nomes relativos à fauna e à flora nativas do Brasil, além de coisas, lugares e expressões do nosso cotidiano. O português falado no Brasil só é diferente do falado em Portugal em virtude da existência

do Tupi. Partindo-se do princípio que a língua é a principal base de preservação da identidade e cultura desses povos, podemos concluir que é fundamental conhecê-la e difundi-la.

A toponímia é um das divisões da Onomástica que trata sobre o estudo da designação de nomes próprios de acidentes geográficos físicos e humanos. Por meio do seu estudo, podemos conseguir informações preciosas sobre a história de uma localidade. Os nomes dos lugares, povoações, cidades, distritos, ruas, praças, avenidas ou de quaisquer outros espaços urbanos ou rurais constituem uma referência, quase sempre associada à história da localidade, que importa preservar como patrimônio cultural. Os topônimos constituem, dessa forma, marcas da trajetória do homem por espaços, que necessitam ser preservadas. O topônimo assume um lugar de representação que ultrapassa tão somente o papel de identificar um território, pois pode revelar características sócio-histórico-culturais e/ou físico-geográficas que, provavelmente, motivaram a designação de um determinado aspecto do seu meio. Com grande frequência, são utilizados topônimos indígenas em logradouros públicos. No entanto, seu significado é geralmente desconhecido. Este Projeto teve como objetivo levantar os topônimos indígenas existentes no município de Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro, expressos nos nomes de seus logradouros. Nesse sentido, pretendeu-se estimular o interesse e o acesso à informação sobre o uso e os significados de vocábulos de origem indígena presentes no nosso espaço, em nosso território. Essas formas de expressão necessitam ser difundidas como modo de reconhecer as particularidades culturais da região e como condição de assumir uma posição multicultural, pois o local a cada dia se consolida como um interlocutor necessário na conformação do destino cultural e social de sua comunidade.



No primeiro semestre de 2009, iniciou-se pesquisa e levantamento sobre os topônimos de origem Tupi no município de Uberlândia-MG. Com a identificação dos nomes de ruas, de bairros e de praças, foi realizada uma ampla investigação sobre seus significados.

Nesse momento, a pesquisa nos levou à Prefeitura Municipal de Uberlândia, a qual, após algumas conversas, doou um mapa atualizado da cidade com a divisão dos bairros e ruas.

Em planejamento no museu, refletimos sobre quais as atividades seriam realizadas na ação educativa.

Com objetivos definidos, a programação, visava ao envolvimento dos visitantes, por meio do diálogo, o que permitiu descobrir os conhecimentos que traziam do passado e os que sabiam no presente a respeito das sociedades indígenas.

Em seguida, as etapas do planejamento contaram com a exibição de vídeo, cujo foco eram as transformações que ocorreram com os grupos indígenas. Logo após foi aberto um debate para os esclarecimentos das dúvidas dos visitantes.

Posteriormente, os visitantes eram conduzidos ao espaço expositivo com monitores, que os auxiliaram nas descobertas e dúvidas perante os trabalhos apresentados. Esse momento é essencial para a formação cultural dos indivíduos, uma vez que, ao entrarem em contato direto com os objetos, podem confrontar seus conhecimentos e mitos a respeito da cultura indígena.

Com o objetivo de promover o reconhecimento e o significado com tradução na língua indígena correspondente da denominação de logradouros públicos e bairros do município de Uberlândia, o planejamento constou de duas partes. Uma delas foi a preparação de um jogo para os visitantes. Diante do mapa, era realizado um sorteio, feito pelos visitantes, de um número alocado na caixa confeccionada com motivos indígenas e que correspondia a uma rua no mapa. A regra consistia na leitura em voz alta do nome e do significado da rua sorteada pelo participante.

Esse jogo tinha como objetivo envolver, reconhecer e despertar o contato dos alunos com a língua indígena de maneira lúdica e direta, além de procurar envolvê-los em uma das formas de comportamento dessa cultura indígena, vivenciando o respeito ao ouvir e o respeito ao falar, que permeiam as suas práticas cotidianas indígenas.

Como resultado, observamos, por meio da manifestação dos visitantes, a surpresa de ver escritas as palavras conhecidas de seu cotidiano, às vezes de seu bairro, e ao mesmo tempo desconhecidas em seus significados. Outros tiveram dificuldade em pronunciar as palavras em Tupi, e isso gerou um fato interessante, pois despertou nos alunos a vontade de aprender. Avaliamos que a maioria identificou e conheceu mais palavras de origem indígena usadas no seu cotidiano e, com isso, afirmamos que a consecução do objetivo foi cumprida ao difundir e valorizar a cultura indígena, pois mostramos o quão próximos estamos das línguas indígenas em nosso ambiente.

Na segunda parte, usamos um mapa do Brasil, que o museu dispõe em sua reserva material. Este é fabricado em metal pintado de verde, sustentado por duas bases de ferro com dimensão de 2,00 m x 2,50 m. Acreditamos que esse era um recurso que deveria compor o



trabalho, por ampliar as possibilidades de execução no planejamento das atividades educativas. Em um espaço onde apenas o mapa estava colocado, fixamos cópias coloridas com os nomes dos bairros de Uberlândia e seus significados. Os visitantes, ao entrarem nesse local, aproximavam-se do mapa para ler o que nele estava contido. Com isso, despertamos o interesse para a informação, oferecendo aos visitantes um conhecimento nem sempre disponível nos livros didáticos.

Todas as escolas e ONGs que vieram ao Museu participaram dessa atividade, salvo as crianças ainda não alfabetizadas.

Dentre os visitantes, tivemos um grupo de deficientes visuais, que participou ativamente da proposta com muito entusiasmo.

Outro grupo envolvido foi o dos moradores de bairros periféricos da cidade, que, geralmente, são excluídos desse tipo de atividade cultural. O que lhes chamou atenção foram os nomes dos bairros, tendo sido motivo de brincadeira entre eles. A descontração se deu, principalmente, pelo nome dos bairros de alguns deles significar, por exemplo: “água ruim”. Alguns relataram que tinham avós de origem indígena. Houve o relato de uma menina cuja avó foi “pega no laço” pelo avô. Segundo seu relato, ela ficou muito feliz ao saber mais sobre a cultura indígena e se sentiu mais orgulhosa de sua origem.

A atividade pedagógica com os topônimos foi desenvolvida no período compreendido entre os meses de abril e novembro de 2009.

No total, recebemos a visita de 60 escolas e seis ONGs, perfazendo um total de 3.250 participantes em 2009. Esse número teria sido maior, se não fosse a proibição da visita a locais públicos durante a fase mais grave da gripe A. A projeção que se faz para 2010 é de aproximadamente 5.000 pessoas.

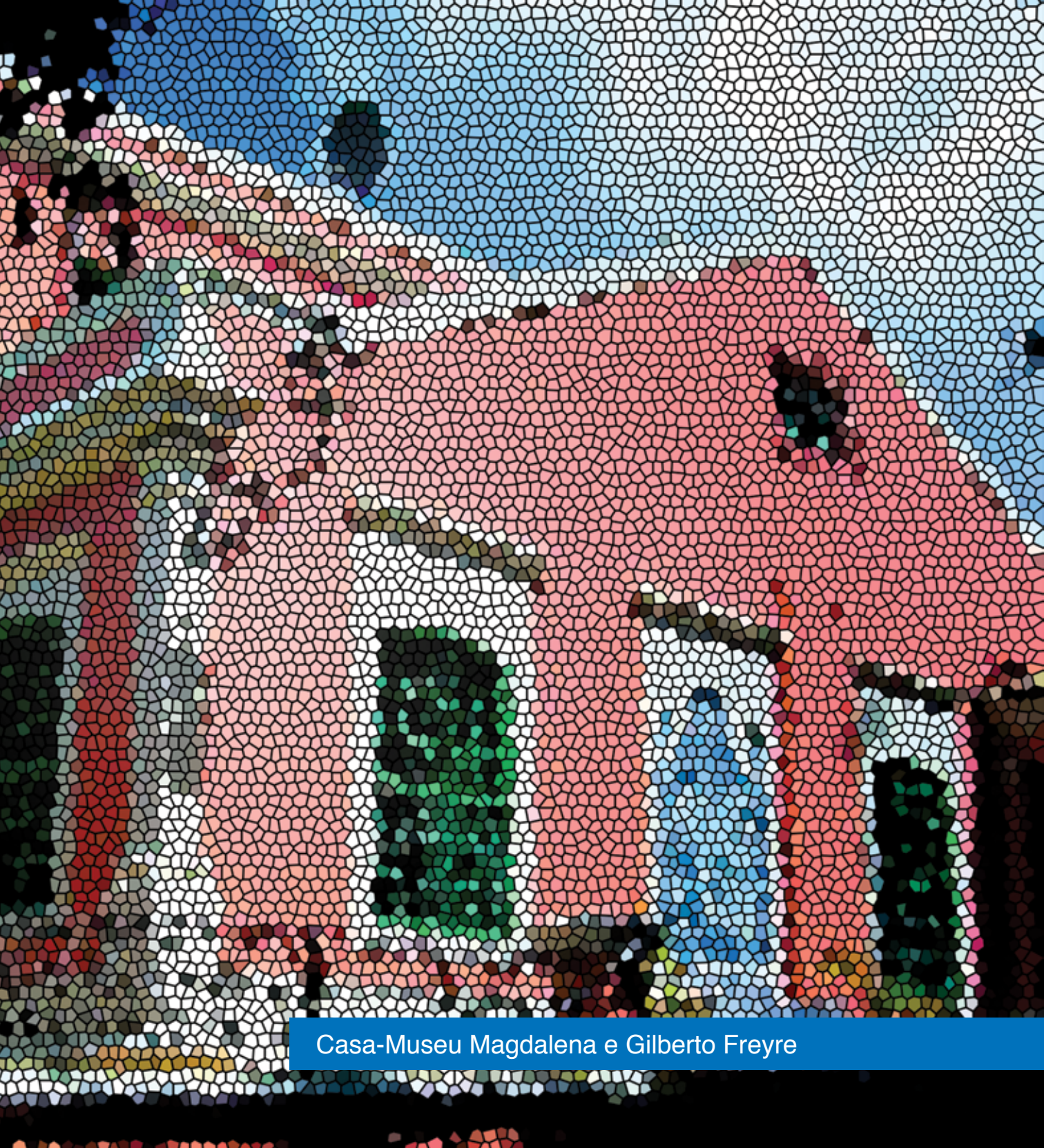
Concluiu-se que houve uma interação positiva nas visitas, uma vez que o espaço e as atividades desenvolvidas propiciaram desenvolver o interesse pela língua indígena, despertar a valorização sobre o patrimônio linguístico brasileiro, estender o universo de conhecimento sobre o local onde se vive e ampliar a percepção do sentido de pertencimento à cidade.

Referências Bibliográficas

MEIRELLES, Lúcia Maria. **Educação e Etnografia:** a experiência do Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia (1987-2000). 2002. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. As línguas indígenas no Brasil. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos indígenas no Brasil 2001-2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.



Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre

Projeto Feras em Férias

Antônio Francisco da Silva Pereira e Sibely Marques de Souza

RESUMO: A Fundação Gilberto Freyre vem promovendo a visitação à Casa-Museu Magdalená e Gilberto Freyre para turistas brasileiros e estrangeiros, estudantes escolares e universitários. Uma de suas maiores preocupações tem sido aproximar também o público infantojuvenil da obra de Freyre, diferenciando os métodos e abordagens utilizadas por seus mediadores em relação às visitas guiadas. “Tratamos de traduzir e desmistificar aquilo que, à primeira vista e aos olhos de uma criança, poderia parecer um momento enfadonho, complexo e desinteressante, e transformá-lo em um momento de diversão e aprendizado”, afirma o idealizador do Projeto, Francisco Pereira. Para atrair a atenção dos visitantes mirins e demonstrar que um museu pode se transformar em um espaço alegre e repleto de vida, foram criados personagens lúdicos, aos quais os participantes poderiam recorrer para pedir ajuda e dicas durante o jogo. Além disso, o Saguí “Asdrúbal” foi oficialmente batizado pelas crianças como a mascote do Sítio Ecológico Gilberto Freyre. O Projeto *Feras em Férias* tem como objetivo proporcionar às crianças entre os 6 e os 12 anos uma experiência de aprendizagem dinâmica e inovadora, com incidência especial na vida, obra e ensinamentos deixados pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre. Tudo isso cercado por elementos mágicos como trilhas, patrulhas, desafios, mapas, prêmios, dentre outros, presentes na visitação à Casa-Museu.

Palavras-chave: Fundação Gilberto Freyre; Feras em Férias; Infantojuvenil.

Notas Biográficas: Antônio Francisco da Silva Pereira possui o 2º Grau completo, concluído em Portugal, na área de científico-naturais. É técnico de Administração e Marketing pelo Centro de Estudos Superiores em Administração de Empresas (Cesae). Tem diploma de Alemão, conferido pelo Goethe Instituto Lisboa e pela Universidade de Munique. É monitor-chefe de campos de férias e de trabalho no Instituto Português da Juventude; é também mentor e coordenador do Projeto Feras e gerente de Projetos.

Sibely Marques de Souza é bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduada em Gerenciamento e Produção de Eventos no Senac Pernambuco. É gerente de eventos técnicos na Plantur Jr.; gerente administrativa do Projeto *Feras*; e coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental e Patrimonial da Fundação Gilberto Freyre.

O bairro de Apipucos, localizado na cidade do Recife, é uma área de proteção ambiental situada a cerca de 10 km do centro da cidade. Apipucos é um nome de origem tupi, que significa “caminho que se divide” ou “onde os caminhos se encontram”.

Nele se encontra a Fundação Gilberto Freyre, que desde 1996 tem recebido de braços abertos turistas brasileiros e estrangeiros, estudantes escolares, universitários e pesquisadores que demonstram interesse em conhecer mais de perto o legado deixado por Freyre no simpático e histórico casarão no qual viveu e que hoje recebe o nome de Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre. Esse monumento encontra-se cercado pelo Sítio Ecológico Gilberto Freyre, com uma área aproximada de 1 hectare, constituído por uma vegetação rica em espécies nativas da Mata Atlântica e outras tantas tropicais plantadas pelo próprio Freyre.

Difundir a importância da herança cultural de Freyre e sensibilizar todos os segmentos da população sobre a contribuição deixada por ele no que tange à formação de cidadãos conscientes e responsáveis pela preservação do nosso patrimônio cultural e natural tem sido o objetivo maior do Núcleo de Educação Ambiental e Patrimonial (Neap) da Fundação. “Constatamos que era preciso fazer algo mais para atrair o nosso público: transformar a visita a um museu e a consequente aprendizagem de uma obra em um momento divertido e cativante, sem comprometer o resultado final de promover a retenção da informação” explica Manuella Falcão, gerente de relacionamento da Instituição.

Foi assim que surgiu o Projeto *Feras em Férias*, cujo objetivo principal era atender a uma das maiores preocupações da Fundação: aproximar o público infantojuvenil da obra de Freyre, diferenciando os métodos e as abordagens dos seus monitores e mediadores em relação às



visitas guiadas. Fernando Freyre Filho, o mais novo dos netos de Freyre e responsável pelo Projeto, explica que o grande desafio foi tentar traduzir e desmistificar aquilo que, à primeira vista e aos olhos de uma criança, poderia parecer um momento enfadonho, complexo e desinteressante, e a partir daí inserir elementos que promovessem um momento de real diversão e aprendizado.

Para atrair a atenção dos visitantes mirins, foram criados personagens que encarnam figuras lúdicas como o “Velho Zuavo, Contador de Histórias” e o “Duende”, aos quais os participantes poderiam recorrer para pedir ajudas e dicas durante o jogo, assim como foi criada uma mascote, o sagui “Asdrubal”, que após seu batismo passou a representar o dia a dia da fundação para as crianças.

A Atividade

Em julho de 2009, levamos adiante a promoção e divulgação de uma atividade didática, cujo propósito foi proporcionar às crianças dos 6 aos 12 anos uma experiência de aprendizagem



dinâmica e inovadora, com incidência especial na vida, obra e ensinamentos deixados pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, que ocorresse ao ar livre, nas trilhas ecológicas da Fundação Gilberto Freyre.

A atividade iniciava com uma animação geral, de responsabilidade dos monitores, que fazem parte do 21º Gemar – Tubarões do Recife, visando à integração das crianças à medida que iam chegando. Posteriormente, era explicado aos participantes tudo o que eles iriam vivenciar durante aquele dia: a visita à Casa-Museu, os desafios, o lanche, a divisão por equipes (patrulhas), o jogo e, finalmente, a premiação final.

A partir daí, era chegada a hora de todos chamarem em voz alta uma das personagens da atividade, o “Velho Zuavo”, personagem que seria o interlocutor de toda a visita à Casa-Museu e o grande responsável por despertar a atenção das crianças.

Realizada a visita, com duração aproximada de 40 minutos, as crianças eram reunidas em um espaço próprio, designado por Pitangão, para um pequeno lanche e hidratação. Esse momento era aproveitado para o anúncio da divisão das equipes (patrulhas).

A divisão das crianças (feras) em equipes (patrulhas) era feita observando critérios de idade e sexo, de forma que as patrulhas fossem homogêneas umas com as outras e preservando a heterogeneidade entre os seus integrantes. Pretendia-se, assim, promover a interação, a partilha de diferentes experiências e o trabalho em equipe.

Depois de divididas por patrulhas e escolhidos os respectivos chefes, os feras eram encaminhados já em formação e acompanhados pelos monitores (um por patrulha) para o Espaço



Cultural Gilberto Freyre, onde recebiam um colete numerado da cor da sua equipe: verde, vermelha, laranja, marrom ou amarela. Após a divisão, passava-se à fase da explicação das regras, dos propósitos do jogo e das suas penalizações.

Preparação e Organização

Além dos cuidados que tivemos na preparação de toda a infraestrutura do jogo, adequamos o Sítio Ecológico o melhor possível para a realização de uma atividade voltada para crianças. A remoção de galhos, a delimitação das áreas críticas, o acompanhamento de cada patrulha por um monitor ligado ao escotismo, a presença de um trio de técnicos em enfermagem gentilmente cedidos pela Escola Técnica de Enfermagem Irmã Dulce, sempre presentes para atender a qualquer eventualidade, foram algumas das ações adotadas pela Fundação. Os materiais usados nas provas seguiram os critérios das boas práticas ambientais, e a escolha criteriosa das atividades práticas foram alguns dos aspectos que não deixamos ao acaso.

O Jogo

O objetivo do jogo era que cada patrulha localizasse oito lugares distintos, espalhados pelo Sítio Ecológico Gilberto Freyre, que continham cinco artefatos coloridos, confeccionados em garrafas PET, denominados de “baterias”. Cada uma das patrulhas seguia percursos e ordens diferenciadas para chegar a esses locais secretos. Para encontrarem essas baterias, era necessário deciframos charadas e enigmas as quais davam pistas



sobre localizações, que uma leitura atenta ao mapa da área, entregue ao chefe de cada patrulha, permitia resolver.

Chegando a essas baterias (escondidas no sítio), os feras tinham que responder perguntas relacionadas à visita da Casa-Museu, ou, em alguns casos, enfrentar provas práticas de caráter lúdico. No final dessas provas, recebiam nova charada/enigma, remetendo-os para a bateria seguinte.

As patrulhas vencedoras eram selecionadas pela pontuação obtida por meio de alguns critérios: completar o percurso corretamente e no menor espaço de tempo; obter o maior número de respostas certas nos questionários; alcançar a maior pontuação nas provas práticas e incorrer no menor número de penalizações, que advinham de algumas restrições impostas aos grupos, visando sensibilizá-los para o cuidado com o meio ambiente e o contato não predatório, equilibrado e consciente, como uma forma de garantir a continuidade do patrimônio ambiental construído ao longo do tempo. Além disso, o uso de palavras de baixo calão e a realização individual de qualquer ação do jogo (o trabalho em grupo era fortemente incentivado) também impactavam negativamente no resultado da equipe. O somatório dessas variáveis permitia-nos apurar a classificação final.



Premiação

A premiação final era, conseqüentemente, o epílogo de toda a atividade, já com a presença de muitos dos pais e encarregados.

Todos os participantes recebiam um certificado de participação, um brinde surpresa e uma edição da revista “Sesinho”, publicação educativa realizada pelo Sesi.

As patrulhas com maior pontuação recebiam ainda medalhas alusivas ao evento, sendo que cada participante da equipe vencedora era contemplado com um exemplar do livro *Casa Grande & Senzala em Quadrinhos*, adaptação para jovens da obra prima de Freyre *Casa Grande & Senzala*.

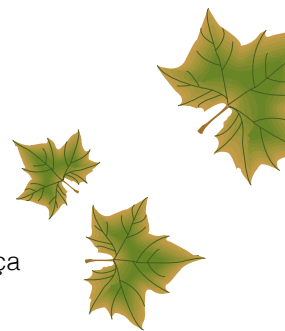
Resultados

Conseguiu-se, dessa forma, atingir resultados assinaláveis na retenção da informação e aprendizagem que as crianças fizeram da obra e da vida de Gilberto Freyre. O índice médio de acertos nas respostas aos questionários ultrapassou os 90%, havendo casos em que todas as questões foram respondidas corretamente. É importante referir que, ao todo, no conjunto das seis baterias teóricas mais as duas provas práticas, as crianças respondiam a 18 perguntas. “Além de conseguirmos prender a atenção das crianças, gerando uma maior intimidade e despertando a sua curiosidade, empreendemos uma dinâmica muito própria à visita, sem nos afastarmos do rigor da mensagem que pretendíamos passar”, afirma Sibely Marques, coordenadora responsável pelo Neap.

Ao final das atividades, era notável a satisfação e a felicidade demonstrada pelas crianças, sinalizando e indicando que a visita a um museu, seja de que área for, pode, sim, manter o seu caráter educacional e, ao mesmo tempo, promover a diversão, tornando-se uma experiência inesquecível para os visitantes.

Outro ponto que mereceu destaque foi a satisfação expressada pelos pais que acompanharam os filhos durante as atividades e puderam perceber, inclusive, mudanças positivas no comportamento geral das crianças, parabenizando e incentivando a Fundação a seguir em frente com a atividade. “Realizar tal Projeto com tanto sucesso nos deu ânimo para que o mesmo fosse ampliado e aprimorado e, neste momento, a atividade vem sendo executada também durante o período letivo, em parceria com a rede pública de ensino da cidade do Recife e com escolas da rede particular”, informa Fernando Freyre Filho.

É com ações dessa natureza que a Fundação Gilberto Freyre procura aproximar-se dos seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento real de cidadãos e mantendo vivas as ideias debatidas pelo escritor e sociólogo Gilberto Freyre.





Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR

Caixinhas do MAE: encontros entre o público e o acervo museológico

Andréia Baia Prestes e Márcia Cristina Rosato

RESUMO: O presente artigo apresenta o Projeto do *Kit Didático – Caixinhas do MAE*, carro-chefe das ações educativas realizadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da UFPR. Inicialmente integrante do Programa *Monumenta*, da Unesco – voltado para a manutenção do interesse do público no Museu quando este estivesse fechado para restauro –, as Caixas são *kits* criados a partir de um determinado tema, o qual servirá de fio condutor para a exploração de seu conteúdo, formado por peças do acervo, textos de apoio e atividades lúdico-pedagógicas especialmente preparadas para serem aplicadas pelo professor em sala de aula, servindo de ferramenta para apresentação de conteúdos do currículo escolar. Como o *kit* oferece a oportunidade de exploração do acervo museológico por meio de outros sentidos além da visão, ele é capaz de contemplar também alunos com necessidades especiais.

Palavras-chave: Ações educativas; material didático; acervo; inclusão.

Notas Biográficas: Andréia Baia Prestes – mestre em Antropologia, responsável pelo desenvolvimento do *Kit-Didático* e, atualmente, coordena o Setor de Ações Educativas do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba.

Márcia Cristina Rosato – antropóloga, organizadora do CD-Rom de narrativas agregado às *Caixinhas do MAE*, denominado 'Assim Vivem os Homens'; é também diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Federal do Paraná.



Antes...

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR), fundado no ano de 1962, foi o primeiro museu universitário do estado. Com um acervo de aproximadamente 80 mil peças, o MAE é multilocalizado, mantendo duas sedes de visitação pública: o antigo Colégio Jesuíta – edificação colonial tombada pelo Patrimônio Nacional, na cidade de Paranaguá, litoral paranaense – e a Sala Didático-Expositiva, inaugurada em outubro de 2009, no prédio histórico da UFPR, na Praça Santos Andrade, em Curitiba. Além desses dois espaços expositivos, o MAE conta ainda com a Reserva Técnica, espaço de pesquisa e tratamento técnico do acervo, localizada no campus Polo da Comunicação da UFPR, também em Curitiba.

O Setor de Ações Educativas do MAE produz materiais lúdico-pedagógicos para serem trabalhados em oficinas nas unidades expositivas e também para atividades nas instituições de ensino do estado do Paraná.

As Caixinhas do MAE

O marco do Projeto lúdico-pedagógico denominado *Caixinhas do MAE* foi o patrocínio destinado ao Museu, no ano de 2008, pelo Programa *Monumenta*, da Unesco. Sua perspectiva era implementar um conjunto de ações educativas destinadas à manutenção da interface entre o Museu e seu público-alvo predominante: alunos dos ensinos fundamental e médio da rede pública e particular dos municípios de Curitiba e Paranaguá, garantindo seu acesso aos conteúdos das coleções museológicas, já que o prédio histórico do MAE, em Paranaguá, estava fechado para restauro e a Sala Didático-Expositiva, em Curitiba, estava em processo de construção.

Encerrado o financiamento da Unesco, a equipe de pesquisadores e educadores do Museu avaliou a experiência com as caixas didáticas, verificando que a abrangência dessa ação extrapolava o âmbito do Programa *Monumenta*. Assim, o *Kit Didático Caixinhas do MAE* passou a ser um projeto independente, cuja importância fez dele o centro das Ações Educativas e Inclusivas realizadas pelo MAE/UFPR.

A idealização do *Kit Didático* partiu do pressuposto de que um museu deve garantir a fruição do patrimônio sob sua guarda, bem como ampliar o acesso à arte e ao conhecimento; para



isso, é necessário que o acervo alcance o público e propicie maneiras de explorar perceptualmente os conteúdos. Desse modo, cumpre-se a finalidade de oferecer amplo contato sensorial, permitindo o uso inclusivo do material museológico.

Nessa perspectiva, o MAE criou uma caixa facilmente transportável para as escolas, na qual foram inseridas peças representativas das diversas temáticas encetadas no acervo do Museu.

As peças são manipuladas pelas crianças e apresentadas pelo professor com o auxílio de um catálogo criado para dar suporte à reflexão; nele foram compiladas informações técnicas como nome, material de fabricação e descrição de uso. Além desses dados, o catálogo dispõe de textos de apoio temático para ajudar o professor a contextualizar a apresentação e desenvolver atividades lúdico-pedagógicas relacionadas com o tema do *kit*, além de um CD-Rom de narrativas associando os artefatos ao seu contexto de uso, seja ele material e/ou simbólico.

A elaboração do *Kit* Didático – Caixinhas do MAE

O primeiro passo para a confecção das caixas didáticas foi a análise das peças da Reserva Técnica do Museu, identificando quais seriam passíveis de compor o material da caixa. Essa análise referiu-se não apenas às qualidades científicas e estéticas dos objetos, mas considerou a retirada segura do acervo, pois o Projeto envolvia a manipulação das peças pelas crianças.

Nesse momento, constatou-se a necessidade da aquisição de réplicas substitutivas àqueles itens cuja manipulação representasse alto risco de decomposição ou avaria, como as peças plumárias indígenas e os objetos arqueológicos, como os zoólitos e zoósteos. Trata-se de itens belos, porém de extrema delicadeza e raridade; muitos implicam o uso de técnicas e matérias-primas não mais disponíveis aos povos dos quais são oriundos, ou por sua origem arqueológica, ou devido às alterações ambientais e lacunas na memória social. Portanto, não poderiam ser alvo de intensa manipulação, impedindo sua retirada do acervo para inclusão no *Kit* Didático.

Por outro lado, foram elaboradas atividades lúdico-pedagógicas conectadas ao tema das caixas. Essas atividades foram concebidas com três diferentes níveis de complexidade, para que o professor optasse pela mais apropriada à faixa etária e ao perfil de seus alunos. Em sua



fase experimental, o *Kit* Didático possibilitou o contato de várias crianças com o acervo, inclusive portadoras de deficiência visual, mediante parceria realizada com o Instituto Paranaense de Cegos. Note-se que o *Kit* Didático é um material inclusivo por excelência, pelo fato de se constituir em um produto que vai ao encontro de seu público, aliado à possibilidade de explorar os objetos pelo tato, e utilizar outros suportes de comunicação além da escrita.

Essa interface torna acessível a crianças e adolescentes que, por limitações físicas, sociais ou espaciais talvez não pudessem ter, de outro modo, um contato com o conteúdo museológico que temos disponível.

O CD de Narrativas das Caixinhas do MAE

Para encontrar soluções que possibilitassem unir o acervo museológico aos conteúdos e sentidos que pretendíamos articular, vários caminhos foram cogitados, porém aquele que se mostrou mais efetivo foi a reprodução de contos e narrativas indígenas e da tradição popular oral associados aos temas das caixas, por serem capazes de trazer à tona os valores e significados nelas contidos, como objeto de reflexão. Assim, gravamos um CD, narrado por contadores de história profissionais.

É importante notar que uma das particularidades do acervo do MAE é reunir peças que nem sempre são consideradas “coisas de museu”, pela possibilidade de fazerem parte do cotidiano de alguns indivíduos. Isso dificultava a tarefa de fazer compreender como “arte” a confecção de uma rede de pesca, quando o visitante é um filho ou neto de pescadores que, muitas vezes, testemunhou desde tenra idade a manufatura de tais peças. Alguns objetos de nosso acervo fazem de tal forma parte do cotidiano que é difícil pensar na técnica por trás da peça. Outros são por vezes desvalorizados, por serem considerados “coisa de índio” ou de





“caboclo”, conceitos pejorativos que descaracterizam e não atribuem o verdadeiro valor às artes produzidas por populações tradicionais.

O resgate do valor cultural dessas peças foi feito também pela utilização de suas narrativas, que trazem a criatividade e a inventividade desses povos cujas formas poéticas expressam elementos importantes de seu mundo. Ali, o milho, a mandioca, as penas de arara, as cerâmicas, os rios e os elementos da natureza se transformam, são manifestações da divindade, ou, em certos contextos, a própria divindade. São também testemunhas da forma de vida de um povo: sua ciência, a transmissão de suas tradições e de seu conhecimento.

Finalmente...

Hoje, as *Caixinhas do MAE* apresentam ao público, especialmente o escolar, as coleções do acervo do Museu, permitindo a exploração dos artefatos, a informação sobre as diferentes matérias-primas e técnicas que os originam, mas enfatiza principalmente os significados nelas contidos, mostrando a multiplicidade de sentidos conferidos ao mundo por diferentes povos e segmentos sociais, em diversas épocas da história da humanidade.

Muitas pessoas contribuíram na viabilização do projeto que originou as *Caixinhas do MAE*, no ano de 2008. Muitas delas não estão hoje no museu, pelos motivos mais variados; outras se agregaram à equipe, dando sustentação, atualizando, ampliando e enriquecendo o Projeto. Sem dúvida, apontamos o *Caixinhas do MAE* como marco inicial do Setor de Ações Educativas, criado institucionalmente no ano de 2010 e que atualmente é coordenado pela bolsista Andréia Baia Prestes a qual, com a colaboração dos pesquisadores das áreas científicas do museu, tem trabalhado no desenvolvimento desta e de outras ações cujo objetivo é estabelecer um caminho de diálogo e troca com o seu público e a comunidade circundante.





Instituto Tamoio dos Povos Originários

Museu vivo da Cultura Indígena

Instituto Tamoio dos Povos Originários¹

RESUMO: O Instituto Tamoio dos Povos Originários tenta retomar a importância dos nativos indígenas, reconhecendo seus valores humanos e culturais. Nesse espaço os índios brasileiros podem se expressar, vivenciar seus conhecimentos e adquirir novas experiências por meio do contato com a sociedade urbana, combatendo a mistificação criada sobre a imagem do “índio em geral”.

O Projeto tem como objetivo permitir que índios e não índios construam um sentimento de pertencimento cultural. Três atividades foram desenvolvidas nesse sentido: contação de histórias indígenas para crianças e adultos; *Fogueiras Rituais*; *Casa de Reza*.

A primeira é realizada mensalmente, no antigo Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro. Nela, diversas crianças e adultos se reúnem para ouvir histórias baseadas em mitos indígenas sobre plantas e animais que são desenroladas por meio da representação de personagens próprios da natureza. Elas transmitem valores de igualdade e respeito entre homens, plantas e animais.

As *Fogueiras Rituais* ocorrem com a mesma periodicidade da anterior. Juntos à fogueira, todos os convidados compartilham experiências e histórias de vida. É nesse momento que eles têm a oportunidade de conhecer os costumes que as mulheres índias trouxeram de suas aldeias.

Já a *Casa de Reza* ainda está em fase de concretização, pois a sua estrutura física ainda não foi concluída. Ainda assim, ela já está em funcionamento e é destinada ao livre exercício das crenças religiosas.

Palavras-chave: Instituto Tamoio dos Povos Originários; índios; contação de histórias indígenas; Casa de Reza; Fogueiras Rituais; costumes indígenas.

¹ Em virtude da impossibilidade de contatar a instituição e os responsáveis pelo *Projeto Museu Vivo da Cultura Indígena*, o texto publicado foi retirado do material enviado para inscrição no Prêmio Darcy Ribeiro de 2010.

O Instituto Tamoio foi criado e idealizado por indígenas brasileiros de diversas etnias para ser um centro de representação da cultura indígena dentro da cidade do Rio de Janeiro. Saindo da visão tutelar que instituições nacionais têm para com o indígena no País, o projeto do Instituto Tamoio é dirigido, pensado e articulado por várias etnias brasileiras. O Instituto foi fundado na Rua Mata Machado, número 126, local em que Darcy Ribeiro fundou o primeiro Museu do Índio, em 1962. Legalmente, o terreno foi cedido com o propósito de desenvolvimento da cultura indígena, e assim permanece até os dias atuais. Dentre os povos que fazem parte dessa articulação encontram-se as etnias Guajajara, Fulni-ô, Pataxó, Guarani, Xavante, Kamaiurá, Tucano, Apurinã, Potiguara, Kaingang, Krikati, Karir-xocó, Terena e diversas outras.

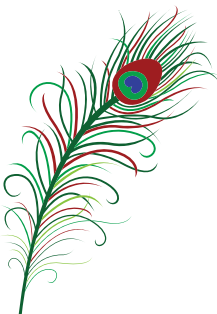
Como o objetivo de realizar o sonho de Darcy Ribeiro de fundar um museu “mais voltado para a compreensão humana que para a erudição”, o Instituto Tamoio foi idealizado para funcionar como um *Museu Vivo*. O objetivo era distanciar-se do padrão dos museus europeus, que expõem os vestígios das antigas civilizações, tratando a história dos povos originários como algo do passado. A cultura indígena está viva e é bem forte dentro das aldeias das diversas etnias espalhadas pelo Brasil. Os idealizadores do Instituto Tamoio buscaram sair da lógica do “museu do passado” e realizar no espaço a demonstração da cultura viva que existe nas tribos de todo o Brasil. Nesse sentido, o Instituto Tamoio dos Povos Originários é inteiramente administrado por indígenas, que reivindicam a reforma do prédio do antigo museu para dar continuidade ao projeto.

A ideia do *Museu Vivo* busca trazer um pouco da cultura que existe nas aldeias para o mundo civilizado urbano. O espaço reivindicado hoje abriga indígenas oriundos de suas respectivas aldeias, os quais passam um período hospedados no local ministrando cursos, palestras, expondo seu artesanato, realizando danças e rituais de pajelança. O caráter rotativo do Projeto permite que povos nativos das diversas etnias do Brasil passem pelo local e transmitam suas diferenças e costumes para os moradores do Rio de Janeiro.

Em face da ameaça de perda de suas bagagens culturais, os povos nativos do Brasil precisam de um espaço como esse, para que possam divulgar seus saberes ancestrais e disseminar conhecimentos, repassando-os para as gerações futuras. As práticas tradicionais das aldeias brasileiras devem chegar ao grande público, não somente para suprir uma necessidade de informação, mas para garantir sua preservação, pois a sociedade só passa a respeitar e proteger aquilo que pode compreender. O conhecimento indígena tradicional é um patrimônio brasileiro que só pode ser resguardado se for exposto em sua relevância e atualidade.

Projeto Desenvolvido no Instituto dos Povos Originários

Mesmo sem qualquer espécie de apoio financeiro de entidades governamentais, o Instituto Tamoio conseguiu realizar uma série de atividades ao longo dos últimos anos. Essas atividades contaram, para a sua caracterização, apenas com o apoio de amigos e pessoas conscientes da importância do Projeto. A demanda por iniciativas dessa espécie é tão forte que houve amplo apoio dos visitantes do espaço.





Com a intenção de conectar índios e não índios com o seu sentido de pertencimento cultural, o Instituto Tamoio desenvolveu as seguintes atividades:

Contação de Histórias Indígenas para Crianças e Adultos

Mensalmente, reúnem-se no antigo museu diversas crianças e adultos para ouvirem histórias baseadas em mitos indígenas sobre plantas e animais. Dois contadores de histórias, Afonso Apirinã e Dauá Puri, ficam responsáveis por animar os espectadores, que passam a conhecer costumes e crenças originárias das aldeias indígenas. Na última contação, no dia 28 de fevereiro de 2010, mais de 80 pessoas, a maioria crianças da comunidade da Mangueira, assinaram o livro de visitas.

O foco das histórias é a representação dos personagens do “mundo natural”. Nas histórias indígenas, como nas antigas fábulas, os animais e as plantas interagem como verdadeiros sujeitos, e sua relação com as pessoas é pautada pela igualdade da condição humana. Esse tipo de interação humanizada entre os personagens da natureza é destacada com o fim educativo de identificar as crianças – e mesmo os adultos – com os seres vivos que habitam o meio ambiente. Embora a linguagem desse universo seja “fantástica”, as lições transmitidas ensinam a respeitar todos os habitantes do planeta, retribuindo à “mãe terra” a vida que nós recebemos.

Muitas histórias sobre sementes são apresentadas durante o evento e, depois da contação, os participantes passam a saber que os indígenas foram os primeiros povos a domesticar as sementes do nosso País. Os usos das plantas e sementes, próprio das diferentes etnias, é revelado para um público quase sempre carente de informações a respeito dos costumes dos povos nativos do Brasil. Sementes como a de girassol, do açaí, da seringueira e do jamelão são abordadas nas histórias. Ao fim, as crianças participantes recebem um pequeno copo com terra e uma semente de girassol germinada, para que elas aprendam, desde cedo, o valor da preservação ambiental e do cuidado com a terra e com os seres vivos.

Os eventos de contação de histórias sempre terminam com uma *tore* (dança) indígena que mistura índios e moradores da cidade em uma grande roda. Todos ficam muito animados com os cantos e participam como se fossem legítimos moradores de aldeias.

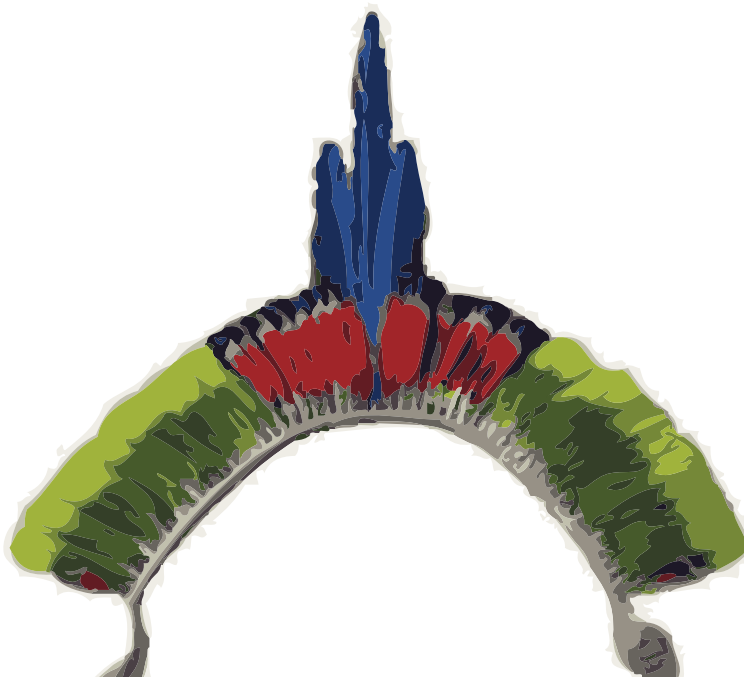
Fogueiras Rituais

As *Fogueiras Rituais* têm periodicidade mensal, de acordo com o calendário lunar. As fogueiras femininas são as que se realizam com maior regularidade. Mesmo em ocasiões de chuva, as índias que estão morando no espaço organizam a fogueira, convidando pessoas de diferentes graus de escolaridade, renda e idade para participarem. As atividades da fogueira variam, dependendo do propósito.

Durante a fogueira, todos compartilham experiências e histórias de vida. É nesse momento que os convidados têm a oportunidade de conhecer os costumes que as mulheres índias trouxeram de suas aldeias. Ficamos sabendo sobre suas técnicas de confecção de tecido, utensílios, a maneira como cuidam das crianças e como dividem o trabalho com os homens, entre outros costumes. Essa troca é extremamente rica, pois torna possível vislumbrar, ainda que indiretamente, como a cultura indígena continua viva nas aldeias brasileiras.

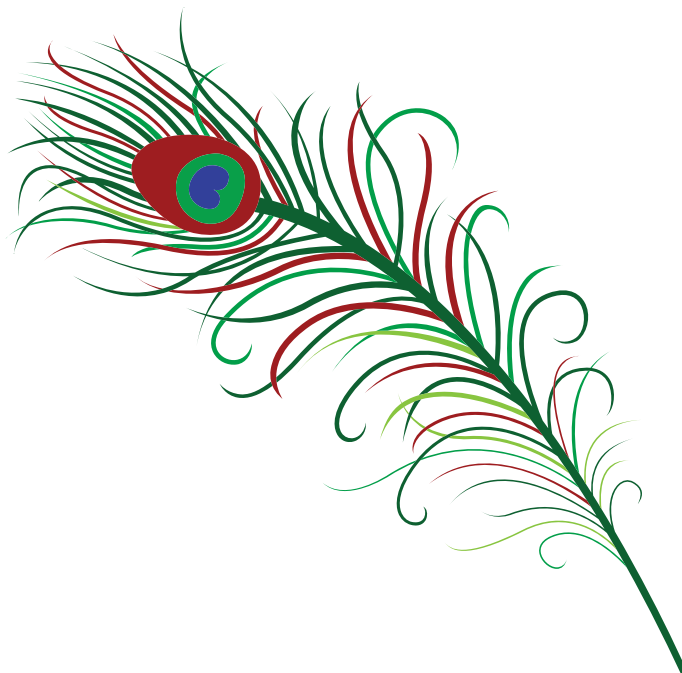
Casa de Reza

Há no Instituto um espaço que funciona como *Casa de Reza*. Pajés das etnias Fulni-ô, Guarajara e Baré já estiveram por lá, atendendo moradores do Rio de Janeiro. Atualmente, essa casa está sendo coordenada por uma pajé da etnia Fulni-ô. Os índios erigiram a casa em pouco mais de uma semana usando barro, madeira e telhas compradas de segunda mão. A casa ainda se encontra bastante precária, mas está em funcionamento desde início do ano passado. Ao lado foram construídas também uma cozinha e um quarto de dormir que, por falta de verbas, não foram ainda inaugurados. Quando esses três cômodos estiverem completamente prontos, a *Casa de Reza* passará a funcionar somente para fins religiosos. Enquanto a inauguração não ocorre, a cozinha funciona temporariamente dentro da casa.



Os índios consideram a casa como um espaço muito importante para o livre exercício de suas crenças. Jorge Kdlaya, um índio Fulniô que ajudou na construção, diz que ainda é muito difícil superar o preconceito que as pessoas têm por não conhecerem os costumes indígenas. Somente por fumar sua chanduca (cachimbo), Jorge já foi hostilizado e confundido com praticantes de outras religiões. Antes de retornar para a sua aldeia, em Pernambuco, Jorge fez diversos atendimentos na *Casa de Reza*. Os próprios índios que estão morando no antigo museu frequentam a casa quando precisam de algum auxílio.

A concretização do Instituto dos Povos Originários levantou a autoestima dessas pessoas, que agora podem sonhar com uma “pequena aldeia” em meio à cidade. As crianças Guarajaras e Pataxós que estão atualmente morando no espaço brincam no terreno do antigo museu como se estivessem em sua própria terra. Algumas não querem voltar para seus estados de origem – desejam ficar e estudar em escolas do Rio de Janeiro. Seus pais, que por muitos anos foram obrigados a renunciar à sua cultura em razão do preconceito, hoje encontram seus irmãos de outras etnias e constroem juntos o sonho de um Brasil que seja realmente “para todos os brasileiros”.





Museu de Arte Contemporânea de Niterói

Curadoria Educativa MAC-Fórum: ampliando práticas e funções das instituições museológicas

Márcia Campos

RESUMO: A Curadoria Educativa MAC-Fórum propôs a ampliação do projeto original da exposição *Rigo 23: Aberturas na Auto-Estrada*, realizada no MAC de Niterói no segundo semestre de 2007. Nessa exibição, a curadoria artística e a Curadoria Educativa se integraram, buscando envolver o público de diferentes olhares, culturas e interesses no universo da mostra e no contexto de temas emergentes da sociedade contemporânea presentes na obra do artista.

Palavras-chave: MAC de Niterói; Arte Contemporânea; Museu Fórum; Intervenção Urbana e Sociedade.

Nota Biográfica: Márcia Campos – mestre em Artes Visuais pela EBA/UFRJ, coordenadora da Divisão de Arte-Educação do MAC de Niterói.



A exposição *Rigo 23: Aberturas na Auto-Estrada* apresentou a produção artística recente do artista português Ricardo Gouveia (Rigo 23), nascido na Ilha da Madeira, onde iniciou sua prática artística. Intervencionista urbano, engajado em causas político-sociais, o artista Rigo 23 promove, por meio de seus trabalhos, a articulação entre arte e sociedade. O título da mostra *Rigo 23: Aberturas na Auto-Estrada* evoca as inserções e rupturas de pequenos grupos sociais no sistema capitalista da sociedade de massa globalizada. O título da exposição originou-se em uma das visitas do artista ao MAC de Niterói. No caminho entre o aeroporto internacional do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, Rigo 23 impressionou-se com a visão de um senhor pescando através de uma abertura no asfalto da rodovia enquanto o trânsito seguia seu fluxo, assim como as águas da Baía de Guanabara, sob o viaduto. A cena é impactante, porém não incomum em uma metrópole onde pessoas subsistem negociando seus caminhos através de aberturas no sistema, onde camelôs, trabalhadores temporários, população de rua e moradores de favelas sobrevivem, ou mesmo prosperam, a partir de aberturas na estrutura social do espaço urbano. A obra de Rigo 23 tomou como foco os que vivem nessas aberturas. Por meio de sua obra, o artista nos expõe as múltiplas indagações refletidas e rebatidas das ruas para o interior do museu.

O impactante e inovador Projeto museográfico da mostra transpôs o contexto urbano das metrópoles para o interior do museu. Em meio a uma sociedade capitalista, globalizada e extremamente desigual, o artista plástico Ricardo Gouveia se apropriou de questões sociais emergentes para produzir arte política intervencionista e socialmente engajada, reveladora da complexidade do mundo atual.





Tomando como referência a proposta da exibição, a Curadoria Educativa elencou os eixos temáticos: “Condição Indígena”, “Realidades (In)visíveis”, “Justiça Social”, “Ética e Sistema Penitenciário”, “Questões Urbanas e Ambientais” e “Juventude em Questão”, que foram desdobrados e discutidos ao longo do período da mostra. Esses eixos principais, presentes na obra do artista, tornaram-se a base das proposições educativas do Projeto *MAC-Fórum*. As ações educativas habitaram a obra do artista como um território, espaço privilegiado, evocando diásporas e problemas emergentes de um mundo complexo, pleno de catástrofes ecológicas e desigualdades sociais.

O eixo temático “Condição Indígena” abordou soberania, demarcação territorial, ações da Funai, identidade cultural e utopias. Em “Realidades (In)visíveis” foram discutidas questões sobre pessoas que vivem em situação de rua, identidade, grupos sociais e educação. O eixo temático “Justiça Social, Ética e Sistema Penitenciário” discutiu a diminuição da maioria penal, o PAC (Bolsa Família para familiares de presidiários), o sistema de punição e educação. Em “Questões Urbanas e Ambientais” foram tratados o crescimento urbano desordenado, questões sobre o petróleo, coleta e reciclagem de lixo e aquecimento global. O eixo temático “Juventude em Questão” abordou questões pertinentes aos problemas dos jovens e às políticas públicas para a categoria.

O Projeto *MAC-Fórum* promoveu encontros temáticos, nos quais o público espontâneo e o público institucionalizado se encontraram para o debate, reflexão e troca de ideias sobre questões da sociedade atual nas quais estão envolvidos como atores principais, protago-



nistas do mundo em que vivem. Com calendário semanal específico, o Programa, iniciado em agosto de 2007, com quatro encontros semanais, estendeu-se por três meses, contando com a participação de organizações culturais, representantes de segmentos político-sociais, professores, pesquisadores e especialistas de diferentes áreas. O evento ofereceu ao público a oportunidade de conhecer, discutir e compartilhar reflexões sobre temas e problemas recorrentes no cotidiano.

A Curadoria Educativa da Exposição *Rigo 23: Aberturas na Auto-Estrada* promoveu, além dos fóruns temáticos, ações educativas diversificadas para diferenciadas categorias de público e organização de material educativo, incluindo: oficinas de criação e leitura de zines;¹ organização de um denso material de pesquisa sobre a obra do artista; elaboração de material de apoio pedagógico, específico para professores; preparação dos monitores de galeria; criação de atividades interativas para o público; realização de visitas mediadas como extensão dos fóruns temáticos.

Constou da programação, também, a realização de ações educativas em parceria com instituições como: Escolas da Fundação Municipal de Educação (na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA), com atendimento excepcional no Museu, no horário noturno, e a Escola Estadual Rubem Braga, localizada no presídio Hélio Gomes, no Rio de Janeiro (promovendo relação direta com o eixo temático: “Justiça Social, Ética e Sistema Penitenciário”).

A construção artística criativa de um painel na linguagem do grafite, pintado em uma das paredes do espaço expositivo pelos jovens do Morro do Palácio (comunidade localizada nas proximidades do Museu) integrou a exposição à produção artística de adolescentes do Projeto *Arte Ação Ambiental*, programa extramuros do MAC de Niterói.

¹ Zine: publicação construída com recursos da linguagem publicitária, em especial com elementos gráficos das histórias em quadrinhos. Uma mesma página pode abordar um ou variados temas.

Algumas Considerações

As ações promovidas pela Curadoria Educativa MAC-Fórum, por meio de encontros mediados, articularam a integração da arte no universo do mundo atual. Os fóruns temáticos criaram oportunidade para denúncia de problemas que instigavam a conscientização e a tomada de posição do público participante, levando a reflexões e a maior conscientização sobre questões emergentes da sociedade contemporânea.

A proposta educativa do Projeto *MAC-Fórum* fomentou a articulação entre arte e vida, difundindo uma arte engajada e promovendo, por meio de fóruns, reflexões sobre o sistema capitalista da sociedade globalizada, trazendo o contexto urbano das grandes cidades para o interior do Museu. A mostra, como uma arena de debates e denúncias, revelou problemas sociais presentes na sociedade atual, como a desigualdade social e as catástrofes ecológicas, promovendo o envolvimento do público e gerando discussões sobre questões do cotidiano, compartilhando reflexões e integrando arte e sociedade. A ação educativa, pela participação do público, criou comunidades transitórias, porém multiplicadoras e solidárias no compartilhamento de causas comuns.

A Curadoria Educativa MAC-Fórum, por intermédio da apropriação do espaço museológico como uma arena, lugar de encontros, reflexão e debates sobre causas sociais e políticas do século XXI, ampliou as funções da instituição museu, originalmente constituído como lugar de preservação e exibição de obras de arte.

Referências Bibliográficas

CASA DAS MUDAS. **Rigo 23**. Calheta, 2006. 152 p., il. color. (v. 1).

MAGALHÃES, Henrique. **O que é fanzine?** São Paulo: Brasiliense, 1993. 78 p. (Coleção **Primeiros Passos**).





Memorial Municipal Getúlio Vargas

Museu de Aplicação: programa de prática de ensino aplicada ao espaço museológico

Sylvia Nemer e Cláudia Mesquita

RESUMO: O Projeto *Museu de Aplicação: programa de prática de ensino aplicada ao espaço museológico*, realizado pelo Memorial Getúlio Vargas, visou à interação entre o Museu, a Universidade e a Escola por meio de uma parceria para o desenvolvimento de experiências conjuntas realizadas no espaço museológico, entendido aqui não no sentido convencional, de transmissão de informações, mas como um espaço de vivência de histórias, compartilhamento de memórias e produção de saberes.^{1,2}

Palavras-chave: Interação; Museu; Universidade; Escola.

Notas Biográficas: Sylvia Nemer – historiadora, doutora em Comunicação e professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autora de

¹ O Projeto foi desenvolvido no segundo semestre de 2009 por Cláudia Mesquita e Sylvia Nemer, então Coordenadora de Museus e diretora do Memorial Getúlio Vargas, respectivamente.

² O Memorial Getúlio Vargas é um espaço cultural da cidade do Rio de Janeiro que, junto com o Museu da Cidade e o Ecomuseu de Santa Cruz, compõe o quadro das instituições museais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Estava sob a gerência da Coordenação de Museus, dentro da estrutura da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e *Design*, órgão da Secretaria Municipal de Cultura.

A história da construção do Memorial teve início em 1984, quando o então Governador Leonel Brizola e seu Secretário de Cultura, o antropólogo Darcy Ribeiro, lançaram um concurso público nacional para a seleção de um projeto em homenagem aos 30 anos de morte do presidente Getúlio Vargas. O equipamento foi concebido por Darcy Ribeiro para funcionar como uma unidade dinâmica em que a exposição permanente seria “atualizada” e problematizada por meio das atividades e da programação do auditório. Porém, uma série de fatores políticos impediu a execução da obra na época. Quase vinte anos depois, o projeto foi retomado e, em 24 de agosto de 2004, o Memorial foi aberto ao público como parte das comemorações do 50º aniversário da morte de Getúlio Vargas. Inicialmente, previsto para ser construído sob a Praça Mahatma Gandhi, local onde se situava o antigo Palácio Monroe, o Memorial foi erigido na Praça Luis de Camões, no bairro da Glória. O local foi escolhido por ter sido palco de algumas manifestações cívicas, envolvendo o ex-presidente. O Memorial é uma construção de aproximadamente 1.800 metros quadrados, com área de exposição permanente, em formato circular, no qual há uma exposição permanente com informações sobre a vida e obra de Getúlio Vargas. O salão principal tem cerca de 1.000 metros quadrados. O local possui também um auditório com 116 lugares e uma cafeteria. Para informações, acesse: <<http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/>>.

Glauber Rocha e a literatura de cordel: uma relação intertextual. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007; *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias*. Rio de Janeiro: Casa de Palavra (no prelo); e organizadora de *Recortes contemporâneos sobre o cordel*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. Seus trabalhos foram contemplados com os prêmios: Primeiro lugar no Concurso de Monografias Silvio Romero 2005 (CNFCP-MinC); Primeiro lugar no Concurso de Monografias da Fundação Casa de Rui Barbosa 2005 (FCRB-MinC); Menção honrosa no Prêmio Capes de Teses 2006 (Capes-MEC).

Cláudia Mesquita – professora e historiadora. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1959. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1985), é mestre (2000) e doutora (2005) em história social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalhou por vinte anos na Fundação Museu da Imagem e do Som (1989-2009), onde criou e dirigiu o Núcleo de História Oral da instituição, tendo também exercido a função de vice-presidente e chefe da Divisão de Pesquisa. Foi coordenadora de Museus da Secretaria de Cultura do município do Rio de Janeiro entre os anos de 2009 e 2011. Dentre os livros publicados, destacam-se *Um Museu para a Guanabara*: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som. Rio de Janeiro: Folha Seca/Faperj, 2009; e *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.





Histórico do Projeto

O Projeto *Museu de Aplicação: programa de prática de ensino aplicada ao espaço museológico* foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2009 por meio de uma parceria firmada entre o Memorial Getúlio Vargas (MGV) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Por meio desse Projeto, os graduandos do curso de História, devidamente inscritos na disciplina de Prática de Ensino, oferecida em três períodos letivos (Estágios I, II e III), tiveram a oportunidade de realizar um desses períodos, cumprindo parte dos requisitos exigidos pela disciplina no MGV, onde, pela observação do espaço bem como pelo acompanhamento das visitas escolares ali realizadas, os estagiários (Estágio I) e futuros professores desenvolveram planos de atividades educativas com alunos de escolas visitantes.

Do ponto de vista metodológico, o Programa *MGV-Unirio* seguiu as mesmas linhas adotadas pela disciplina de Prática de Ensino, sendo que no lugar da sala de aula, como espaço de observação e de prática didática, as atividades da disciplina Estágio I transcorreram no salão de exposição do Memorial que por suas características arquitetônicas e recursos expositivos, contribuiu muito para o bom desempenho do Projeto.

Objetivos

A busca de uma ação integrada entre Museu, Universidade e Escola foi a base desse Projeto, que teve como objetivo principal promover a interação entre as esferas do ensino (Universidade e Escola) e da memória (Museu), tratadas, em geral, de forma isolada e estanque. O Projeto levou em consideração a inexpressiva participação do segmento universitário nos programas educativos oferecidos pelos museus, e procurou responder a essa tendência, oferecendo ao estudante universitário um programa no qual os projetos de atividades educativas são formulados, desenvolvidos e aplicados pelo próprio estudante, que utiliza, para tanto, o espaço do museu e o seu público, no caso, o público escolar.

De acordo com essa proposta, o museu, por intermédio das novas formas de uso que lhe são destinadas, subverte as tradicionais divisões entre níveis de conhecimento (Superior e Básico) e institucionais (Educação e Cultura) e passa a funcionar como um agente de transformação, como um canal de mediação, no qual se coloca, sistematicamente, em discussão a relação entre saber e poder observada por Michel Foucault. Ainda que ausente do quadro institucional analisado por Foucault (Microfísica do Poder), não se pode, efetivamente, considerar que o museu, em seus moldes tradicionais, esteja fora da categoria do “controle” usada pelo filósofo francês para pensar as instituições penais, judiciárias e psiquiátricas, por exemplo.

Com base nessas premissas, o Projeto propunha repensar o espaço museológico do Memorial Getúlio Vargas, sugerindo, para este, formas de uso baseadas não no “controle” do saber e da experiência, mas na vivência do espaço. Por meio da vivência do espaço museológico, o graduando desenvolveria um programa de atividades envolvendo as escolas visitantes, que deixavam de atuar como receptoras de conhecimentos transmitidos por instâncias vistas, normalmente, como superiores para assumirem o papel de interlocutoras em uma experiência

compartilhada de construção de saberes. Nessa linha de ação, promove-se um duplo processo de transformação, ou seja, ao mesmo tempo em que os estudantes (tanto universitários quanto do ensino fundamental e médio) conquistavam um novo espaço no museu, este passou a ter, além do tradicional compromisso com a comunicação e com a preservação do patrimônio cultural, seja material, seja imaterial, um compromisso com a reflexão a respeito dos processos de construção de patrimônio e de memórias.

A ação educativa no espaço museológico se tornou, desse modo, uma oportunidade para transformação do museu de “lugar de memória”, reservado à exaltação da nação, ou seja, lugar de reprodução de poder, como observou Pierre Nora (*Os lugares de memória*), em lugar de produção de saber crítico a respeito da história e da memória nacionais. Nesse sentido, mais do que uma simples ação, o que se propõe é uma ação-intervenção, que pretende contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com a realidade e capazes de passar de receptores à condição de produtores de conhecimento.

Desenvolvimento

A abertura do Projeto foi marcada pela realização de uma palestra na Unirio (com a participação de Lúcia Helena Torres, representando a Coordenação de Museus, e Sylvia Nemer, o Memorial Getúlio Vargas) para apresentação aos 23 alunos inscritos na disciplina Estágio I das linhas básicas do Projeto. Entre os assuntos tratados na palestra, teve destaque o tema da tipologia museológica, exemplificado com comentários sobre os museus do município do Rio de Janeiro: Memorial Getúlio Vargas, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, Ecomuseu de Santa Cruz.

O tema da tipologia museológica foi objeto de um programa, complementar ao Estágio I, de visitação aos três museus do município. A primeira visita ocorreu no Memorial Getúlio Vargas. O segundo programa, previsto para o Museu Histórico da Cidade, foi cancelado e substituído por visita a outro museu com a mesma tipologia: o Museu da República, com acervo mais tradicional, de peças e documentos. Na terceira visita, foi percorrido o itinerário do Ecomuseu de Santa Cruz, caracterizado como um museu de território. Com a programação, os alunos puderam perceber a especificidade de cada espaço museológico e as suas possibilidades de uso para atividades didático-pedagógicas. Ficou estabelecido que as três visitas somariam dez horas ao total de 45 horas exigidas para o cumprimento do Estágio.

Com base no panorama conceitual traçado na palestra e nas observações feitas durante as visitas aos três espaços museológicos, os alunos iniciaram o Estágio propriamente dito. A atividade consistiu em: 1) estudo do acervo do Memorial Getúlio Vargas: um grande painel circular composto de imagens e textos explicativos dispostos em ordem cronológica (da infância e juventude na fazenda de São Borja, passando pela vida pública no Rio de Janeiro até o suicídio em 1954); cinco vitrines com exposição de documentos relativos a dois eixos temáticos: radicalização da crise entre 1935 e 1937 e a representação de Vargas na literatura popular de cordel; seis terminais de computadores com extratos de cinejornais produzidos na Era Vargas e depoimentos de personalidades que conviveram com o ex-presidente; e um



telão para exibição de vídeos históricos; e 2) observação do movimento daquele espaço, verificando dados como a frequência e as possíveis reações dos frequentadores, com atenção especial às visitas escolares.

Cada observação feita pelo aluno era registrada em uma ficha em que, além do relato da experiência, deveria conter o dia, o horário de chegada e saída e a assinatura do responsável pela atividade no Memorial Getúlio Vargas. O objetivo das fichas, além da comprovação do cumprimento das horas de estágio, era fornecer uma visão geral sobre a maneira como cada aluno percebeu o espaço e a atividade.

O trabalho de observação do espaço do Memorial foi complementado com palestra da professora Andréa Penteado, da Escola de Belas Artes da UFRJ, que discutiu o papel da imagem no processo de ensino-aprendizagem e analisou, com os alunos, algumas ilustrações do painel. Essa experiência permitiu que os alunos percebessem o potencial da imagem na construção da narrativa histórica e lhes ajudou a refletir sobre os recursos e os processos que poderiam ser aplicados em seus trabalhos finais.

A partir da experiência de observação do espaço do Memorial, foram elaborados pelos alunos vários projetos de atividades didático-pedagógicas para aplicação às turmas das escolas visitantes. Dos 23 alunos inscritos na disciplina, 21 cumpriram os requisitos iniciais e se inscreveram para a etapa final. Nessa etapa, os alunos se reuniram em duplas, ficando cada dupla responsável por desenvolver uma atividade-aula junto a uma turma/escola previamente escolhida entre as visitas agendadas para o mês de novembro. A etapa final teve a participação de 21 alunos em um total de 11 trabalhos, que foram expostos para 142 estudantes de diferentes séries (ensino fundamental, médio, profissionalizante, supletivo, universitário) das sete escolas/instituições em visita ao Memorial no período de 13 a 27 de novembro.

Os trabalhos variaram de um tratamento mais geral sobre a Era Vargas, com foco na cronologia histórica dos anos 1930, 1940 e 1950, ou mais específico, no qual o período em questão foi abordado a partir de recortes temáticos, a saber: 1) o rádio na sociedade brasileira dos anos 1930, 1940 e 1950; 2) o papel da propaganda varguista (o DIP); 3) o trabalhismo; e 4) as reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro.

O painel do Memorial foi, em todos os trabalhos, utilizado como recurso expositivo, o que demonstrou a capacidade da turma de interagir com o espaço museológico, propondo, para este, novas formas de uso.

Telão para exibição de filmes de época, terminal de computador para observação de fragmentos de vídeos históricos e depoimentos de personalidades que conviveram com Getúlio Vargas, *Power point*, aparelhagem de som para trabalho com músicas de época, cartões com imagens extraídas de revistas e jornais publicados entre os anos 1930 e 1950 e formulários contendo perguntas sobre a Era Vargas foram recursos utilizados pelos alunos nas atividades-aula.

Para aprovação na disciplina, além do cumprimento das 45 horas (formadas pelas visitas e pela observação do espaço do Memorial), foi exigida a entrega de um dossiê contendo: 1) o conjunto das fichas de observação (com discriminação do dia e do período dedicado à observação); 2) a ficha de avaliação do aluno, mencionando suas impressões a respeito do espaço observado; 3) a ficha preenchida pelo profissional responsável pela avaliação da atividade-aula; e 4) o plano de aula.

O Projeto foi concluído no início de dezembro, com a realização de um encontro na Unirio entre os coordenadores do Programa e os alunos participantes. Na ocasião, foi feita a entrega dos dossiês pelos alunos e um balanço geral das atividades desenvolvidas.

Desdobramentos

O Projeto gerou uma dinâmica de público universitário no MGTV, o que contribuiu para outras ações educativas realizadas pela instituição, como o *Cine História no Memorial*, atividade cujo objetivo era estreitar o contato com o público visitante por meio de eventos relacionados à memória do ex-presidente Getúlio Vargas e temas a ele associados. A ideia, em consonância com a proposta do Museu de Aplicação, era fazer do museu mais do que um local de visitação, um espaço para a realização de trocas culturais e para a produção de pensamento e conhecimento crítico a respeito da memória e dos processos históricos.

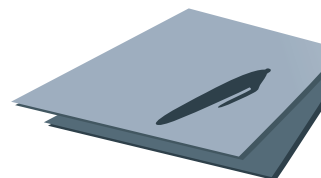




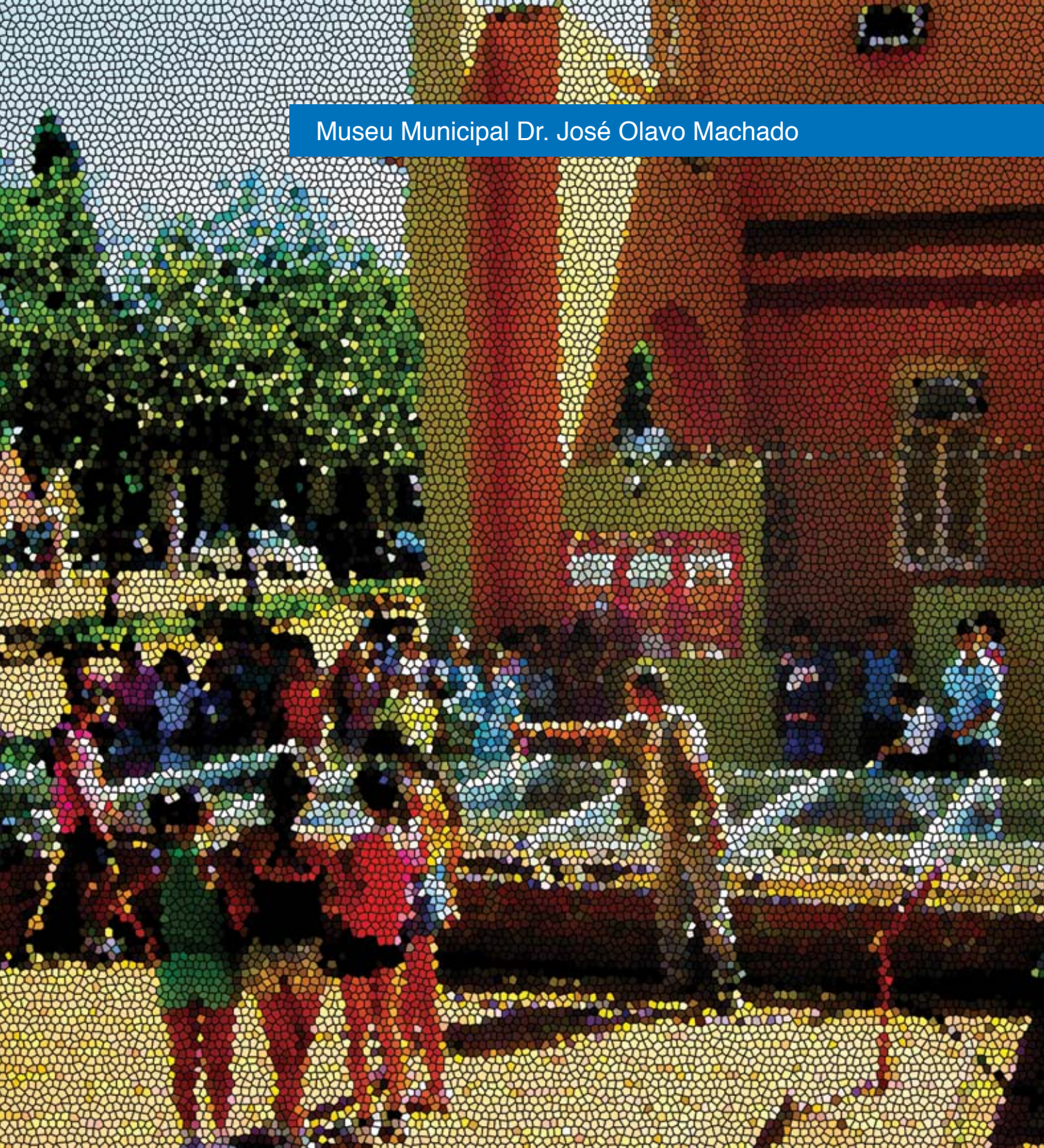
Além de ampliar a visitação ao Museu do público universitário, o Projeto acumulou um acervo de material didático que poderá ser: 1) retrabalhado em oficinas ou *workshops* para professores interessados em adotar o espaço do museu para realização de atividades educativas com suas turmas; 2) utilizado em novas atividades educativas promovidas pelo MGV; e 3) disponibilizado para outras instituições interessadas.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Graal, 2007.



Museu Municipal Dr. José Olavo Machado



Jornadas de Arqueologia Missioneira

Raquel Machado Rech e Clotilde M. Mousquer Farias

RESUMO: As *Jornadas de Arqueologia Missioneira* promovidas pelo Museu Municipal de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, ensinam sobre o passado da antiga redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio por meio de seus vestígios arqueológicos na área do Centro Histórico da cidade, promovendo a interação entre personagens históricos e alunos, além de experiências sensoriais com músicas e sabores experimentados na época da redução.

Palavras-chave: missões jesuíticas; Arqueologia; Educação Patrimonial; Museu José Olavo Machado.

Notas Biográficas: Raquel Machado Rech – graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Arqueologia pela PUCRS, doutorado em Arqueologia pela USP. Realizou Doutorado Sanduíche em Arqueologia na Universidade de Tel Aviv. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, em Santo Ângelo (RS).

Clotilde M. Mousquer Farias – graduada em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/campus de Santo Ângelo). É coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, em Santo Ângelo (RS) e atualmente é vice-coordenadora da 4ª Região Museológica do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

O Projeto

O Projeto *Jornadas de Arqueologia Missioneira* foi promovido a partir do ano letivo de 2009 pela equipe do Núcleo de Arqueologia (Narq), do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, em parceria com as secretarias de Turismo, Educação e Cultura. Objetiva oportunizar de forma lúdica o ensino sobre o passado da antiga redução de Santo Ângelo Custódio, por meio dos vestígios arqueológicos *in loco* na área do Centro Histórico de Santo Ângelo, mais especificamente no entorno da Praça Pinheiro Machado e da Catedral Angelopolitana.

Direcionado às 4^{as} séries do ensino fundamental das redes municipal e estadual, o Projeto é fruto de ações educativas efetuadas anteriormente em decorrência da divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas sistematicamente no município, desde 2006, nas comemorações dos 300 anos da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio (RECH, 2009).

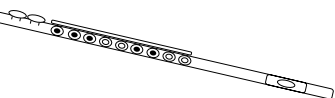
Para tanto, foi inserida uma nova modalidade no processo de ensino-aprendizagem: o contato entre personagens históricos e alunos mediante intervenções cênicas interativas, a fim de contemplar experiências cognitivas, lúdicas e sensoriais na ação educativa e na aprendizagem da história local. As atividades práticas ocorrem em espaço definido junto ao local que abrigava a praça central da antiga redução jesuítica. Para qualificar tal projeto utilizamos o conceito de Educação Patrimonial, de Maria de Lurdes Parreiras Horta, que afirma:

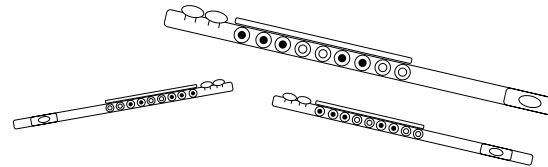
A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, 1999, p. 6)

O Projeto segue as premissas do Construtivismo, preconizado por Jean Piaget, que trouxe a ideia de que o aprendizado é construído pelo aluno. Educar para Piaget é “provocar a atividade”, partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio. Assim, o sujeito do conhecimento está o tempo todo modelando suas interpretações com base nas suas experiências. O próprio mundo sensorial com que se depara é um resultado das relações que mantém com esse meio, de atividade perceptiva para com ele, e não um meio que existe independentemente. Daí a importância da forma lúdico-interativa com o meio a que se propõe a ensinar, sobre a história da antiga redução jesuítica existente no local da cidade moderna de Santo Ângelo, o Projeto *Jornadas de Arqueologia Missioneira*.

Dessa forma, identificamos nesse Projeto de Educação Patrimonial aquilo que Paulo Freire define como “ensinar exige curiosidade”:

O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser. Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade. Observo o espaço





onde parece que se está verificando. Aguço o ouvido. Procuo comparar [...] Investigo melhor o espaço [...] Admito hipóteses [...] Elimino algumas até que chego a sua explicação. (FREIRE, 1996, p. 98)

Para facilitar o ensino de forma lúdica, o *Jornadas de Arqueologia Missioneira* aposta na interação entre personagens históricos e alunos, por meio de intervenções cênicas em que atores ficam caracterizados de personagens históricos durante a explanação dos conteúdos ensinados. As apresentações versam sobre a vida quotidiana nas missões, trazendo o foco para a redução de Santo Ângelo Custódio, pertencente ao passado desta comunidade. Nesse sentido, o papel do teatro x educação traz uma colaboração ainda não experimentada nos projetos de Educação Patrimonial relacionados às pesquisas de Arqueologia Histórica já realizadas em Santo Ângelo, preenchendo assim um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem:

Por ser uma disciplina ligada aos acontecimentos do passado, a História auxilia o indivíduo a perceber a trajetória do ser humano na construção da realidade em que está colocado. Através dos acontecimentos e dos questionamentos que o passado nos coloca, a História nos auxilia a repensar as questões da atualidade. Ela aguça no homem o exercício da reflexão. Exercício este que não é exclusivamente apenas da História, mas também de outras ciências humanas, que possuem em sua gênese a ativação do pensamento crítico-reflexivo. Isso ocorre no momento em que procura analisar ao fundo a formação de cenários históricos em diferentes aspectos da vida em sociedade e nos mais diferentes momentos da história da humanidade. (MARCHI, 2007, p. 36-37)

Dessa forma, o plano de trabalho deste Projeto de Educação Patrimonial é executado, em diferentes momentos, por meio de uma equipe composta por “arqueólogos modernos”, com o auxílio de personagens históricos representantes das duas categorias vigentes na redução: os “jesuítas” e os “índios guarani”. Também será prestigiada a visão dos viajantes do século XIX, que fizeram importantes registros sobre o que observaram das ruínas missioneiras.

Assim, a dinâmica das *Jornadas de Arqueologia Missioneira* realiza-se por meio do seguinte plano de ação:

- **Palestras audiovisuais**

Em um primeiro momento, as escolas são recebidas num espaço específico da ala Oeste da Praça Pinheiro Machado destinado à execução do Projeto de Educação Patrimonial. Sobre uma lona, os alunos sentam-se e utilizam material audiovisual (ilustrações em cartazes tamanho A3 contendo mapas e plantas antigos, desenhos e fotos sobre elementos da vida quotidiana nas missões e na redução de Santo Ângelo Custódio), somado à execução de músicas barroco-missioneiras (comparação de composições de Zippoli com a música guarani, por exemplo). Por meio dessa dinâmica é feita a explanação interativa da equipe do NArq aos alunos participantes das *Jornadas*.



- **Intervenções cênicas com atores caracterizados de personagens históricos**

No decorrer das explanações, os atores encenam caracterizados de personagens históricos (variando entre padre jesuíta, cabildante, índio, índia e/ou viajante do séc. XIX), interagindo com a fala da equipe dos “arqueólogos modernos”, basicamente rememorando fatos e ações realizadas no cotidiano da redução com o uso de intervenções cênicas.¹ Essa atividade auxilia e aprimora o Projeto de Educação Patrimonial desenvolvido pela equipe do Núcleo de Arqueologia do Museu.

- **Passeio histórico ao entorno da praça**

Após uma apresentação com contextualização histórica sobre o passado da redução de Santo Ângelo Custódio pela equipe dos “arqueólogos modernos” e dos “personagens históricos” que interagem constantemente, é feito um passeio pelo entorno da Praça Pinheiro Machado, na forma de “passeio imaginário” pela praça missioneira que existia no mesmo local, cerca de 300 anos atrás. Nessa ocasião são abordadas características da praça (como o fato de ter sido de chão batido para acolher procissões religiosas e a existência de cruzes em seus quatro cantos); passam pela frente da “Rua Missioneira” (que preserva as dimensões da época, sendo a principal rua de entrada da redução que fazia frente à praça); fazem um exercício de imaginação de visualização de casas de índios ao redor da praça e do local onde ficava o Cabildo, importante prédio no qual os caciques e padres se reuniam para deliberar sobre a vida da comunidade. São apresentados vestígios das pedras construtivas da antiga igreja da redução, que foram recolhidos de locais dispersos e organizados em um canteiro específico da Praça Pinheiro Machado. São abordados também os elementos modernos da praça, passando pelo atual “Arco dos Trinta Povos” (que faz menção ao nome e à data de fundação dos Trinta Povos Missioneiros), dentre outros tópicos.

1 A equipe do NArq encarrega-se de repassar aos atores um texto de contextualização e tópicos para serem abordados no roteiro, que fica a cargo da equipe de atores vinculados às secretarias de Turismo e Cultura, os quais prestam consultoria e realizam a direção teatral das intervenções cênicas.



- **Visitação às janelas arqueológicas no Museu a Céu Aberto, no entorno da atual Catedral Angelopolitana**

O passeio imaginário à praça missioneira culmina na área do Museu a Céu Aberto, onde são apresentados os resultados das escavações ocorridas no local, dispostos na forma de “janelas arqueológicas” abertas no pavimento ao redor da atual Catedral Angelopolitana. Esses vestígios retratam basicamente como era a antiga igreja jesuítico-guarani da redução de Santo Ângelo Custódio, que esteve de pé na primeira metade do século XVIII. No local, existem placas explicativas para auxiliar na compreensão dos remanescentes expostos.

- **Lanches temáticos**

Ao final do passeio imaginário à praça missioneira e à área das escavações há uma pausa para o lanche. Esse momento é aproveitado para passar aos alunos algumas informações sobre os alimentos consumidos pelos diferentes povos que deram origem à culinária missioneira (influências guarani, espanhola, portuguesa). Nessa etapa, contamos com a colaboração das nutricionistas e merendeiras da SMED e da 14ª CRE que, embasadas por uma lista de alimentos históricos fornecida, elaboram refeições contendo ingredientes relacionados com a herança gastronômica missioneira.

- **Escavação arqueológica simulada**

Após a hora do lanche temático, os alunos experimentam como os arqueólogos encontram vestígios do passado através de uma escavação. Em área específica, na porção Oeste da Praça Pinheiro Machado, situa-se uma estrutura permanente de escavação simulada, composta de 32 quadriculas de 1m x 1m onde são enterrados materiais provenientes de descarte das escavações (fragmentos de telhas, tijolos, pedras itacuru, arenito e basalto), de forma que os participantes realizem a experimentação da descoberta de vestígios materiais de sua própria história por meio da prática arqueológica.



- **Oficina de cerâmica guarani**

Simultaneamente ou em momento posterior ao da escavação arqueológica simulada, ocorre a oficina de cerâmica guarani, na qual os participantes reunidos em pequenos grupos recebem porções de argila e orientações sobre as técnicas de confecção da potaria jesuítico-guarani. São explicadas as quatro técnicas de confecção de cerâmica utilizadas na época das missões (roletado, torneado, modelado, moldado) e os grupos de alunos são instruídos a confeccionar pequenos roletes de argila de forma a criar miniaturas de vasilhames com a aplicação das técnicas decorativas da cerâmica guarani.

- **Oficina de desenho**

Simultaneamente ou em momento posterior ao da escavação arqueológica simulada ocorre a oficina de desenho, na qual os participantes reunidos em pequenos grupos recebem folhas de papel e lápis de cor e realizam desenhos livres sobre o que aprenderam durante as *Jornadas de Arqueologia Missioneira*.

- **Certificado**

No final das atividades, os alunos recebem um certificado perpetuando sua experiência lúdico-didática obtida no Projeto de Educação Patrimonial *Jornadas de Arqueologia Missioneira*.

- **Cartilha de atividades pós-oficina**

No final das *Jornadas*, as professoras recebem uma cartilha com atividades pós-oficina para trabalharem em sala de aula os conteúdos apreendidos.



Nessa primeira edição do Projeto, efetuada no ano letivo de 2009, mais de 1.100 alunos das 4^{as} séries da rede municipal e estadual de Santo Ângelo foram contemplados. Tendo em vista o grande raio de atuação do Projeto, suas ações fizeram com que os participantes fixassem de maneira mais interativa os conteúdos abordados, sensibilizando estudantes e professores para a preservação e valorização da história e do patrimônio cultural local. Gera-se, assim, o conhecimento, o respeito e a valorização dos diferentes povos que marcaram presença nessa história.

Como reflexo da aceitabilidade e da grande demanda por novas edições, o Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Santo Ângelo transformou essa ação educativa em uma atividade permanente oferecida ao público estudantil em geral.

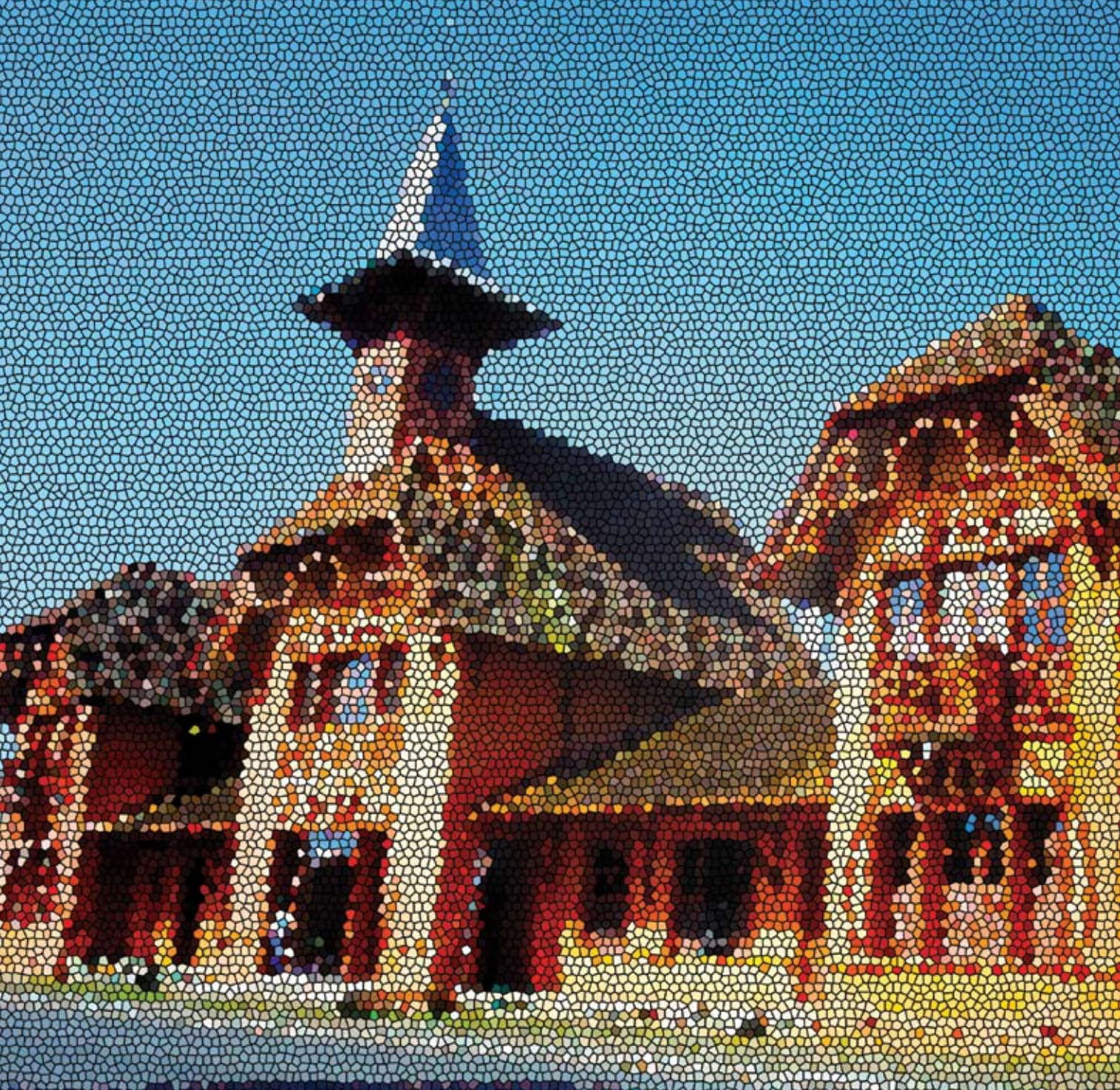
Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, Museu Imperial de Petrópolis, 1999.

MARCHI, Darlan de Mamann. **Palco, política e poder: o teatro do oprimido no ensino de História**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Santo Ângelo, 2007.

RECH, Raquel Machado. **Relatório das atividades do projeto de educação patrimonial “Jornadas de Arqueologia Missioneira”** – ano letivo de 2009. Santo Ângelo: NArq-MMJOM, 2009.



Estação da Memória

O Projeto Encontros com a Memória e a Educação Patrimonial

Aline Dias Kormann, Giane Maria de Souza, Ingrid Muniz de Lima Diniz
e Silvana Bento Noschang

RESUMO: O *Projeto de Educação Patrimonial Encontros com a Memória* foi desenvolvido pelo Setor de Educação da Estação da Memória, em Joinville (SC), antiga Estação Ferroviária. Objetivou desenvolver pesquisas referentes à memória da ferrovia e do trabalho na região. O público-alvo foram os ferroviários e seus familiares. A história oral subsidiou metodologicamente a pesquisa e o levantamento de fontes, o registro e a salvaguarda das memórias. O Projeto abriu caminhos não só para reorganizar materialmente o acervo técnico da Estação, mas também para criar uma rede de sociabilidades e novos entendimentos de que o patrimônio cultural ultrapassa a edificação construída, porque as memórias do lugar dão o sentido necessário a sua existência e preservação.

Palavras-chave: Estação da Memória; ferroviários; educação; patrimônio; memória.

Notas Biográficas: Aline Dias Kormann – turismóloga, assistente cultural e monitora de museus.

Carla Pereira Maia – pedagoga, pós-graduada em Práticas Pedagógicas, é agente administrativo.

Giane Maria de Souza – historiadora, mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), especialista cultural. É educadora de museus.

Ingrid Muniz de Lima Diniz – arte-educadora e especialista cultural, é educadora de museus.

Silvana Bento Noschang – assistente cultural, é monitora de museus.



Introdução

A Estação Ferroviária de Joinville, fundada em 1906, foi tombada pela Fundação Catarinense de Cultura, em 1996, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2007. Em abril de 2008, foi reinaugurada como Estação da Memória, unidade da Fundação Cultural de Joinville – um espaço cultural destinado a abrigar o Memorial da Ferrovia e do Transporte e a Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC).

Os ambientes da antiga Estação Ferroviária foram recompostos em diversos espaços expositivos como: 1) Mostra de Salvamento Arqueológico – esta exposição retrata os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no entorno da edificação para sua revitalização, trabalho coordenado pelo Museu Arqueológico de Sambaqui, de Joinville; 2) Sala de bagagem – exposição de equipamentos e instrumentos de trabalho ferroviário. Os artefatos foram consignados em comodato pela Rede Ferroviária Federal S.A; 3) Bilheteria – Memorial de Joinville, localizado no saguão central, onde painéis ilustram o patrimônio cultural e histórico do município; 4) Sala do chefe – simbolicamente representa um antigo setor administrativo da rede; 5) Auditório – na antiga sala de espera, é imponente por ainda preservar mobiliário de época e prospecções de pinturas parietais, destina-se hoje a exibir audiovisual ao público visitante; 6) Plataforma – os painéis expostos foram organizados pelo Arquivo Histórico de Joinville e apresentam cronologicamente a linha férrea de São Francisco do Sul e suas interfaces econômicas, sociais e culturais na região.

O Setor de Educação foi implantado na Estação da Memória a partir de sua inauguração. O grupo – formado por Giane Maria de Souza e Ingrid Muniz de Lima Diniz, educadoras de museus; Aline Dias Kormann e Silvana Bento Noschang, monitoras de museus; as estagiárias de História Terezinha Barbosa Rocha, Rosana de Borba, Priscila Gonçalves e Ariane Cristina Batista; e a estagiária de Pedagogia Juliana Lamin – constatou que o espaço havia sido inaugurado, porém não planejado, e que havia a necessidade de se criar um programa de Educação Patrimonial.

A dificuldade de levantamento de registros pertinentes à história da Estação e a lacuna existente sobre o período de seu funcionamento foram os primeiros obstáculos encontrados, ao mesmo tempo que serviram de estímulo para o desenvolvimento de uma pesquisa que subsidiasse a elaboração de um projeto pedagógico.

Desde a revitalização da edificação, a convivência da equipe do educativo com os ferroviários e seus familiares foi uma constante. Nostalgicamente, eles se relacionavam com o espaço, o que impulsionou as trabalhadoras do setor a pensar um programa de Educação Patrimonial que privilegiasse, enfim, os trabalhadores e suas histórias, muitas vezes invisibilizados no processo histórico.

A fim de registrar as histórias coletivas e individuais dos ferroviários sobre a Estação – lugar de trabalho/lugar de memória – foi traçado um planejamento constituído em etapas. A intenção era promover encontros com os ex-ferroviários e seus familiares para salvaguardar as lembranças por meio de recursos metodológicos da história oral, do audiovisual e da iconografia. Como um dos resultados, ressalta-se a promoção e a interação do objeto – memória dos trabalhadores – com a apropriação e o reconhecimento do espaço público pela comunidade.



Os encontros seriam um meio e não um fim. Em dois anos de trabalho, uma instituição recém-criada elaborou um programa de Educação Patrimonial, a fim de cumprir as prerrogativas do Conselho Internacional de Museus (Icom), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Os *Encontros com a Memória* serviriam de subsídio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que registrassem, salvaguardassem e tornassem pública a memória coletiva e individual dos trabalhadores ferroviários e de seus familiares, assim como do município de Joinville.

Encontros com a Memória

O *Programa de Educação Patrimonial da Estação da Memória* começou em 2008, dividido em quatro linhas de pesquisa e atuação: 1) Memória da Ferrovia e da Indústria – grupo de trabalho que desenvolveu pesquisas de fontes documentais e levantamento bibliográfico sobre a história da ferrovia e da indústria de Joinville e região; 2) Grupo de estudo sobre patrimônio material, imaterial e educação patrimonial; 3) Encontros com a Memória – estudos sobre memória e história oral, projeto aplicado a ferroviários, seus familiares e todos aqueles que tiveram ou possuem relações identitárias com a ferrovia; 4) Registro, Compilação e Publicação – recolhimento de artefatos, organização de acervo iconográfico, fontes orais e documentais relacionadas à história da Ferrovia, assim como a divulgação dos resultados.

Os *Encontros com a Memória*, a partir de 2009, ocorreram periodicamente e receberam um público de aproximadamente 50 pessoas. A abordagem prévia era realizada pela monitoria da Estação, que identificava, entre os visitantes, possíveis participantes do Projeto, considerando critérios identitários. A participação da comunidade foi determinante para o surgimento dos Encontros. O público se dividia entre aqueles que trabalhavam na Estação Ferroviária em Joinville ou em outras partes do Brasil e aqueles que possuíam laços afetivos com a edificação. Parentes de ferroviários, residentes ou trabalhadores do entorno das linhas férreas, colecionadores, ou simplesmente apreciadores dessa modalidade de transporte também eram alvo do Projeto.

Esses encontros seguiram as diretrizes apontadas pela gestão em cultura no âmbito federal e municipal para a promoção da cidadania, preservação da cultura material e imaterial, já que o Iphan¹ (2000) preconiza que fazem parte do patrimônio histórico cultural material e imaterial: os ofícios, as edificações e os lugares de memória.

Meu pai também era bilheteiro, trabalhava na bilheteria, que até hoje é conservada ali. Eu sinto orgulho e sinto até um pouco de tristeza, porque lembro do meu pai. E eu lembro que teve uma época que teve até um ingresso, [...] A pessoa não ia viajar, mas a pessoa comprava um bilhete só para ter acesso a plataforma [...] ver o trem chegar. (FERREIRA, 2009).

A memória tornou-se um instrumento valioso para se entender e recontar as vivências cotidianas, os trabalhos e as sociabilidades da edificação. O Projeto Encontros com a Memória reuniu, durante um ano, trabalhadores ferroviários e seus familiares em uma tentativa pedagó-

¹ MANUAL DE APLICAÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Como Ler o INRC**. Brasília: MinC/Iphan, 2000.



gica de se tecer a fina e delicada malha da história, sob a ótica de seus protagonistas, numa verdadeira relação dialógica e dialética de ouvinte e narrador. O presente redescobre o passado para vislumbrar o futuro, como aponta Ecléa Bosi (2004, p. 90):² “Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos”.

A memória descortinou um cenário histórico que se mostrou denso. A preocupação em registrar as lembranças sob o ponto de vista de quem viveu o trabalho, o lugar e a edificação serviram para elucidar as histórias da cidade e transformar o espaço museológico em uma vivência mais concreta, mais viva e mais humana.

As falas nos Encontros eram desencadeadas por recursos pedagógicos que estimulavam o processo de recordar. Atividades lúdicas, como um simples quebra-cabeça, ajudaram os participantes a reorganizarem mentalmente a cartografia da Estação Ferroviária no período de funcionamento.

[...] no tempo que eu trabalhava aqui tinha relógio lá em cima, aqui era a entrada da Estação, ali o telégrafo trabalhava [...]. E aqui o pessoal tinha a bilheteria [...] É isso aí. Eu nasci aqui e moro aqui, não tem coisa melhor. [...] Ali, onde descarregava uma base de 150 vagões por dia, ali é a Arena. E aquilo foi do tempo do meu pai, transportavam mercadoria para o Brasil inteiro, Cipla, Hansen, Steim, Tupy, tudo dentro da Maria Fumaça, o guarda-freio que apertava o freio lá em cima está lá hoje. De primeiro era vapor era fraco agora é diesel. (CONCEIÇÃO, 2009).

² BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Existiam momentos em que a memória precisava ser arguida de outras formas. Com o auxílio de audiovisual, projetavam-se imagens e vídeos acerca da história da cidade de Joinville. Aos poucos o entorno se remontava e as pessoas começavam a se lembrar dos comércios, dos hotéis que recebiam os viajantes, das festas e comemorações que eram realizadas na plataforma. Dona Lila, filha de maquinista, relembra esse tempo com saudosismo, pois, segundo ela, as festividades de ano-novo e Natal eram comemoradas na Estação e cada família ficava responsável por trazer uma cuca, um doce, uma rosca.³ Ela conta que os ferroviários eram muito respeitados e importantes na cidade pelo fato de trabalharem na Rede: “Certa vez, eu e minhas amigas fomos ao Cine Palácio e, na volta para casa, sem ter como pagar o táxi, o taxista deixou que pagássemos depois, pois conhecia o meu pai, que era maquinista na Estação Ferroviária de Joinville”. (SILVA, 2009).

As histórias permeavam os Encontros com a Memória, porque o trabalho e a vida privada se confundiam e estabeleciam conexões muito próximas. Os ferroviários relatam que era comum trabalharem além do horário previsto pela legislação. Por esse, entre outros motivos, muitos moravam no entorno ou então dentro da Estação Ferroviária.

[...] aqui era uma sala onde nós fazíamos um dormitório, eu e mais dois colegas, esta parte aqui de baixo, inferior, era o serviço de faturamento, diariamente tinha o armazém ali, eles mandavam as notas e nós faturávamos, saía uma base de mais ou menos diariamente de duzentas, trezentas faturas. Depois, mais no lado, tinha o telégrafo, ali eu trabalhei muitos anos. (OLIVEIRA, 2009).

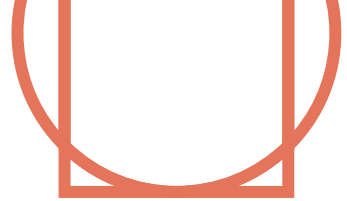
³ A gastronomia local possui influências étnicas diversificadas. Dona Lila, quando se refere aos pratos trazidos para a Estação, fala de comidas com influências germânicas como a “cuca” (bolo doce com cobertura de farofa) e a “rosca” (ingrediente básico de polvilho).

Edgar Leichsering, telegrafista, datilografou uma carta e entregou especialmente para o Projeto, quando foi entrevistado em sua residência. No texto relata como iniciou sua carreira na Estrada de Ferro e depois na Aeronáutica. Também atenta para a quantidade extra de horas trabalhadas e da precária remuneração.

O telegrafista trabalhava geralmente das 6 da manhã até mais ou menos 9 da noite. Mal tinha-se uma folga semanal. Trabalhei desde 1929 a 1933 com vencimentos de 170,00 mil réis, ficando o desconto de um mil réis para a contribuição da aposentadoria, ficando o salário \$169,00. Nunca tive aumento. Verdade, não havia inflação. (LEICHSERING, 2009).

Uma das características do Projeto sempre foi sua transversalidade. As teias da memória se entrecruzavam entre o trabalho e o lar, entre o pessoal e o profissional. Percebe-se facilmente essa relação entre os ferroviários. Ao considerar esse aspecto, o projeto não se limitou ao território físico e geográfico da Estação. A equipe de Educação por diversas vezes se deslocou até as residências dos participantes a fim de criar condições que favorecessem e aflorassem as lembranças. Observa-se que, em muitas residências, retratos e objetos referenciavam os anos trabalhados na Rede. Verdadeiros simulacros são criados no intuito de representar materialmente as lembranças. Muitas vezes esses objetos eram trazidos para os Encontros e doados pelos ferroviários para a Estação, em uma tentativa de musealizar (coletivizar) aquilo que já estava patrimonializado individualmente.





Os Encontros com a Memória propiciaram vários encontros: de gerações, familiares, antigos colegas, namorados, vizinhos e, principalmente, um encontro entre aqueles que trabalharam na Estação e aqueles que ainda trabalham. Dona Conradine, primeira engenheira mulher da Rede Ferroviária do Sul do Brasil, afirma:

Segundo o engenheiro presidente do Instituto de Engenharia e Diretor Superintendente da R.F.F.S.A. – ‘O ferroviário legítimo jamais esquece a ferrovia porque é o magnetismo dos trilhos, quer dizer, ele é atraído. Usando a linguagem simbólica, é algo do qual ele nunca mais se separa. Eu não fujo à regra, vocês não fogem à regra’. (TAGGESEL, 2009).

O patrimônio cultural ultrapassa o entendimento do material e do objetivo, da edificação e das linhas férreas para adentrar no campo do subjetivo e intangível. A Estação Ferroviária foi importante para a economia, para a cultura, para a sociedade, o que lhe garante o *status* de patrimônio histórico cultural tombado pelo Estado. Porém, o imaginário, as representatividades, as afetividades e as memórias não são passíveis apenas de atos burocráticos. Nesse sentido, a Educação Patrimonial atua de forma determinante. O registro, a salvaguarda e a publicização são ferramentas que possibilitam a preservação, mas não lhes garante a permanência, nem tampouco sua (re)existência. A apropriação da comunidade dá sentido à comunicação museológica e possibilita novas apreensões sobre o espaço. As memórias e as lembranças daqueles que aqui trabalharam marcaram profundamente a história do lugar e patentearam no espaço novas fisionomias.

É imprescindível estabelecer trilhos entre o passado vivenciado por esses indivíduos e o público que visita a Estação, para que a edificação não se transforme em um lugar fechado em si mesmo. O encontro da memória passada com a memória recente abrirá novos significados e apropriações do patrimônio construído.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CONCEIÇÃO, Aroldo Orlando. **Encontros com a Memória**. Depoimentos: Joinville, 11 set. 2009.

FERREIRA, Silvio Odilon. **Encontros com a Memória**. Depoimento: Joinville, 11 set. 2009.

LEICHSERING, Edgar. **Carta**. Datilografada. Barra Velha, set. 2009.

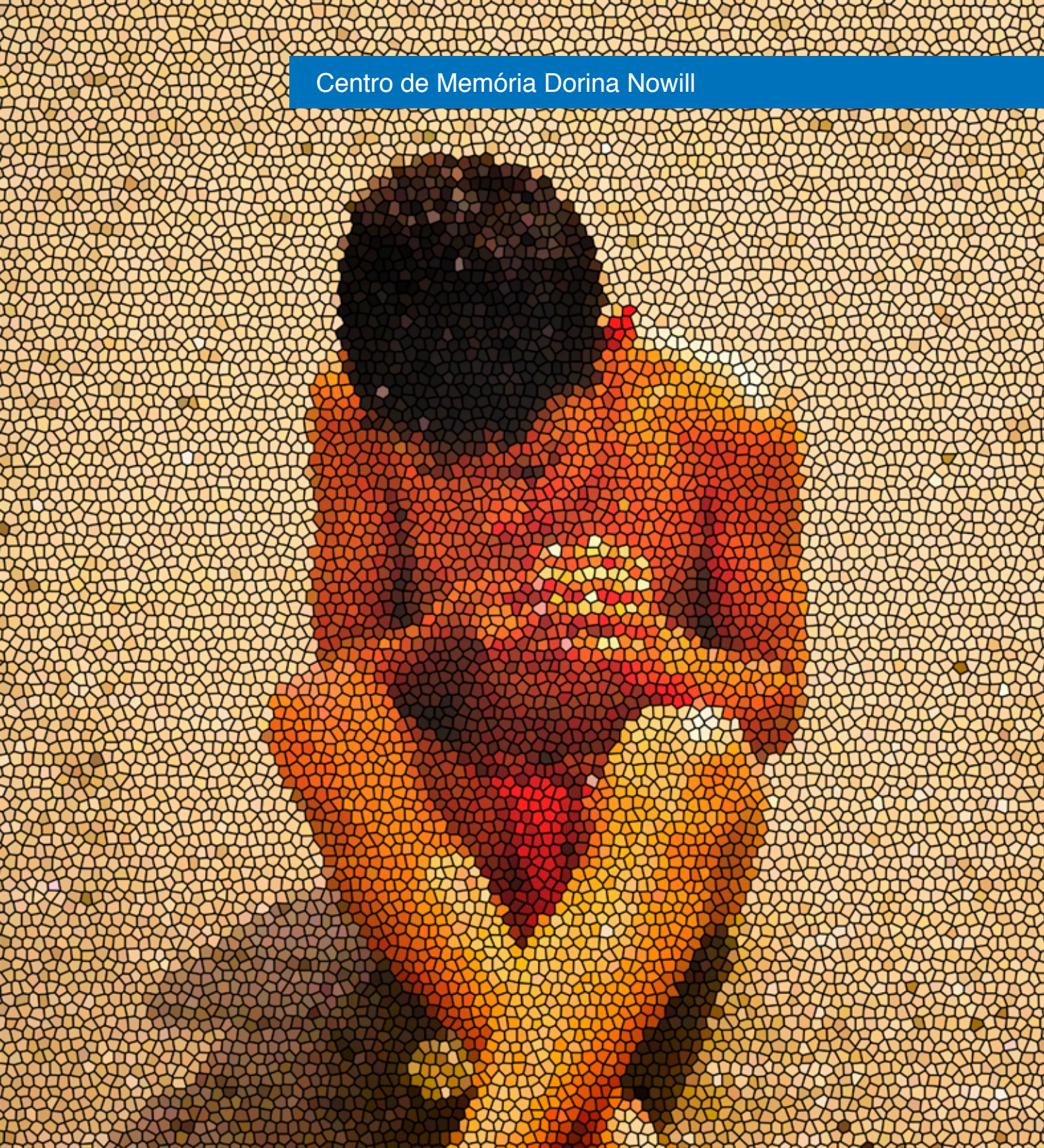
MANUAL DE APLICAÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Como Ler o INRC**. Brasília: MinC/Iphan, 2000.

OLIVEIRA, João. **Encontros com a Memória**. Depoimentos: Joinville, 11 set. 2009.

SILVA, Nair Lila Zoefeld. **Encontros com a Memória**. Depoimentos: Joinville, 13 nov. 2009.

TAGGESEL, Conradine. **Encontros com a Memória**. Depoimentos: Joinville, 13 nov. 2009.

Centro de Memória Dorina Nowill



Formação de público:

peças com deficiência visual

em espaços de cultura

Viviane Panelli Sarraf

RESUMO: O Programa de *Formação de Público: pessoas com deficiência visual em espaços de cultura* acontece em parceria entre os departamentos Centro de Memória Dorina Nowill e Atendimento Especializado da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Partindo das visitas periódicas ao Centro de Memória Dorina Nowill, os dois departamentos se uniram na elaboração de um Programa diferenciado, que unisse as visitas institucionais a outras atividades culturais, com o objetivo de formar o público composto por pessoas com deficiência.

Os clientes atendidos nas diversas modalidades de reabilitação são aptos a realizar esse tipo de atividade. Muito mais que pensar em um simples passeio, entendeu-se que ocupar os espaços da cidade, tais como museus, parques, centros de exposições, teatros, cinemas, entre outros, representava uma possibilidade da pessoa com deficiência visual se apropriar desses espaços, não apenas como um evento inusitado e esporádico, mas também como cidadãos incluídos na sociedade.

Palavras-chave: Centro de Memória Dorina Nowill; acessibilidade; inclusão; pessoas com deficiência visual; formação de público.

Nota Biográfica: Viviane Panelli Sarraf – consultora de acessibilidade e extensão cultural do Centro de Memória Dorina Nowill/Fundação Dorina Nowill para Cegos; especialista em Acessibilidade em Espaços Culturais; doutoranda em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, diretora fundadora da empresa social Museus Acessíveis e criadora da Rede de Informação de Acessibilidade em Museus (Rinam).

Apresentação

O Centro de Memória Dorina Nowill promove a valorização e a inclusão das pessoas com deficiência visual nas ofertas culturais, por meio da preservação das evidências materiais e imateriais do processo de inclusão social dessas pessoas no Brasil e outros países, pela criação e assessoria de oportunidades culturais inclusivas, pela capacitação de agentes culturais para desenvolver recursos acessíveis em atividades artísticas e culturais e pela disseminação da informação acerca do crescimento da área.

O Centro conquistou importância no nível nacional e internacional em seus oito anos de existência. Essa conquista foi alcançada com muito trabalho por parte de todos os colaboradores: diretores, técnicos, consultores, estagiários e voluntários que atuaram em diferentes ações do Projeto.

No início do Projeto, enfrentamos dificuldades de aceitação no meio cultural, mas progressivamente alcançamos a importância no cenário cultural e inclusivo, pela qualidade do trabalho, pela inovação e pelo pioneirismo, que conferiram ao Projeto não apenas o reconhecimento nacional por parte de órgãos culturais e de inclusão social – em órgãos nacionais como Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan), Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, Conselho Internacional de Museus (Icom-BR) e internacionais como American Foundation for the Blind e AEB (Art Education for the Blind – EUA), Organização Nacional de Cegos da Espanha (Once) e Associação de Amigos dos Museus da Espanha –, mas também duas premiações nacionais: Menção Honrosa no Prêmio Darcy Ribeiro – Edição 2008 e Prêmio Cultura e Saúde do Minc – Edição 2008.

Princípios

A arte e a cultura não fazem parte do rol de necessidades básicas e vitais da sociedade, já que ninguém precisa delas, em termos fisiológicos, para sobreviver. Por essa razão que as atividades socioeducativas culturais entram no campo do simbólico. Ter acesso a essas atividades representa estar incluído socialmente em esferas que alimentam o espírito e não o corpo.

Ao longo da história ocidental o acesso à arte e à cultura integrou as atividades ligadas às elites e aos intelectuais, mas na atualidade os espaços culturais e artísticos invadiram a vida da população, por meio das políticas de acesso, necessárias a legitimação desses espaços na contemporaneidade.

O direito de participar das manifestações e dos espaços artísticos e culturais é garantido, em primeira instância, pela Declaração Internacional de Direitos Humanos, publicada em 1948, na França. Nessa declaração consta o primeiro direito básico adquirido que se relaciona ao acesso às atividades aqui abordadas: “o direito de ir e vir”, isto é, circular livremente pelos ambientes públicos e alcançar os benefícios provenientes de suas ofertas sociais, quaisquer que sejam.

Utilizando essa declaração como referência, percebe-se que a defesa do direito existe há mais de 60 anos, mas o abismo que separa a prática cotidiana da garantia do direito às pessoas com deficiência visual ainda impede que ele seja plenamente exercido.



Em relação aos direitos das pessoas com deficiência especificamente, é possível identificar alguns documentos, leis e normas que defendem o direito de acesso aos benefícios sociais e mobilizaram mudanças ao longo do século XX. Entre esses está a Declaração de Salamanca, que inspirou o contemporâneo Movimento de Inclusão Social, com sua afirmação “nada para nós, sem nós”, legitimando a plena participação da pessoa com deficiência em tudo que lhe diz respeito, como leis, projetos, programas, políticas, produtos e outros.

No entanto a inclusão dessa população na sociedade pode ser considerada um acontecimento recente. O próprio termo “inclusão” começou a ser utilizado e defendido, na década de 1980, durante a criação do Movimento de Inclusão Social, nos EUA, com a participação de representantes do mundo todo, entre eles da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1981. Esse ano foi considerado o *Ano da Pessoa com Deficiência*. Antes da data citada, o termo utilizado para definir a aproximação dessa população com a sociedade era “integração”. No conceito de integração, a maior responsabilidade era atribuída ao desenvolvimento pessoal e à superação de barreiras do indivíduo, enquanto a sociedade incumbia-se de receber a pessoa para o convívio, mas sem a preocupação de adaptar os espaços e os sistemas sociais existentes.

Atualmente presenciamos o movimento de Inclusão Social proporcionar muitas melhorias para a vida da pessoa com deficiência, ao desenvolver ações que visam preparar ambientes, produtos e serviços que considerem as diferenças e a diversidade.

Para o pensamento e os conceitos desenvolvidos pela filosofia da inclusão social, o que alcança maior força e motivo de militância é a acessibilidade. Esse conceito trabalha com uma forma de concepção de ambientes, produtos e serviços que consideram o uso de todos os indivíduos independentemente de suas limitações físicas e sensoriais. O conceito busca a melhoria da qualidade de vida da população por meio do atendimento às diferenças dos seres humanos.

Mesmo com os direitos humanos adquiridos, as conquistas do Movimento Internacional e Nacional de Inclusão Social e as normas de acessibilidade que oferecem subsídios teóricos para a viabilização de adequações em espaços culturais e artísticos, o direito de acesso à arte e à cultura para a pessoa com deficiência visual ainda é uma utopia. Não podemos deixar de reconhecer e louvar as iniciativas isoladas de acessibilidade em arte e cultura, mas essas não configuram uma nova concepção de propostas artísticas e culturais inclusivas por sua concepção e natureza.

Desenvolvimento

O Centro de Memória Dorina Nowill foi criado, em 2002, com o objetivo de desenvolver um trabalho de valorização da história das ações em benefício das pessoas com deficiência visual no Brasil. O nome escolhido é uma homenagem à Dorina Nowill, fundadora da Fundação Dorina Nowill para Cegos, antiga Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que tanto realizou pela inclusão social dessas pessoas no Brasil e no mundo.

Com um acervo de aproximadamente 5.000 peças, entre máquinas, equipamentos, imagens fotográficas, películas, material auditivo, publicações e documentos referentes aos serviços, aos movimentos, aos projetos e às iniciativas internacionais e nacionais, são realizados processos de documentação, catalogação, conservação preventiva e exposições.

No nível educativo são oferecidos programas de educação patrimonial com funcionários e clientes da Fundação e do Serviço de Orientação a museus brasileiros sobre elaboração de estratégias de inclusão de pessoas com deficiências visuais em seus espaços.

Desde abril de 2005, está aberta ao público a exposição histórica de longa duração *Fundação e suas muitas histórias*, localizada no prédio da Fundação Dorina. Oferecemos visitas educativas, previamente agendadas, com opções de atividades complementares que abordam o cotidiano das pessoas com deficiências visuais para grupos de escolas, empresas, instituições e visitantes espontâneos. Até 2007, foram atendidas aproximadamente 1.800 pessoas, entre elas, grande parte com deficiência visual.

Com a intenção de ampliar o escopo educativo do Centro de Memória criamos o Projeto *Formação de Público: pessoas com deficiência visual em espaços de cultura* que iniciou sua atuação, em 2008, em parceria com o Departamento de Atendimento Especializado da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Durante o processo de implantação da exposição de longa duração do Centro de Memória Dorina Nowill, entendemos que nosso público-alvo prioritário era a comunidade interna da



Fundação Dorina, isto é, funcionários, voluntários, diretores e clientes da instituição, uma vez que o conhecimento da longa e rica história da Fundação era fundamental para que essas pessoas redescobrissem seu espaço.

As visitas com clientes começaram em 2005, logo após a inauguração da exposição, e foram realizadas em 2006 e 2007, sempre no início do ano, período de adesão de novos clientes.

Paralelamente ao Programa educativo do Centro de Memória, o departamento de Atendimento Especializado tem realizado diversas propostas de atividades socioeducativas que possibilitaram inúmeros benefícios para os clientes em processo de reabilitação. Segundo suas observações, todas as pessoas atendidas, nas diversas modalidades de reabilitação, são elegíveis para esse tipo de atividade, respeitando as particularidades de cada grupo e as propostas elaboradas. Muito mais do que pensar em um simples passeio, entendeu-se que ocupar os espaços da cidade, tais como museus, parques, centros de exposições, teatros, cinemas, entre outros, representavam uma possibilidade da pessoa com deficiência visual se apropriar desses espaços, não como um evento inusitado e esporádico, mas como cidadãos incluídos em uma sociedade. Dessa forma, foi possível perceber que cada indivíduo poderia estabelecer vínculos com os lugares e com o contexto dos espaços culturais visitados e que essa experiência enriqueceria sua vida.

Com essas constatações e com a parceria de visitas periódicas ao Centro de Memória, dois departamentos se juntaram, para elaborar um Programa diferenciado que unisse a visita ao Centro de Memória a outras atividades culturais com o objetivo de formar as pessoas com deficiência.





Em 2008, primeiro ano do Programa, elaboramos um planejamento das ações iniciadas com a visita ao Centro de Memória, seguido de atividades e visitas culturais oferecidas por instituições culturais parceiras e elaboradas pela própria equipe do Atendimento Especializado, como *Dia da Bengala Branca* e *Passeio à Praia de Santos*.

Os resultados foram bastante positivos, e o público beneficiado, pessoas em processo de reabilitação, solicitou mais e novas oportunidades.

Em 2009, aproveitamos a novidade da audiodescrição em espetáculos artísticos como mais uma maneira de experimentar e provar as possibilidades de acesso às diversas mídias da cultura, além de continuar as demais atividades culturais.

Outra forma de ampliação do escopo do Programa é a realização e a distribuição do Guia de Espaços Culturais Acessíveis de São Paulo, elaborado pelo Centro de Memória Dorina Nowill em sua vasta pesquisa de campo com a participação de pessoas com deficiência visual. Esse produto está disponível no *site* da Rede de Informação de Acessibilidade em Museus <www.rinam.com.br> em braile e com caracteres ampliados para os deficientes visuais que



não utilizam o computador e/ou internet. Esse guia está em constante atualização, de acordo com as informações disponibilizadas pelos espaços, pelas instituições culturais e pelas visitas de avaliação realizadas.

Para o desenvolvimento desse Programa utilizamos procedimentos simples que se resumem em: análise das atividades culturais acessíveis na cidade de São Paulo, pesquisa de interesse e convite aos clientes em reabilitação da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Nos casos de pessoas que se mostram apreensivas com os convites, os profissionais – psicólogos e assistentes sociais da instituição – realizam esclarecimentos com o intuito de incentivar os participantes para a oportunidade de adquirir autonomia durante a tramitação da visita, como no momento do agendamento, a pesquisa de acessos (transporte público, solicitação de transporte especial), o acompanhamento da visitação e a reflexão da experiência por meio de depoimentos em grupo.

Os resultados do Programa incentivam os departamentos envolvidos e os parceiros a continuar as ações culturais e ampliar os benefícios a todos envolvidos, além de melhorar a qualidade de vida dos clientes em reabilitação da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

ISBN 978-85-63078-23-0



9 788563 078230 >



Ministério da
Cultura

